



De acordo com o artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários
e o artigo 7.º do Regulamento n.º 11/2000 da CMVM
(com a redacção dada pelos Regulamentos da CMVM n.º 24/2000 e n.º 13/2002) transcreve-se o

RELATÓRIO E CONTAS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2002

Banco Comercial Português, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto – Capital Social: 2.326.714.877 Euros

Matriculado na C.R.C. do Porto sob o n.º 40.043 – Pessoa Colectiva n.º 501 525 882

SÍNTESE DE INDICADORES

milhões de euros, excepto percentagens

	30 Junho 2002	30 Junho 2001 Pro Forma	30 Junho 2001	Variação 2002/2001 Pro Forma
Activo total ⁽¹⁾	60 796	61 954	61 274	- 1,9%
Créditos sobre clientes ⁽¹⁾	44 216	41 394	41 259	6,8%
Recursos totais de clientes ⁽²⁾	48 774	46 265	45 752	5,4%
Situação líquida, Acções preferenciais e Passivos subordinados	5 952	6 212	6 212	- 4,2%
Juros e proveitos equiparados	1 493	1 737	1 721	- 14,1%
Juros e custos equiparados	829	1 061	1 051	- 22,0%
Margem financeira	664	676	670	- 1,7%
Outros proveitos ⁽³⁾	757	659	647	14,9%
Outros custos ⁽⁴⁾	846	778	761	8,6%
Lucro líquido atribuível ao Banco	321	354	354	- 9,3%
Rendibilidade dos activos médios (ROA)	1,1%	1,2%	1,2%	
ROA antes de interesses minoritários	1,2%	1,3%	1,3%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	32,1%	32,6%	32,6%	
Crédito vencido total / Crédito total ⁽¹⁾	1,6%	1,5%	1,5%	
Provisões para riscos de crédito / Crédito vencido total ⁽¹⁾	137,1%	150,6%	150,6%	
Sucursais em Portugal	1 112	1 268	1 268	- 12,3%
Colaboradores	14 022	14 727	14 727	-4,8%

(1) Não inclui activos securitizados.

(2) Inclui Débitos para com Clientes titulados e não titulados, Patrimónios sob Gestão e Seguros de Capitalização.

(3) Líquido de Prejuízos em Operações Financeiras.

(4) Excluindo Prejuízos em Operações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Manuel Jardim Gonçalves, *Presidente*

Filipe de Jesus Pinhal, *Vice-Presidente*

Christopher de Beck, *Vice-Presidente*

Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães

António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues

António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques

Alípio Barrosa Pereira Dias

Alexandre Alberto Bastos Gomes

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A recuperação gradual da economia norte-americana, suportada pelo dinamismo do consumo privado – não obstante a queda da confiança dos agentes económicos –, pelo aumento do consumo público, e pela reconstituição de stocks, a estagnação da actividade na área do euro apoiada no maior contributo do sector externo para o crescimento, e alguns sinais positivos provenientes da economia japonesa, denotaram a evolução moderada da envolvente macro-económica internacional no primeiro semestre de 2002. A manutenção da taxa de desemprego próximo de 6% nos EUA, bem como a persistência de dúvidas quanto à evolução do mercado de trabalho, a debilidade da procura interna na área do euro, os riscos associados à instabilidade política no médio oriente, bem como a forte queda e elevada instabilidade nos mercados de capitais associada a anúncios por parte de diversas empresas norte-americanas de resultados inferiores às expectativas e de fraudes contabilísticas, deverão condicionar a robustez e o timing da recuperação económica europeia e norte-americana ao longo de 2002, que poderá, contudo, ser suportada pela natureza expansionista das políticas monetária e orçamental.

Os indicadores relativos à evolução do PIB dos principais países industrializados confirmam a recuperação da economia norte-americana (crescimento da actividade no 1º trimestre de 1,4% face ao trimestre precedente, o que compara com 0,5% no 4º trimestre de 2001), a estabilização da actividade na área do euro (crescimento do PIB no 1º trimestre de 0,2% face ao trimestre anterior, o que compara com a queda de 0,3% evidenciada no 4º trimestre de 2001, mantendo-se a procura interna bastante fraca, reflectindo em particular a desaceleração do consumo privado), enquanto o PIB no Japão apresentou pela primeira vez em quatro trimestres uma variação trimestral positiva (1,4% no 1º trimestre).

As taxas de juro de curto prazo nos EUA mantiveram-se estáveis durante o segundo trimestre de 2002, reflectindo a manutenção do objectivo para a taxa Fed Funds, após uma série de 11 cortes consecutivos, que se traduziram na descida de 6,5% no final de 2001, para o seu nível actual (1,75%). As taxas de juro na área do euro estiveram quase inalteradas no segundo trimestre de 2002, como resultado da manutenção da taxa repo do BCE. As taxas de juro de longo prazo

na área do euro e nos Estados Unidos desceram cerca de 20 e 35 pontos base, respectivamente, para 5,1% e 4,8%, em Junho. Esta evolução beneficiou do movimento de flight-to-safety, associado à recomposição da carteira dos investidores, com substituição de activos dos mercados accionistas por obrigações de dívida pública.

Os principais índices bolsistas registaram acentuadas descidas no segundo trimestre de 2002, quebrando os mínimos registados na sequência dos atentados terroristas nos Estados Unidos em Setembro de 2001 nas primeiras semanas de Julho. Tendo por referência o final de Março, o índice Dow Jones caiu aproximadamente 11%, enquanto o índice Euro Stoxx50, representativo das empresas com maior capitalização bolsista na área do euro, desvalorizou-se em cerca de 17%. As preocupações dos investidores com a divulgação de lucros pelas empresas norte-americanas, num contexto de queda assinalável dos lucros e de dúvidas quanto à fiabilidade dos números apresentados, teve um impacto negativo sobre as cotações das acções norte-americanas, que não deixou de se transmitir aos principais mercados mundiais. O índice PSI-20 registou uma desvalorização de 12,7% no segundo trimestre de 2002 (-13,1% no primeiro semestre de 2002), em linha com a evolução dos principais mercados accionistas europeus. Para além dos factores que influenciaram os mercados accionistas mundiais – maior aversão ao risco, incerteza quanto à robustez e ao timing da recuperação económica europeia e norte-americana, anúncios por parte de diversas empresas de incidência de fraudes contabilísticas –, acrescem a maior debilidade do enquadramento económico português bem como as dificuldades inerentes ao controle das contas públicas.

Os indicadores disponíveis apontam para a continuação da desaceleração da actividade produtiva em Portugal no segundo trimestre de 2002, mantendo-se o padrão observado desde o fim de 2001: abrandamento do consumo privado, contracção do investimento, abrandamento das exportações, que deverá prolongar-se até ao final de 2002, em conjunto com um maior imperativo de contenção do consumo e investimento público. Dado o esgotamento dos factores que sustentaram a expansão económica da última década (aumento do emprego e do stock de capital, beneficiando da estabilização macroeconómica, adopção do euro e influxo de fundos da U.E.), bem como o cariz de médio-longo prazo de medidas de estímulo à produtividade, o relançamento esperado da economia em 2003 deverá apoiar-se no dinamismo das exportações, em linha com a retoma da procura dos parceiros comunitários.

Os preços no consumidor interromperam no segundo trimestre de 2002 a tendência de desaceleração iniciada na segunda metade de 2001, situando-se a taxa de inflação em Junho, em termos homólogos, em 3,4% (3,2% em Março, 3,7% em Dezembro). Para esta evolução contribuiu sobretudo a aceleração dos preços das classes de "Transportes" (para 5,4%) e de "Hotéis, cafés e restaurantes" (para 5,6%). Não obstante a forte desaceleração do consumo privado, o aumento de 2 p.p. da taxa do IVA, a instabilidade dos preços do petróleo, o aumento dos salários nominais superior aos ganhos de produtividade fazem antever a estabilização da taxa de inflação em 2002, em contraste com a desaceleração anteriormente esperada. A taxa de desemprego situou-se em 4,4% no primeiro trimestre de 2002 (4,1% em 2001). O emprego total aumentou 1,1% no primeiro trimestre de 2002 (1,6% em 2001), tendo-se registado contributos positivos do sector dos serviços e contributos negativos dos sectores da indústria e agricultura.

O Orçamento de Estado Rectificativo para 2002, aprovado a 15 de Maio de 2002, engloba uma re-estimação mais realista das receitas e despesas e um conjunto de medidas do lado da despesa e da receita, com vista a que a execução orçamental retome uma tendência de consolidação. A execução orçamental no primeiro semestre de 2002 pautou-se por um crescimento das receitas correntes de 4,1% face ao semestre homólogo e um crescimento das despesas correntes de 9,2%, verificando-se uma evolução mais favorável das receitas totais face à execução do primeiro trimestre, mas uma manutenção do padrão expansionista das despesas totais, pelo que será necessário uma inversão do padrão de execução orçamental na segunda metade do ano, de modo a que o défice do Sector Público Administrativo se situe em 2,8% do PIB, conforme o Orçamento de Estado Rectificativo.

O crédito concedido ao sector não monetário registou um crescimento homólogo de 7,4% em Maio de 2002 (11,8% em Dezembro de 2001), continuando a reflectir quer a tendência de desaceleração do crédito a particulares (para 11,4%) quer a desaceleração do crédito concedido a empresas (para 8,5%). O abrandamento do consumo privado, a contracção do investimento e as perspectivas de relançamento moderado da actividade económica nos principais parceiros comunitários deverão repercutir-se na continuação do abrandamento do crédito concedido.

As taxas de juro do sector bancário registaram comportamentos distintos, verificando-se no entanto uma tendência para a inflexão no sentido de subida das taxas, em linha com as expectativas de uma subida das taxas de juro do BCE na segunda metade do ano ou princípio de 2003. As taxas de juro do crédito a particulares a mais de 5 anos (essencialmente crédito à habitação) aumentaram de 5,1% para 5,2%; as taxas do crédito concedido a empresas (91 a 181 dias) diminuíram 0,1 p.p. para 5,0% em Junho; e as taxas de juro dos depósitos a prazo aumentaram 0,2 p.p. para 3,1% (2,9% em Dezembro de 2001).

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO GRUPO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

A actuação estratégica do Grupo BCP no decurso do primeiro semestre de 2002 foi orientada para a prossecução do processo de reestruturação das plataformas operativas e comerciais e, com especial ênfase, para o superior enfoque nos negócios (business focus), quer no mercado doméstico quer nos mercados europeus prioritários – Polónia e Grécia –, consubstanciado no lançamento, implementação e consolidação de um conjunto de programas e de iniciativas transversais ao Grupo, visando a optimização das oportunidades de incremento da eficácia comercial, de melhoria dos níveis de eficiência e rentabilidade e de crescimento orgânico nos negócios de retalho com enfoque na banca e na distribuição de serviços financeiros.

A consolidação do novo modelo de distribuição multi-produto/multi-canal no mercado doméstico, cuja implementação já havia sido iniciada no final do ano transacto, foi assumida como prioridade estratégica, com base no reconhecimento do seu contributo relevante para revigorar a capacidade de inovação e explorar competências determinantes das redes de retalho, tendo como pilares-chave a recentragem da sua actuação na função venda e a existência de Unidades de Produto especializadas, dotadas de autonomia em relação às distintas marcas e vocacionadas para a concepção de uma oferta de produtos e serviços de elevada qualidade, permanentemente adequada às necessidades, expectativas e motivações dos segmentos diferenciados de clientes.

Paralelamente ao enfoque na dinamização da actividade comercial nas redes de retalho, tendo como objectivo promover a expansão sustentada da base de negócios, o incremento dos níveis de "cross-selling" e a preservação de níveis adequados de rentabilidade das operações, o Grupo BCP intensificou, no decurso do primeiro semestre de 2002, as iniciativas tendo em vista aumentar os níveis de penetração nas carteiras de negócios e de clientes das plataformas tecnológicas baseadas na Internet – "ActivoBank", "cidadebcp" e "managerland" –, promovendo e incentivando a utilização das mais recentes funcionalidades incorporadas nessas soluções e, simultaneamente, divulgando as ofertas inovadoras de serviços financeiros na área do "e-banking", as quais beneficiam de excelentes condições de atractividade e acessibilidade.

No âmbito do processo de integração e reestruturação das plataformas operativas do Grupo, cuja implementação

teve especial incidência no decurso dos exercícios de 2000 e 2001, em Junho do corrente ano foi concluída com sucesso a unificação plena dos sistemas de informação do BCP, ex-Banco Mello, SottoMayor e Atlântico, numa operação complexa que representou não só o culminar de todo um processo que foi pautado por uma grande exigência e por um elevado rigor no planeamento e execução, como veio criar as condições que permitirão potenciar a captura das sinergias suplementares que decorrem da concretização da plena integração informática.

Complementando o reforço das medidas proactivas de gestão comercial e as iniciativas de dinamização da actividade das várias redes de distribuição, apoiadas na inovação de produtos e serviços, na reformulação e agilização de procedimentos administrativos e na reconfiguração das soluções tecnológicas, o Grupo BCP assumiu como objectivo estratégico prioritário, a implementação de um ambicioso plano de melhoria de eficiência – Programa de Melhoria de Eficiência Operacional –, o qual prevê uma redução adicional de cerca de 7% da base actual de custos operativos (equivalente a cerca de 100 milhões de euros) a concretizar progressivamente ao longo dos exercícios de 2002 e 2003, salvaguardando os níveis de serviço prestado aos clientes, enquadrado na institucionalização de uma filosofia de baixo custo (low cost) que permita sustentar, no longo prazo, altos níveis de excelência operacional.

No quadro da estratégia de internacionalização, o Grupo BCP manteve-se empenhado no aprofundamento da actividade das operações desenvolvidas nos mercados estrangeiros onde marca presença autónoma ou através de empresas subsidiárias, continuando, todavia, a privilegiar uma maior concentração dos novos esforços de investimento nas operações em curso nos mercados europeus com elevado potencial de crescimento – Polónia e Grécia –, visando, por um lado, limitar os riscos associados a esses investimentos de expressão relativamente reduzida, e, por outro, racionalizar as estruturas operativas e plataformas de negócio locais, capitalizando a experiência adquirida nos processos de integração e reestruturação empreendidos com sucesso no mercado doméstico, e, ainda, aproveitar todo o potencial do reconhecido "know-how" do BCP na segmentação e distribuição a retalho de produtos e serviços financeiros.

Num contexto macroeconómico que se antevê ainda pouco favorável à escala nacional e mundial, no horizonte de curto prazo, e em que o comportamento dos mercados de capitais continua a dar sinais de grande volatilidade, o Grupo BCP prosseguirá, de acordo com as orientações estratégicas definidas, os esforços de mobilização e optimização de recursos e a concentrar energias e capacidades de inovação e realização em torno das iniciativas estratégicas que visam a concretização do seu potencial de valor, quer por via do enfoque nas áreas de negócio centrais e nos mercados europeus de maior potencial de crescimento, quer dando continuidade à permanente avaliação de oportunidades de racionalização de carteiras de activos ou de eventuais novos negócios.

PRINCIPAIS ACTIVIDADES DO GRUPO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2002

Enfoque na Distribuição de Produtos e Serviços Financeiros a Retalho

A relevância do novo modelo de distribuição multi-produto/multi-canal decorre da importância que lhe é reconhecida para a consolidação da posição de referência do Grupo BCP na distribuição de produtos e serviços financeiros a retalho, num contexto em que a crescente competitividade do sector obriga a um maior enfoque e especialização no

desenvolvimento consistente da oferta e em que se revela crucial a antecipação e o alinhamento com as principais tendências de evolução do negócio de retalho: maior sofisticação e exigência dos clientes, importância crescente do valor das marcas, novos canais baseados em plataformas tecnológicas e a constante inovação na oferta de produtos e serviços financeiros.

Neste domínio, destacam-se alguns dos produtos e serviços lançados pelo Grupo BCP, no primeiro semestre de 2002, que se distinguem pelas suas características inovadoras: um serviço de aconselhamento pró-activo, denominado "Gestão Activa", que apresenta um conjunto de opções de investimento adequadas ao perfil e objectivos de cada investidor e que, no quadro de parceria estabelecida entre o ActivoBank7 e a UBS, conta com o aconselhamento de especialistas em gestão profissional de carteiras de investimento; lançamento transversal às várias redes do Grupo BCP do Cartão D+, um novo cartão pré-pago da rede MasterCard (Maestro), disponível em cinco versões distintas, que não se encontra associado a qualquer conta bancária e que permite a "oferta" de um determinado montante a outrém, consoante a ocasião ou o facto a assinalar; um novo seguro Multiriscos Habitação lançado pela Seguro Directo, denominado "Casa Directo", que se distingue pelo maior número de coberturas ao nível deste produto no mercado (mais de 50 coberturas) e pelo seu atractivo nível de serviço; um novo seguro para protecção total do automóvel, denominado "ClubAuto&Serviços", disponibilizando uma cobertura inovadora no mercado, ao assegurar a regularização dos danos ocorridos no veículo do cliente subscritor, e cuja responsabilidade seja imputável a terceiros, ficando a cargo da ImpérioBonança a posterior normalização do sinistro com a congénere; um novo fundo de fundos, denominado "AF Dinâmico", que veio complementar a oferta de fundos de fundos disponíveis nas várias redes do Grupo BCP, ao apresentar uma estratégia de investimento mais tolerante ao risco do que os fundos até então disponibilizados.

Promoção da Oferta de Novos Serviços na Área do "e-banking"

Novos desenvolvimentos foram concretizados ao nível das Plataformas Tecnológicas de Negócio, visando reforçar a sua atractividade, potenciar as componentes transaccional e de vendas que se lhes encontram associadas, aprofundar a segmentação da oferta de produtos e serviços "on-line" e, sobretudo, fomentar a comodidade, conveniência e excelência do serviço prestado aos clientes, no quadro dos objectivos centrais do novo modelo de distribuição multi-produto/multi-canal do Grupo BCP.

Visando reforçar a propostas de valor dos portais "cidadebcp" e "managerland" foram disponibilizadas, no primeiro semestre de 2002, as seguintes novas funcionalidades: a reformulação da homepage da "cidadebcp" e lançamento de novas funcionalidades nos serviços SMS, na área de corretagem on-line, ao nível da compra e venda de acções de títulos que integram o índice PSI 20 e de consulta e anulação das ordens de bolsa em curso; e uma nova funcionalidade que possibilita o pagamento de impostos (IVA, IRC, IRS, Contribuição Autárquica,...) e da Taxa Social Única, através do portal "managerland", conferindo uma maior acessibilidade e conveniência aos clientes no cumprimento das obrigações fiscais e das contribuições para a segurança social.

Ainda no domínio das plataformas de Internet desenvolvidas por empresas subsidiárias do Grupo BCP, destacam-se pelo pioneirismo e pelo carácter inovador as seguintes iniciativas: subscrição online do "Plano de Saúde Médis" para clientes individuais, tornando-se o BCP no primeiro Grupo financeiro português a disponibilizar a subscrição na

Internet de um Sistema Integrado de Saúde, acrescentando às vantagens da Médis, a comodidade e a disponibilidade total da subscrição; e o lançamento de um novo serviço de informação financeira pelo ActivoBank7, denominado "ActivoStream", que permite aos utilizadores o acompanhamento dos mercados em tempo real e de forma global.

Reestruturação e Racionalização de Negócios e de Estruturas Operativas

Embora concluído no essencial o processo de integração e reestruturação de plataformas comerciais, operativas e de negócios, na sequência das aquisições efectuadas pelo BCP no mercado doméstico, o qual decorreu com especial incidência nos exercícios de 2000 e 2001, durante o primeiro semestre de 2002 foram prosseguidos os esforços de racionalização das redes de sucursais do Grupo e de concentração de negócios, tendo em vista a optimização da eficiência operacional e da eficácia comercial.

Neste âmbito, destacam-se a unificação da rede de balcões da Império Bonança e a conclusão do processo de fusão da BCP Dealer e Mello Valores no BCP Investimento. A unificação da rede seguradora enquadra-se no processo de unificação da marca ImpérioBonança e consequente renovação da imagem institucional, incorporando a cultura e implantação das anteriores duas marcas, e visa a consolidação dos sistemas operativos, o alinhamento de produtos e serviços e a optimização da capacidade de intervenção junto do mercado. Por seu turno, a concentração do negócio de corretagem numa nova estrutura no BCP Investimento, permitirá optimizar a gestão das actividades de trading nos mercados monetário, cambial, de derivados e de acções e obrigações.

Actividade Internacional

No quadro da opção pelo aprofundamento da estratégia de internacionalização, continuou a ser dada prioridade ao reforço dos investimentos nas operações e nos mercados de afinidade – incidindo especialmente nos mercados europeus da Polónia (BIG Bank Gdanski) e da Grécia (NovaBank) e em Moçambique (Grupo BIM) –, com enfoque na distribuição a retalho de produtos e serviços financeiros.

Na Polónia foi prosseguida a estratégia de segmentação do mercado e de criação de ofertas de valor distintas para os segmentos abordados pelo BIG Bank Gdanski, e foi dada continuidade ao processo de reestruturação das operações, envolvendo a migração para uma plataforma informática única, a racionalização do quadro de pessoal e a definição de uma nova política de repricing. Paralelamente, a intensificação e dinamização da actividade comercial traduziu-se na conquista de novos clientes e no lançamento de soluções inovadoras no mercado polaco, tais como produtos estruturados, fundos de investimento, novas modalidades de empréstimos à habitação e diferentes iniciativas de promoção do "cross-selling" junto da base de clientes.

A evolução muito positiva do NovaBank (Grécia), confirmando as expectativas, determinou a opção de continuar a expandir a sua rede de sucursais e a preparar o arranque de uma rede especializada para os segmentos de Private Banking e Pequenas e Médias Empresas no mercado grego. A partir do NovaBank foi, também, concretizada a entrada do Grupo na Turquia, através da aquisição do Sitebank, uma operação que pela sua reduzida dimensão e que, ao abranger apenas um conjunto de activos e passivos, de sucursais e de colaboradores, configura o lançamento de um start-up naquele mercado.

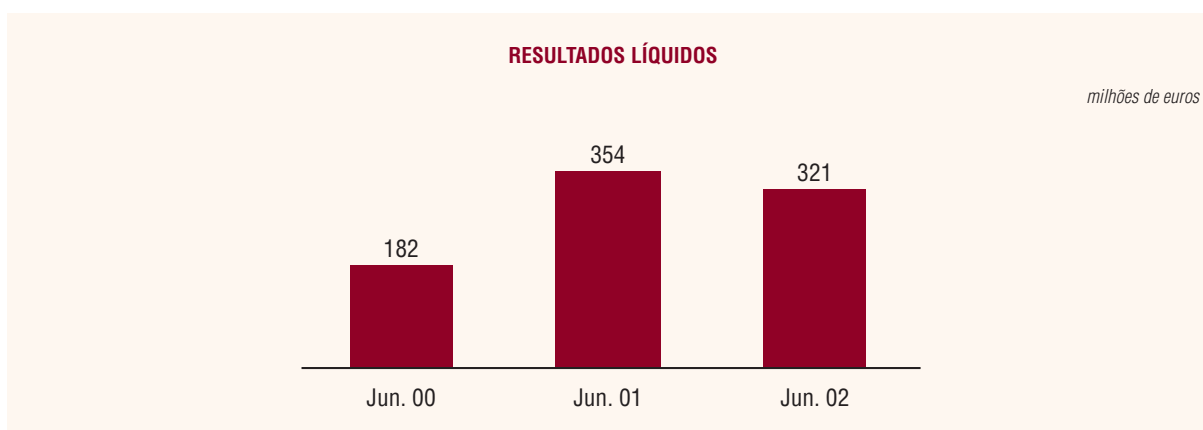
Ainda na Grécia, neste primeiro semestre de 2002, foi estabelecida uma aliança estratégica entre a F&C e a Interamerican (seguradora grega integrada na Eureko) para a gestão de fundos de investimento no mercado grego, no âmbito do qual esta última será responsável pelo fornecimento e pelo controlo da distribuição de fundos de investimento, enquanto o desenvolvimento de produtos e gestão de activos ficará a cargo da F&C. No âmbito deste mesmo acordo, o Grupo F&C adquiriu a gestora de fundos Intertrust, a companhia grega líder do mercado, que passará a designar-se F&C Greece.

No mercado moçambicano, o Grupo BIM continua a pautar a sua actividade comercial por padrões de grande dinamismo e inovação, procurando otimizar as oportunidades de negócio. Através do BIM Investimento – banco de investimento líder em Moçambique –, foi concretizado, no primeiro semestre de 2002, a maior emissão de dívida privada em Moçambique no montante de 238 milhões de meticais (cerca de 10 milhões de euros), no âmbito de um empréstimo obrigacionista da Cimentos de Moçambique, cuja colocação foi assegurada por um Sindicato de Tomada Firme liderado pelo BIM Investimento e participado por outras Instituições financeiras a operar no mercado moçambicano.

A actividade internacional do Grupo nos restantes mercados abordados, caracterizou-se por desempenhos muito favoráveis das operações que o Grupo BCP desenvolve de forma autónoma – BCM (Macau), Banque BCP (França e Luxemburgo), BPA Bank (EUA), SottoBank (Canadá) –, apostando na inovação da oferta de produtos e serviços financeiros adequados às necessidades das comunidades locais e na oferta de soluções de Selfbanking e Homebanking, reforçando o conceito de proximidade e conveniência.

ANÁLISE FINANCEIRA

Os resultados líquidos consolidados do Banco Comercial Português situaram-se em 320,9 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2002, o que compara com 353,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2001. A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) cifrou-se em 32,1%, tendo a rentabilidade do activo (ROA) situado-se em 1,1%.



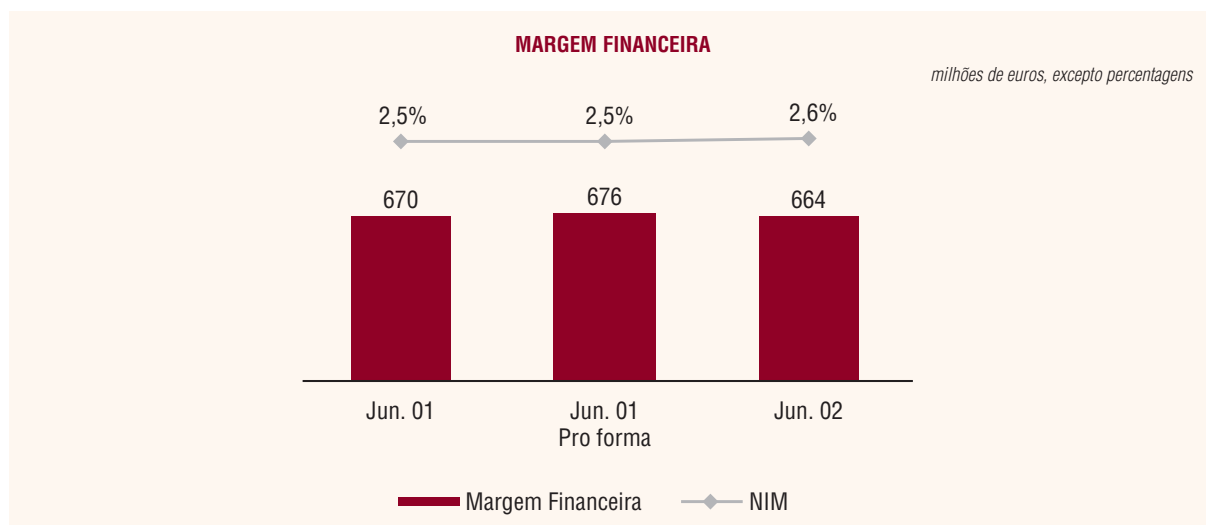
Os resultados consolidados do Banco Comercial Português foram favoravelmente influenciados pelo prosseguimento da política de rigoroso controlo dos custos de transformação, nomeadamente a nível doméstico. Destaca-se

igualmente a limitação dos níveis de sinistralidade do crédito, reflectida na descida do peso do crédito vencido no crédito total para 1,6% em 30 de Junho de 2002, face a 1,7% no final do primeiro trimestre, particularmente assinalável no actual enquadramento económico. Importa ainda sublinhar os efeitos benéficos do novo modelo comercial, baseado na especialização das funções de concepção e de distribuição de produtos e serviços financeiros. Estes efeitos positivos foram, no entanto, mais do que descompensados pela manutenção de uma conjuntura adversa, com particular impacto nos resultados em operações financeiras e nas comissões, e pelo reforço das provisões para riscos de crédito associado ao provisionamento de créditos vencidos com garantias pessoais, de acordo com o Aviso 7/2000 do Banco de Portugal.

No primeiro semestre de 2002, o Banco apurou mais valias relacionadas com a alienação de imóveis ao fundo de pensões, no âmbito do processo de racionalização do imobilizado e da estratégia de optimização da alocação de capital. As mais valias tiveram uma expressão semelhante ao reforço adicional das provisões para o fundo de pensões, para riscos de mercado e para riscos de crédito (85 milhões de euros), pelo que o efeito das transacções de natureza não recorrente nos resultados líquidos consolidados foi nulo.

O reforço da participação no NovaBank, por um lado, e a detenção de uma participação maioritária no Banco Internacional de Moçambique na sequência da fusão com o Banco Comercial de Moçambique, por outro, determinaram que a consolidação destas instituições fosse efectuada pelo método integral a partir do final de 2001. Assim, e dado que anteriormente estas participações eram consolidadas pelo método proporcional, procedeu-se à elaboração de contas "pro forma" para o primeiro semestre de 2001, por proporcionarem uma maior comparabilidade com os valores agora apresentados para os primeiros seis meses de 2002.

A margem financeira consolidada cifrou-se em 664 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2002, comparando com 676 milhões de euros no mesmo período do ano anterior, em base "pro forma". Esta rubrica foi favoravelmente influenciada pela expansão do volume de negócios do Grupo, tendo-se registado crescimentos, quer do crédito concedido, quer dos recursos totais de clientes, bem como pelos esforços de protecção da margem de intermediação, que permitiram que este indicador aumentasse para 2,6% (2,5% no primeiro semestre de 2001), tendo estes efeitos sido compensados pelo impacto decorrente da securitização de créditos.



BALANÇO MÉDIO CONSOLIDADO

milhões de euros, excepto taxas

	1.º Semestre de 2002			1.º Semestre de 2001		
	Balanço Médio	Juros	Taxa %	Balanço Médio	Juros	Taxa %
Activos Geradores de Juros						
Disponibilidades sobre instituições de crédito						
Sobre o Banco de Portugal	1.388	25	3,64	1.692	43	5,11
Sobre outras instituições de crédito	4.083	170	8,32	5.680	150	5,27
Títulos de negociação	169	5	5,14	325	7	4,46
Títulos de investimento	3.223	79	4,90	3.950	121	6,15
Crédito líquido sobre clientes	42.939	1.214	5,65	40.904	1.400	6,84
TOTAL DE ACTIVOS GERADORES DE JUROS	51.802	1.493	5,76	52.551	1.721	6,55
Imobilizado	1.374			1.344		
Outros activos não geradores de juros	8.265			7.884		
ACTIVO TOTAL	61.441			61.779		
Passivos Geradores de Juros						
Débitos para com instituições de crédito						
À vista	462	3	1,45	547	5	1,85
A Prazo	11.882	269	4,53	16.608	410	4,94
Débitos para com clientes						
À vista	11.864	42	0,70	11.059	51	0,92
A Prazo	16.687	237	2,84	16.509	315	3,82
Débitos representados por títulos	11.548	211	3,65	9.181	217	4,72
Passivos Subordinados	2.853	67	4,71	1.906	53	5,58
TOTAL DE PASSIVOS GERADORES DE JUROS	55.296	829	3,00	55.810	1.051	3,77
Passivos não geradores de juros	2.779			2.506		
PASSIVO TOTAL	58.075			58.316		
Situação líquida e Interesses minoritários	3.366			3.463		
TOTAL DO PASSIVO, SITUAÇÃO LÍQUIDA						
E INTERESSES MINORITÁRIOS	61.441			61.779		
MARGEM FINANCEIRA		664			670	
TAXA DE MARGEM FINANCEIRA ⁽¹⁾			2,56			2,55

(1) Relação entre a Margem financeira e o saldo médio do Total de activos geradores de juros.

O prosseguimento de uma política muito prudente de provisionamento, tendo em conta a legislação aplicável e a avaliação económica dos riscos latentes, e a aplicação do Aviso 7/2000 do Banco de Portugal, no âmbito do qual foram totalmente provisionados os créditos colateralizados por garantias pessoais vencidos há mais de 18 meses, determinaram que as dotações para provisões para riscos de crédito tivessem atingido 175 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, um aumento significativo face aos 106 milhões de euros registados nos primeiros seis meses de 2001, em base "pro forma".

As comissões líquidas mantiveram-se sensivelmente ao nível verificado nos primeiros seis meses de 2001 (245 milhões de euros, comparando com 243 milhões de euros no primeiro semestre de 2001, em termos "pro forma"), tendo o desempenho positivo dos proveitos relacionados com cartões e com a actividade do Banco de investimento do Grupo, que protagonizou operações de montantes elevados no primeiro trimestre de 2002, compensado a descida das comissões em transacções de títulos, associada à instabilidade que se tem vindo a sentir nos mercados de capitais. O desempenho dos mercados de capitais contribuiu também para a quebra registada nos resultados em operações financeiras, que totalizaram 74 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, menos 2,9% que os 76 milhões de euros apurados no mesmo período de 2001 em base comparável.

A evolução dos outros proveitos de exploração (líquidos) foi influenciada pela obtenção de uma mais valia de 85 milhões de euros na alienação de imóveis ao fundo de pensões, no âmbito da estratégia de racionalização do imobilizado afecto à exploração e de optimização da alocação de capital, que possibilitou o reforço do valor patrimonial do fundo, contrariando o impacto da descida da rentabilidade dos activos financeiros. Expurgados deste impacto, os outros proveitos de exploração aumentaram 19,8%, de 133 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2001 para 159 milhões de euros no mesmo período de 2002, impulsionados pelo maior montante de recuperações de crédito vencido e pelo desempenho favorável dos proveitos relacionados com o negócio da banca de investimentos.

A menor apropriação de resultados das empresas associadas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial levou a que os rendimentos de títulos evidenciassem uma descida de 14,8%, de 134 milhões de euros no primeiro semestre de 2001 para 114 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, principalmente atribuível à descida do contributo da Eureko, influenciado pelo registo de montantes de natureza não recorrente no primeiro semestre de 2001 e pela evolução desfavorável dos mercados de capitais.

OUTROS PROVEITOS

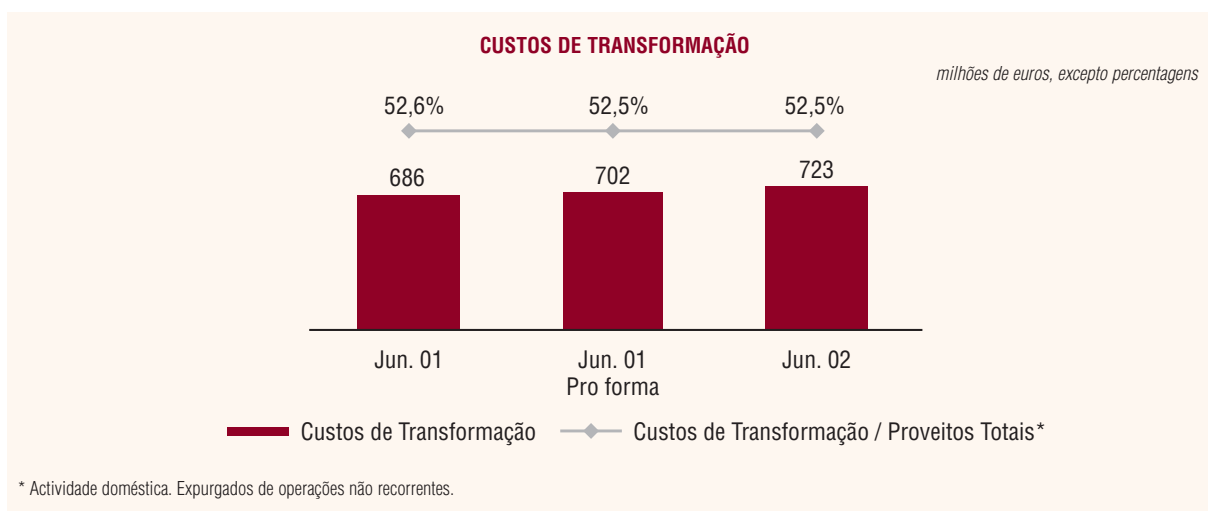
milhões de euros, excepto percentagens

	1.º Sem. 02	1.º Sem. 01 Pro forma	1.º Sem. 01	Var. 2002/2001 Pro forma
Comissões líquidas	245	243	241	0,8%
Dos quais: actividade doméstica	222	223	223	-0,8%
Resultados em operações financeiras	74	76	70	-2,9%
Dos quais: actividade doméstica	71	62	62	14,6%
Outros proveitos de exploração (líquidos) ⁽¹⁾	159	133	133	19,8%
Dos quais: actividade doméstica	151	131	131	15,5%
Outros proveitos (líquidos)/Proveitos totais ⁽¹⁾				
- Total	47,1%	46,4%	46,2%	—
- Actividade doméstica	48,4%	47,2%	47,2%	—

(1) Expurgados de operações não recorrentes.

Os custos de transformação (custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício) cifraram-se em 723 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, registando um acréscimo de 3,0% em relação aos 702 milhões de euros apurados no mesmo período de 2001, em base comparável. Este crescimento foi determinado pela actividade desenvolvida fora do território nacional, influenciada pelo peso dos projectos em lançamento ou em forte crescimento. Ao nível do negócio desenvolvido em Portugal, a evolução dos custos de transformação foi favoravelmente influenciada pela continuação dos esforços de contenção e de racionalização.

Os custos com pessoal totalizaram 379 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, aumentando 1,9% face aos 372 milhões de euros contabilizados no período homólogo de 2001, em base comparável. Os custos com pessoal afectos à actividade doméstica, que se situaram em 324 milhões de euros, mantiveram-se praticamente ao nível dos 326 milhões de euros registados no primeiro semestre de 2001, tendo sido influenciados pelas maiores contribuições para o fundo de pensões. No comportamento dos outros gastos administrativos, que aumentaram 1,8%, e das amortizações do exercício, que registaram um crescimento de 13,1%, em base comparável, foi particularmente notório o impacto das operações internacionais, já que, ao nível doméstico, estas rubricas registaram um decréscimo de 2,9% e um crescimento de 2,7%, respectivamente, face aos primeiros seis meses de 2001.



CUSTOS DE TRANSFORMAÇÃO

milhões de euros, excepto percentagens

	1.º Sem. 02	1.º Sem. 01 Pro forma	1.º Sem. 01	Var. 2002/2001 Pro forma
Custos com o pessoal	379	372	366	1,9%
Dos quais: actividade doméstica	324	326	326	-0,4%
Outros gastos administrativos	263	258	251	1,8%
Dos quais: actividade doméstica	218	225	225	-2,9%
Amortizações do exercício	81	72	69	13,1%
Das quais: actividade doméstica	62	60	60	2,7%
Custos de transformação/Proveitos totais ⁽¹⁾				
- Total	57,6%	55,7%	55,1%	—
- Actividade doméstica	52,5%	52,5%	52,6%	—

(1) Expurgados de operações não recorrentes.

Os créditos sobre clientes registaram um crescimento de 6,8% em base comparável, tendo totalizado 44.216 milhões de euros em 30 de Junho de 2002 (41.394 milhões de euros no final de Junho de 2001). Apesar da manutenção da conjuntura económica desfavorável e do fim do regime bonificado do crédito à habitação, o crédito a particulares cresceu a bom ritmo, tendo as medidas de optimização dos riscos associada à consolidação das carteiras de crédito das entidades adquiridas em 2000 justificado um crescimento mais moderado do crédito a empresas.

CRÉDITOS SOBRE CLIENTES ⁽¹⁾

milhões de euros, excepto percentagens

	30 Junho 02	30 Junho 01 Pro forma	30 Junho 01	Var. 2002/2001 Pro forma
Particulares				
Crédito hipotecário	10.288	8.979	8.941	14,6%
Crédito ao consumo	3.257	3.102	3.063	5,0%
	<u>13.545</u>	<u>12.081</u>	<u>12.004</u>	<u>12,1%</u>
Empresas				
Serviços	8.617	7.673	7.661	12,3%
Comércio	4.972	5.433	5.421	-8,5%
Outros	17.509	16.616	16.582	5,4%
	<u>31.098</u>	<u>29.722</u>	<u>29.664</u>	<u>4,6%</u>
Provisão específica	(427)	(409)	(409)	4,5%
Total	<u>44.216</u>	<u>41.394</u>	<u>41.259</u>	<u>6,8%</u>

(1) Não inclui crédito securitizado.

Os recursos totais de clientes cifraram-se em 48.774 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2002, tendo aumentado 5,4% em relação aos 46.265 milhões de euros apurados em base "pro forma" em 30 de Junho de 2001. Para este desempenho favorável, potenciado pela implementação do novo modelo comercial, contribuiu o forte crescimento dos seguros de capitalização e dos débitos para com clientes titulados, reflectindo a eficácia do Grupo nas actividades de "bancassurance" e na concepção de produtos estruturados destinados ao mercado de retalho. A maior apetência por produtos de risco reduzido e a competitividade da oferta do Grupo determinou um aumento dos recursos registados no balanço, sendo também de destacar, dada a conjuntura actual, a manutenção dos patrimónios sob gestão sensivelmente ao nível apurado no final do primeiro semestre de 2001.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

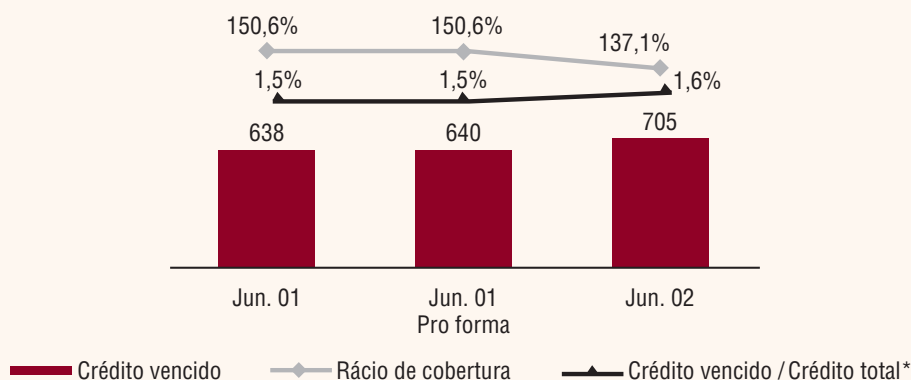
milhões de euros, excepto percentagens

	30 Junho 02	30 Junho 01 Pro forma	30 Junho 01	Var. 2002/2001 Pro forma
Recursos de clientes de balanço				
Débitos à vista	11.871	11.053	10.903	7,4%
Débitos a prazo e certificados de depósito	16.383	16.602	16.239	-1,3%
Débitos para com clientes titulados	4.524	3.483	3.483	29,9%
	32.778	31.138	30.625	5,3%
Recursos de clientes fora do balanço				
Patrimónios sob gestão	9.972	9.970	9.970	0,0%
Seguros de capitalização	6.024	5.157	5.157	16,8%
	15.996	15.127	15.127	5,7%
Total	48.774	46.265	45.752	5,4%

Beneficiando do rigor na análise, concessão, acompanhamento e recuperação, os indicadores da qualidade do crédito registaram uma melhoria face ao final do primeiro trimestre de 2002, pese embora a manutenção de um enquadramento macroeconómico adverso. O crédito vencido representou 1,6% do crédito concedido em 30 de Junho de 2002, comparando com 1,7% em 31 de Março (1,5% no final do primeiro semestre de 2001, em base comparável). A cobertura por provisões situou-se em 137,1%, comparando com 138,0% no final do primeiro trimestre de 2002 (150,6% em 30 de Junho de 2001).

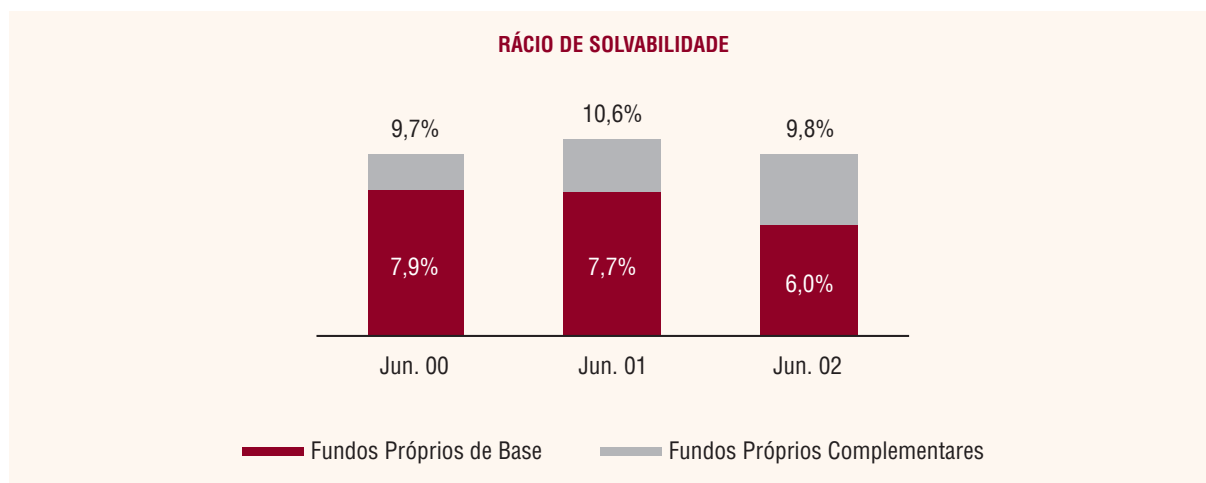
QUALIDADE DO CRÉDITO

milhões de euros, excepto percentagens



* Não inclui crédito securitizado.

Os indicadores de solidez patrimonial mantiveram valores adequados, tendo o rácio de solvabilidade, calculado segundo as normas do BIS, situado-se em 9,8% em 30 de Junho de 2002, com a componente de fundos próprios de base a cifrar-se em 6,0%. De acordo com as normas do Banco de Portugal, o rácio de solvabilidade consolidado foi de 8,8%.



ANÁLISE POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

O Grupo BCP desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros relacionados, no território português e no estrangeiro. A análise que se segue aborda o desempenho dos principais segmentos de negócio do Grupo.

Banca Comercial

A Banca Comercial é o segmento de negócio dominante na actividade do Grupo, tanto em termos de volume de negócios como ao nível de resultados, sendo levado a cabo principalmente pelas redes comerciais do BCP em Portugal. Estas actuam essencialmente como canais de "marketing" e de distribuição do Grupo, servindo as necessidades financeiras de segmentos de mercado específicos. Adicionalmente, o negócio da Banca Comercial é abordado por vários Bancos sediados em mercados de afinidade e em países que apresentam perspectivas de crescimento elevadas. Nestas instituições incluem-se o Banco Comercial de Macau, o Banco Internacional de Moçambique, o Banque BCP (França e Luxemburgo), o NovaBank (Grécia), o BPABank (Estados Unidos) e o SottoBank (Canadá).

A actividade da banca comercial gerou resultados líquidos no montante de 276 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, um decréscimo de 13,7% face aos 320 milhões de euros registados no mesmo período de 2001. O impacto favorável do prosseguimento da política de rigoroso controlo dos custos de transformação, nomeadamente a nível doméstico, e da implementação do novo modelo comercial, baseado na especialização das funções de concepção e de distribuição de produtos e serviços financeiros, foi contrariado pela manutenção de uma conjuntura adversa e pelo desenvolvimento da actividade desenvolvida fora do território nacional, influenciada pelo peso dos projectos em lançamento ou em forte crescimento. O enquadramento económico desfavorável exerceu particular impacto nos resultados em operações financeiras e nas comissões, tendo-se também observado um crescimento das provisões para riscos

de crédito, principalmente atribuível à aplicação do Aviso 7/2000 do Banco de Portugal, no âmbito do qual foram totalmente provisionados os créditos colateralizados por garantias pessoais vencidos há mais de 18 meses.

As medidas de optimização dos riscos associadas à consolidação das carteiras de crédito das entidades adquiridas em 2000 e a securitização de créditos no montante de 1.352 milhões de euros influenciaram o desempenho dos créditos sobre clientes do segmento da banca comercial, que se situaram em 39.617 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2002, comparando com 40.569 milhões de euros em 30 de Junho de 2001.

O desempenho dos débitos para com clientes, que aumentaram 3,2% ao evoluírem de 26.208 milhões de euros em 30 de Junho de 2001 para 27.043 milhões de euros na mesma data de 2002, foi potenciado pela implementação do novo modelo comercial, e também contribuiu o forte crescimento dos seguros de capitalização e dos débitos para com clientes titulados, pela maior apetência dos clientes por produtos de risco reduzido e pela competitividade da oferta do Grupo.

Outros Segmentos de Negócio

Tendo em vista a satisfação da globalidade das necessidades financeiras dos seus clientes, o Grupo aborda ainda outros negócios, incluindo banca de investimento, gestão de activos, crédito especializado e crédito ao consumo. No âmbito da estratégia de "cross-selling", as redes bancárias funcionam também como canais de distribuição dos produtos e serviços destes segmentos de negócio.

Banca de Investimento. O BCP Investimento é a subsidiária do Grupo BCP no negócio da banca de investimento. Os resultados líquidos deste segmento ascenderam a 15 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, evidenciando um crescimento de 39,7% em relação aos 10 milhões de euros registados no mesmo período de 2001, beneficiando do acréscimo de proveitos gerados pelas actividades de banca de investimentos, de mercado de capitais e de derivados de acções, não obstante a evolução desfavorável das comissões obtidas em operações sobre títulos.

Gestão de Activos. A AF Investimentos, "holding" que detém as participadas de gestão de fundos de investimento mobiliários e imobiliários e de gestão personalizada de patrimónios, é a subsidiária do Grupo BCP no negócio da gestão de activos.

Este segmento de negócio gerou resultados líquidos no montante de 5 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, registando um decréscimo de 18,2% face aos 6 milhões de euros apurados no mesmo período de 2001. A evolução dos resultados líquidos foi condicionada pelo impacto desfavorável do desempenho dos mercados materializado na rubrica de comissões, não obstante a redução dos custos de transformação conseguida em consequência da reorganização operada. A AF Investimentos, embora penalizada por um "mix" de fundos mais agressivo que o das restantes sociedades gestoras nacionais, manteve a liderança do sector em Fundos de Investimento Mobiliário.

Crédito Especializado. Os negócios de "factoring" e de "leasing" mobiliário e imobiliário do Grupo BCP são desenvolvidos pela Leasefactor, "holding" que detém as participadas especializadas nestes negócios. Os resultados líquidos deste segmento aumentaram 8,2%, de 4 milhões de euros no primeiro semestre de 2001 para 5 milhões de euros no mesmo período de 2002. Para esta evolução contribuíram o crescimento da margem financeira, a menor necessidade de provisionamento dos riscos de crédito e o rigoroso controlo dos custos de transformação.

Os créditos sobre clientes concedidos pelo segmento do crédito especializado apresentaram um acréscimo de 9,5%, de 2.457 milhões de euros em 30 de Junho de 2001 para 2.691 milhões de euros na mesma data de 2002, suportado sobretudo pelo bom desempenho da actividade de factoring, já que o leasing, penalizado pela contracção do mercado, registou um crescimento mais moderado.

Crédito ao Consumo. De acordo com a estratégia definida pelo Grupo para o negócio do crédito ao consumo, o Interbanco centraliza a concessão de crédito automóvel no ponto de venda, assumindo o CrédiBanco o restante negócio de crédito ao consumo desenvolvido fora das redes bancárias. Este segmento proporcionou resultados líqui-

dos de 6 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, valor que compara com 9 milhões de euros no mesmo período de 2001. As operações de securitização efectuadas ao longo de 2001 e no primeiro semestre de 2002 foram determinantes para o decréscimo observado na margem financeira, de 34 milhões de euros na primeira metade de 2001 para 29 milhões de euros no mesmo período de 2002.

A carteira de créditos sobre clientes deste segmento totalizou 770 milhões de euros em 30 de Junho de 2002, decrescendo em relação aos 775 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2001 devido ao impacto do crédito securitizado, que totalizou 281 milhões de euros neste segmento, do final de Junho de 2001 até ao final de Junho de 2002.

ServiBanca. A ServiBanca centraliza as unidades operacionais e de apoio à gestão comuns, prestando serviços às empresas do Grupo. Os seus custos são integralmente imputados a cada uma das empresas do Grupo que utilizam os seus serviços. No primeiro semestre de 2002, os resultados líquidos da ServiBanca totalizaram 20 milhões de euros, reflectindo parte das mais valias relacionadas com a alienação de imóveis ao fundo de pensões do BCP, no âmbito do processo de racionalização do imobilizado e da estratégia de optimização da alocação de capital.

SEGMENTOS DE NEGÓCIO DO GRUPO BCP														milhões de euros	
	Banca Comercial		Banca de Investimento		Gestão de Activos		Crédito Especializado		Crédito ao Consumo		ServiBanca		Grupo BCP		
	1.º Sem. 2002	1.º Sem. 2001	1.º Sem. 2002	1.º Sem. 2001	1.º Sem. 2002	1.º Sem. 2001	1.º Sem. 2002	1.º Sem. 2001	1.º Sem. 2002	1.º Sem. 2001	1.º Sem. 2002	1.º Sem. 2001	1.º Sem. 2002	1.º Sem. 2001	
Margem financeira	586	626	7	3	2	4	24	22	29	34	(4)	(8)	664	670	
Provisões para riscos de crédito	161	123	7	(2)	—	—	5	8	14	15	—	—	175	105	
Comissões e outros proveitos líquidos	563	484	40	24	6	9	1	5	17	17	196	154	635	572	
Custos de transformação	683	628	19	16	3	7	12	13	27	24	172	146	723	686	
Resultados líquidos	276	320	15	10	5	6	5	4	6	9	20	—	321	354	
Activo total	70.145	69.194	3.180	2.790	158	187	2.730	2.523	899	942	267	377	60.796	62.946	
Créditos sobre clientes	39.617	40.569	361	363	—	—	2.691	2.457	770	775	—	—	44.216	42.931	
Débitos para com clientes	27.043	26.208	239	58	—	—	—	—	22	118	—	—	28.245	27.133	

ACÇÕES PRÓPRIAS

Em conformidade com a legislação em vigor, as Assembleias Gerais de Accionistas do BCP aprovaram, em anos sucessivos, propostas de deliberação que permitem ao Banco a aquisição de acções próprias até ao limite correspondente a 10% do seu capital social.

Em 31 de Dezembro de 2001, o Banco Comercial Português detinha 1.975.004 acções próprias. No primeiro semestre de 2002, o BCP adquiriu 4.862.545 acções próprias a um preço médio de 4,0754 euros, a que correspondeu um desembolso de 19,8 milhões de euros, e cuja aquisição se processou de acordo com deliberação do ponto 5 da convocatória da Assembleia Geral de 18 de Março de 2002, enquadrando-se dentro dos limites aprovados, em anos sucessivos, em Assembleias Gerais de Accionistas do BCP. No decurso do primeiro semestre de 2002, o BCP alienou um lote de 4.362 acções próprias, a título de atribuição de acções no âmbito de iniciativa comercial promocional, denominada "Área TodaHora", dirigida aos clientes do Banco. Em 30 de Junho de 2002, o BCP detinha em carteira 6.833.187 acções próprias.

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

ACCIONISTAS COM PARTICIPAÇÕES SUPERIORES A 2% DO CAPITAL SOCIAL DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, EM 30 DE JUNHO DE 2002

Accionistas	Nº Acções	% do Capital Social	% Direitos de Voto (*)
GRUPO EUREKO BV			
Eureko Portugal SGPS	84.242.363	3,62%	3,63%
Achmea Holding NV	47.053.266	2,02%	2,03%
Eureko Participations II APS	34.458.344	1,48%	1,49%
Seguros & Pensões Gere - SGPS	20.203.473	0,87%	0,87%
Interamerican Hellenic Life Insurance Company	19.028.014	0,82%	0,82%
Interamerican Property & Casualty Insurance Company	1.217.849	0,05%	0,05%
Império Assurances et Capitalizations S.A. (France)	20.000	0,001%	0,001%
Outros (Membros de órgãos de Administração) ⁽¹⁾	7.489.502	0,32%	0,32%
Total	213.712.811	9,19%	9,21%
GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS			
Caixa Geral de Depósitos	139.602.893	6,00%	6,02%
Comp Seguros Mundial Confiança ⁽²⁾	55.541.091	2,39%	2,39%
Caixa Banco de Investimento	12.371	0,001%	0,001%
Total	195.156.355	8,39%	8,41%
GRUPO INTESABCI			
Banca Intesa Spa	114.133.867	4,91%	4,92%
IntesaBCI Holding International	58.671.600	2,52%	2,53%
Total	172.805.467	7,43%	7,45%
UIF UNIÃO INTERNACIONAL FINANCEIRA SGPS	106.517.326	4,58%	4,59%
EDP PARTICIPAÇÕES SGPS	101.497.303	4,36%	4,38%
BANSABADELL HOLDING NV (Grupo Banco Sabadell)	78.163.242	3,36%	3,37%
DIMITRIOS CONTOMINAS			
Dimitrios Contominas	39.390.000	1,69%	1,70%
Demco Investments and Comercial	32.463.105	1,40%	1,40%
Total	71.853.105	3,09%	3,10%
GRUPO FRIENDS PROVIDENT			
Friends Provident Life and Pensions Limited	36.676.951	1,58%	1,58%
Friends Provident Investment Holdings Limited	32.873.179	1,41%	1,42%
Total	69.550.130	2,99%	3,00%

(*) Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos do BCP, não serão contados os votos emitidos por Accionista que excedam 10% da totalidade dos votos correspondentes ao Capital Social.

(1) Participações detidas a título individual por membros dos órgãos de Administração das empresas do Grupo Eureko incluindo conjuge e filhos dependentes, que não se encontram relevadas de forma autónoma.

(2) Conforme comunicação de 1 de Agosto de 2002, a Companhia de Seguros Mundial Confiança alienou à Caixa Geral de Depósitos um lote de 55.032.232 acções, pelo que esta Instituição passou a deter naquela data um total de 194.635.125 acções.

Os direitos de voto acima reportados resultam das participações directas e indirectas dos Accionistas no Capital Social do Banco Comercial Português, sendo que não foram comunicadas ou apuradas quaisquer outras imputações de direitos de voto previstos no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

POSIÇÃO ACCIONISTA E OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de 30-06-2002	N.º de títulos à data de 31-12-2001	Movimento em 2002			
				Aquisições	Alienações	Data	Preço Unitário Euros
Membros de Órgãos Sociais							
Jorge Manuel Jardim Gonçalves	Acções BCP	3.857.000	3.507.000				
				50.000		9-Jan-02	4,15
				25.000		21-Fev-02	3,72
				5.000		22-Fev-02	3,70
				200.000		24-Abr-02	3,96
				70.000		28-Jun-02	3,50
	(a)	500	500				
	(b)	200	200				
	(c)	10	10				
	(d)	2.000	0	2.000		11-Jun-02	50,00
Filipe de Jesus Pinhal	Acções BCP	990.000	782.500				
				17.500		9-Jan-02	4,15
				20.001		28-Jan-02	4,19
				35.000		6-Mai-02	3,75
				15.000		9-Mai-02	3,75
				19.999		5-Jun-02	3,66
			100.000		28-Jun-02	3,50	
	(c)	10	10				
Christopher de Beck	Acções BCP	546.414	496.414				
				50.000		9-Abr-02	3,97
Alexandre Augusto M. Guedes de Magalhães	Acções BCP	1.150.063	845.063				
				105.000		24-Jan-02	4,21
				200.000		22-Fev-02	3,70
António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues	Acções BCP	838.349	578.449				
				24.000		9-Jan-02	4,17
				24.000		24-Jan-02	4,21
				26.900		21-Fev-02	3,70
				17.000		6-Mai-02	3,75
				33.000		7-Mai-02	3,73
				65.000		31-Mai-02	3,65
				70.000		26-Jun-02	3,50
António Manuel P. C. de Castro Henriques	Acções BCP	497.018	449.981				
				12.000		9-Jan-02	4,15
				4.000		21-Jan-02	4,21
				5.000		28-Jan-02	4,18
				5.000		8-Fev-02	3,92
				5.000		11-Fev-02	3,91
				6.037		5-Jun-02	3,66
				10.000		17-Jun-02	3,52
	(e)	350	350				
Alípio Barrosa Pereira Dias	Acções BCP	120.000	100.000				
				20.000		6-Mai-02	3,78
	(a)	250	250				
	(f)	0	3.740.984		3.740.984 *	1-Fev-02	-
	(g)	0	997.596		997.596 *	23-Mar-02	-
	(h)	375	0	375		21-Fev-02	100,00

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de 30-06-2002	N.º de títulos à data de 31-12-2001	Movimento em 2002			
				Aquisições	Alienações	Data	Preço Unitário Euros
Alexandre Alberto Bastos Gomes	Acções BCP	226.392	172.792				
				53.600		20-Fev-02	3,72
	(f)	0	2.493.989		2.493.989*	1-Fev-02	-
	(g)	0	3.491.585		3.491.585*	23-Mar-02	-
	(i)	300	300				
	(j)	2.000	2.000				
	(k)	499	499				
	(l)	499	499				
	(m)	2.194	2.194				
	(n)	35	35				
	(o)	75	75				
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Acções BCP	235.000	80.000				
				10.000		5-Fev-02	3,90
				5.000		15-Fev-02	3,94
				10.000		3-Abr-02	4,02
				20.000		15-Abr-02	3,85
				20.000		23-Abr-02	3,98
				20.000		26-Abr-02	3,93
				20.000		6-Mai-02	3,83
				20.000		9-Mai-02	3,81
				20.000		22-Mai-02	3,75
				10.000		3-Jun-02	3,68
	(d)	200	0	200		22-Mai-02	50,00
	(p)	25	25				
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta	Acções BCP	118.173	118.173				
Mário Augusto de Paiva Neto	Acções BCP	29.733	29.733				
Mário Branco Trindade	Acções BCP	41.085	41.085				
José Eduardo de Faria Neiva dos Santos	-	-	-				
Cônjuge / Filhos Menores							
Maria d'Assunção Jardim Gonçalves	Acções BCP	1.550.000	1.515.000				
				35.000		31-Jan-02	4,10
Teresa Maria A. Moreira Rato Beck	Acções BCP	639	639				
Júlia Maria Guedes Magalhães	Acções BCP	886	886				
Barbara Janet Gray Rodrigues	Acções BCP	57.267	37.267				
				20.000		30-Jan-02	4,09
Daniel António Gray Rodrigues	Acções BCP	7.012	5.012				
				2.000		30-Jan-02	4,10
Jenifer Ema Gray Rodrigues	Acções BCP	7.012	5.012				
				2.000		30-Jan-02	4,10

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de 30-06-2002	N.º de títulos à data de 31-12-2001	Movimento em 2002			
				Aquisições	Alienações	Data	Preço Unitário Euros
Maria do Rosário S. G. Castro Henriques	Acções BCP	131.895	115.280				
				3.615		3-Mai-02	3,75
				5.000		6-Mai-02	3,76
				8.000		6-Mai-02	3,77
	(a)	200	200				
	(b)	400	400				
	(d)	2.000	0	2.000		18-Jun-02	50,00
	(f)	0	997.596		997.596*	1-Fev-02	-
	(k)	150	150				
	(l)	150	150				
	(q)	0	1.745.793		1.745.793*	28-Fev-02	-
	(r)	300	300				
Catarina S.G. Castro Henriques	Acções BCP	632	632				
Pedro S.G. Castro Henriques	Acções BCP	632	632				
Rita S.G. Castro Henriques	Acções BCP	632	632				
Maria Manuel Félix F. F. Pereira Dias	Acções BCP	640	640				
Rosa Amélia Moutinho Martins Barbosa	Acções BCP	987	987				
	(s)	500	500				
	(t)	500	500				
Alexandre Barbosa Bastos Gomes	Acções BCP	5.212	5.212				
Joana Barbosa Bastos Gomes	Acções BCP	5.212	5.212				
Maria Flora Silva M. Paiva Neto	Acções BCP	1.238	1.238				

* Vencimento das Obrigações na maturidade.

- (a) Obrigações BCPA Capital Garantido Internet (99/04);
- (b) Obrigações BCP Capital Garantido Telecomunicações Móveis (00/05);
- (c) Obrigações BCP Finance Bank Convertíveis 4,75% (01/11);
- (d) Obrigações Renda Crescente 2002 Private BCP (02/12);
- (e) Obrigações BCPI Capital Garantido - Valor Telecom;
- (f) Obrigações Cisl - Grandes Marcas Mundiais;
- (g) Obrigações Cisl Capital Garantido - Energia Mundial;
- (h) Obrigações BCP Finance Bank Grandes Marcas Mundiais II (02/06);
- (i) Obrigações Atlântico Taxa Fixa 3,25%;
- (j) Obrigações Caixa Cisl Investimento Real (99/06);
- (k) Obrigações BCP/SFI EuroStoxx50 (00/04);
- (l) Obrigações BCP/SFI Rendimento 6% (00/04);
- (m) Obrigações Caixa BCP/SFI Capital Garantido Telecom (00/02);
- (n) Obrigações BCPF France Telecom/Daimler Chrysl (01/03);
- (o) Obrigações BCP Finance Bank Rendimento Top (01/06);
- (p) Obrigações BCP Finance Bank Alternative World (01/09);
- (q) Obrigações Caixa BCP Capital Garantido PSI20(97/02);
- (r) Obrigações BCPA Taxa Crescente (00/03);
- (s) Obrigações BCP/SFI Alta Poupança 7,25% (Jul/03);
- (t) Obrigações BCP/SFI Alta Poupança Variável (Jul/04).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1º Semestre de 2002

Mapas Contabilísticos

(Páginas 24 a 27)

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2002 e 2001

(Valores expressos em Milhares de Euros)

	2002		2001	
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
Activo				
1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.264.840	-	1.264.840	1.039.259
2. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	759.449	-	759.449	1.078.801
3. Outros créditos sobre instituições de crédito	3.589.042	118.862	3.470.180	5.952.022
4. Créditos sobre clientes	44.643.675	427.434	44.216.241	42.931.002
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	3.276.887	52.102	3.224.785	3.811.851
a) De emissores públicos	1.412.103	3.705	1.408.398	1.334.400
b) De outros emissores	1.782.681	48.397	1.734.284	2.361.549
c) Títulos próprios	82.103	-	82.103	115.902
6. Acções e outros títulos de rendimento variável	1.023.788	76.228	947.560	1.071.962
7. Partes de capital em empresas associadas	1.098.784	-	1.098.784	1.350.922
8. Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação	17.354	223	17.131	76.788
9. Outras participações financeiras	1.547.973	21.794	1.526.179	1.170.620
10. Imobilizações incorpóreas	228.479	89.484	138.995	103.422
11. Imobilizações corpóreas	2.060.586	885.306	1.175.280	1.257.561
(Das quais: Imóveis)	(1.164.010)	(296.494)	(867.516)	(985.376)
12. Diferenças de reavaliação - Equivalência patrimonial	-	-	-	-
13. Diferenças de consolidação	-	-	-	-
15. Acções próprias	23.984	-	23.984	7.566
16. Outros activos	898.192	88.214	809.978	932.483
17. Contas de regularização	2.122.358	-	2.122.358	2.161.774
Total do Activo	62.555.391	1.759.647	60.795.744	62.946.033
			2002	2001
Passivo				
1. Débitos para com instituições de crédito			11.395.192	16.402.453
a) À vista			429.226	459.192
b) À prazo			10.965.966	15.943.261
2. Débitos para com clientes			28.244.727	27.132.604
a) Depósitos de poupança			3.151.767	3.006.488
b) Débitos à vista			11.871.335	10.903.282
c) Débitos a prazo			13.221.625	13.222.834
3. Débitos representados por títulos			12.113.536	10.079.201
a) Obrigações em circulação			10.533.349	8.185.947
b) Outros			1.580.187	1.893.254
4. Outros passivos			438.190	292.569
5. Contas de regularização			1.632.697	1.689.603
6. Diferenças de reavaliação - Equivalência patrimonial			-	-
7. Diferenças de consolidação			-	-
8. Provisão para riscos e encargos			718.088	795.328
a) Provisões para pensões e encargos similares			153.115	117.488
b) Outras provisões			564.973	677.840
9. Fundo para riscos bancários gerais			141.296	305.530
10. Passivos subordinados			2.882.675	2.748.622
11. Capital subscrito			2.326.715	2.326.715
12. Prémios de emissão			715.117	715.203
13. Reservas			(1.500.819)	(1.162.804)
15. Resultados transitados			1.824	39
16. Interesses minoritários em subsidiárias			1.365.633	1.267.217
17. Lucro consolidado do período			320.873	353.753
Total do Passivo e Capitais Próprios			60.795.744	62.946.033
Rubricas extrapatrimoniais				
1. Garantias prestadas e passivos eventuais			9.429.338	9.212.026
Dos quais:				
1.1 Aceites e endossos			-	-
1.2 Garantias e avals			7.553.512	6.979.653
1.3 Cauções e activos dados em garantia			959.102	941.886
1.4 Outros			916.724	1.290.487
2. Compromissos			7.389.192	3.540.751
Dos quais:				
2.1 Resultantes de operações de venda com opção de recompra			29.928	29.928
			16.818.530	12.752.777

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados para os seis meses findos em 30 de Junho de 2002 e 2001

(Valores expressos em Milhares de Euros)

	2002	2001
Débito		
1. Juros e custos equiparados	828.530	1.051.591
2. Comissões	43.536	38.272
3. Prejuízos em operações financeiras	101.799	185.604
4. Gastos gerais administrativos	642.015	616.778
4.1 Custos com o pessoal	379.136	365.704
4.2 Outros gastos administrativos	262.879	251.074
5. Amortizações do exercício	81.403	69.385
6. Outros custos de exploração	4.418	8.066
7. Provisões para crédito vencido e para outros riscos	269.736	180.243
8. Provisões para imobilizações financeiras	-	-
9. Perdas extraordinárias	10.947	10.636
10. Impostos sobre lucros	41.928	48.034
11. Outros impostos	19.681	7.530
12. Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	610	7.359
13. Interesses minoritários	37.708	48.675
14. Lucro consolidado do período	320.873	353.753
	2.403.184	2.625.926
Crédito		
1. Juros e proveitos equiparados	1.492.564	1.721.360
2. Rendimentos de títulos	39.666	51.133
3. Comissões	288.791	278.896
4. Lucros em operações financeiras	175.989	255.400
5. Reposições e anulações de provisões	52.031	72.393
6. Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	74.113	80.393
7. Outros proveitos de exploração	161.504	127.313
8. Ganhos extraordinários	118.526	39.038
9. Interesses minoritários	-	-
10. Prejuízo consolidado do período	-	-
	2.403.184	2.625.926

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Balanço em 30 de Junho de 2002 e 2001

(Valores expressos em Milhares de Euros)

	2002		2001	
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
Activo				
1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.093.515	-	1.093.515	930.366
2. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	578.331	-	578.331	2.930.899
3. Outros créditos sobre instituições de crédito	9.206.200	118.059	9.088.141	7.526.215
4. Créditos sobre clientes	35.395.086	304.910	35.090.176	36.750.640
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	5.123.597	46.376	5.077.221	4.929.868
a) De emissores públicos	946.292	1.950	944.342	831.336
b) De outros emissores	4.177.305	44.426	4.132.879	4.098.532
(Dos quais : Títulos próprios)	(64.407)	-	(64.407)	(76.011)
6. Acções e outros títulos de rendimento variável	625.434	60.867	564.567	979.582
7. Participações	1.446.028	14.301	1.431.727	952.485
8. Partes de capital em empresas coligadas	513.752	11	513.741	683.042
9. Imobilizações incorpóreas	44.453	15.825	28.628	26.197
10. Imobilizações corpóreas	1.533.438	718.568	814.870	829.101
(Das quais: Imóveis)	(938.631)	(265.709)	(672.922)	(675.544)
12. Acções próprias	23.984	-	23.984	7.566
13. Outros activos	4.971.322	76.602	4.894.720	3.024.366
15. Contas de regularização	1.889.146	-	1.889.146	1.745.738
Total do Activo	62.444.286	1.355.519	61.088.767	61.316.065
			2002	2001
Passivo				
1. Débitos para com instituições de crédito			24.265.949	24.858.731
a) À vista			915.088	3.237.020
b) À prazo			23.350.861	21.621.711
2. Débitos para com clientes			23.283.698	23.221.147
a) Depósitos de poupança			3.133.323	3.001.086
b) Outros débitos			20.150.375	20.220.061
ba) Débitos à vista			10.789.161	10.300.414
bb) Débitos a prazo			9.361.214	9.919.647
3. Débitos representados por títulos			2.385.071	1.751.087
a) Obrigações em circulação			2.385.071	1.751.087
b) Outros			-	-
4. Outros passivos			206.423	119.140
5. Contas de regularização			1.310.828	1.489.522
6. Provisão para riscos e encargos			706.205	770.794
a) Provisões para pensões e encargos similares			145.856	81.317
b) Outras provisões			560.349	689.477
6A. Fundo para riscos bancários gerais			65.792	239.620
8. Passivos subordinados			4.616.267	4.889.303
9. Capital subscrito			2.326.715	2.326.715
10. Prémios de emissão			715.117	715.203
11. Reservas			983.869	696.533
13. Resultados transitados			1.824	39
14. Lucro do período			221.009	238.231
Total do Passivo e Capitais Próprios			61.088.767	61.316.065
Rubricas extrapatrimoniais				
1. Garantias prestadas e passivos eventuais			17.062.680	15.673.522
Dos quais:				
1.1 Aceites e endossos			-	-
(Dos quais: Aceites e compromissos por endosso de efeitos descontados)			-	-
1.2 Garantias e avals			8.505.045	8.246.940
1.3 Cauções e activos dados em garantia			96.707	57.254
1.4 Outros			8.460.928	7.369.328
2. Compromissos			6.872.053	3.048.438
Dos quais:				
2.1 Resultantes de operações de venda com opção de recompra			29.928	29.928
			23.934.733	18.721.960

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Demonstração dos Resultados para os seis meses findos em 30 de Junho de 2002 e 2001

(Valores expressos em Milhares de Euros)

	2002	2001
Débito		
1. Juros e custos equiparados	966.090	1.190.612
2. Comissões	27.398	16.451
3. Prejuízos em operações financeiras	99.105	88.443
4. Gastos gerais administrativos	512.305	494.196
4.1 Custos com o pessoal	222.964	225.496
Dos quais:		
(- salários e vencimentos)	(160.665)	(167.062)
(- encargos sociais)	(61.385)	(57.965)
Dos quais:		
(- com pensões)	(28.818)	(23.268)
4.2 Outros gastos administrativos	289.341	268.700
5. Amortizações do exercício	37.092	38.941
6. Outros custos de exploração	2.982	5.865
7. Provisões para crédito vencido e para outros riscos	188.243	145.285
8. Provisões para imobilizações financeiras	-	-
10. (Resultado da actividade corrente)	(222.494)	(249.188)
11. Perdas extraordinárias	9.521	54.648
13. Impostos sobre lucros	25.717	36.865
14. Outros impostos	2.213	3.159
15. Lucro do período	221.009	238.231
	2.091.675	2.312.696
Crédito		
1. Juros e proveitos equiparados	1.459.811	1.742.351
Dos quais:		
(- de títulos de rendimento fixo)	(103.992)	(163.737)
2. Rendimentos de títulos	41.904	62.330
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	2.056	38.455
b) Rendimento de participações	19.653	3.923
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	20.195	19.952
3. Comissões	210.843	204.696
4. Lucros em operações financeiras	225.533	110.071
5. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões por passivos eventuais e por compromissos	23.326	27.035
6. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	-	-
7. Outros proveitos de exploração	94.292	82.498
9. Ganhos extraordinários	35.966	83.715
11. Prejuízo do período	-	-
	2.091.675	2.312.696

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Demonstrações Financeiras

Notas explicativas

(Páginas 29 a 79)

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2002 e 2001

	Notas	2002	2001
(Milhares de Euros)			
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	1.264.840	1.039.259
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	759.449	1.078.801
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	3.470.180	5.952.022
Créditos sobre clientes	5	44.216.241	42.931.002
Obrigações, acções e outros títulos	6	4.172.345	4.883.813
Acções próprias	22	23.984	7.566
Participações financeiras	7	2.642.094	2.598.330
Imobilizações incorpóreas	8	138.995	103.422
Imobilizações corpóreas	9	1.175.280	1.257.561
Outros activos	10	809.978	932.483
Contas de regularização	11	2.122.358	2.161.774
		<u>60.795.744</u>	<u>62.946.033</u>
Passivo			
Débitos para com instituições de crédito			
À vista		429.226	459.192
A prazo	12	10.965.966	15.943.261
Débitos para com clientes			
À vista		11.871.335	10.903.282
A prazo	13	16.373.392	16.229.322
Débitos representados por títulos	14	12.113.536	10.079.201
Outros passivos	15	438.190	292.569
Contas de regularização	16	1.632.697	1.689.603
Provisão para riscos e encargos	17	859.384	1.100.858
Passivos subordinados	18	2.882.675	2.748.622
		<u>57.566.401</u>	<u>59.445.910</u>
Situação Líquida			
Capital subscrito	19	2.326.715	2.326.715
Prémio de emissão	19	715.117	715.203
Reservas e resultados acumulados	21	(1.178.122)	(809.012)
		<u>1.863.710</u>	<u>2.232.906</u>
Interesses minoritários	23	1.365.633	1.267.217
		<u>60.795.744</u>	<u>62.946.033</u>

Contas Extrapatrimoniais (Nota 36)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para os seis meses findos em 30 de Junho de 2002 e 2001

	Notas	2002	2001
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	24	1.492.564	1.721.360
Juros e custos equiparados	25	828.530	1.051.591
Margem financeira		664.034	669.769
Provisão para riscos de crédito	26	174.739	104.889
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		489.295	564.880
<i>Outros proveitos</i>			
Rendimentos de títulos	27	113.779	131.526
Comissões	28	288.791	278.896
Lucros em operações financeiras	29	175.989	255.400
Outros proveitos de exploração	30	280.030	166.351
		858.589	832.173
<i>Outros custos</i>			
Comissões	28	43.536	38.272
Prejuízos em operações financeiras	29	101.799	185.604
Custos com o pessoal	31	379.136	365.704
Outros gastos administrativos		262.879	251.074
Amortizações do exercício	32	81.403	69.385
Outras provisões	33	42.966	2.961
Outros custos de exploração	34	35.656	33.591
		947.375	946.591
Lucro antes de impostos		400.509	450.462
Impostos sobre lucros		41.928	48.034
Lucro depois de impostos		358.581	402.428
Interesses minoritários		37.708	48.675
Lucro consolidado do período		320.873	353.753

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para os seis meses findos em 30 de Junho de 2002 e 2001

	2002	2001
	(Milhares de Euros)	
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros e comissões recebidas	1.690.904	1.868.328
Recebimentos por prestação de serviços	144.354	92.884
Pagamento de juros e comissões	(934.062)	(1.042.123)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	45.374	38.255
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(735.607)	(785.618)
	210.963	171.726
<i>Diminuição / (aumento) de activos operacionais:</i>		
Fundos adiantados a instituições de crédito	790.578	(340.757)
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	410.311	281.596
Fundos adiantados a clientes	(1.451.320)	(1.975.652)
Títulos negociáveis a curto prazo	71.865	(54.926)
<i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:</i>		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	25.550	(29.325)
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	(1.799.554)	(80.949)
Débitos para com clientes – à vista	(841.967)	(1.160.690)
Débitos para com clientes – a prazo	(354.357)	(626.927)
	(2.937.931)	(3.815.904)
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(15.118)	(11.009)
	(2.953.049)	(3.826.913)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Cedência de participações financeiras	33.294	-
Aquisição de participações financeiras	(29.656)	(167.453)
Dividendos recebidos	68.060	82.383
Juros recebidos de títulos de investimento	90.146	127.225
Venda de títulos de investimento	1.223.563	6.131.784
Compra de títulos de investimento	(1.613.866)	(5.309.138)
Vencimentos de títulos de investimento	952.367	180.660
Compra de imobilizações	(115.649)	(133.276)
Venda de imobilizações	237.588	18.058
Aumento / (diminuição) em outras contas do activo	287.869	(335.739)
	1.133.716	594.504
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Emissão de dívida subordinada	203.314	1.191.777
Reembolso de dívida subordinada	(202.883)	(26.594)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	2.221.590	1.104.923
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(1.186.480)	(209.129)
Emissão de papel comercial	1.565.638	4.371.992
Reembolso de papel comercial	(1.205.387)	(3.854.776)
Aumento de capital	-	168.125
Prémio de emissão	(86)	545.073
Certificados de depósito	(252)	395
Dividendos pagos e bónus a empregados	(376.612)	(37.060)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo e interesses minoritários	121.407	(343.363)
	1.140.249	2.911.363
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(86.515)	54.264
Varição líquida em caixa e seus equivalentes	(765.599)	(266.782)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.951.483	1.727.894
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.185.884	1.461.112

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Mapa de Alterações na Situação Líquida Consolidada para o ano findo em 31 de Dezembro de 2001 e para os seis meses findos em 30 de Junho de 2002 e 2001

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados	'Goodwill'
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	1.820.506	2.101.563	170.130	102.143	1.199.045	(1.752.375)
Constituição de reservas:						
Reserva legal	-	-	-	108.239	(108.239)	-
Reserva estatutária	-	-	-	9.926	(9.926)	-
Bónus aos empregados	(37.060)	-	-	-	(37.060)	-
Resultado do período	353.753	-	-	-	353.753	-
Aumento de capital por emissão de 168.125.003 ações reservado a accionistas e a colaboradores em Março de 2001 (Nota 19)	714.531	168.125	546.406	-	-	-
Aumento de capital por emissão de 57.027.325 ações por incorporação de reservas em Abril de 2001 (Nota 19)	-	57.027	-	-	(57.027)	-
Custos de reestruturação relativo à redução de efectivos	(395.502)	-	-	-	(395.502)	-
Encargos com os aumentos de capital	(1.617)	-	(1.333)	-	(284)	-
'Goodwill' resultante de aquisições (nota 21)	(274.981)	-	-	-	-	(274.981)
Diferença cambial resultante da consolidação	54.264	-	-	-	54.264	-
Outras reservas de consolidação	(988)	-	-	-	(988)	-
Saldos em 30 de Junho de 2001	<u>2.232.906</u>	<u>2.326.715</u>	<u>715.203</u>	<u>220.308</u>	<u>998.036</u>	<u>(2.027.356)</u>
Bónus aos empregados	8.944	-	-	-	8.944	-
Resultado do período	217.919	-	-	-	217.919	-
Custos de reestruturação relativo à redução de efectivos	144.064	-	-	-	144.064	-
Encargos com os aumentos de capital	(96)	-	-	-	(96)	-
'Goodwill' resultante de aquisições (nota 21)	(349.246)	-	-	-	-	(349.246)
Diferença cambial resultante da consolidação	(17.890)	-	-	-	(17.890)	-
Outras reservas de consolidação	(49.425)	-	-	-	(49.425)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	<u>2.187.176</u>	<u>2.326.715</u>	<u>715.203</u>	<u>220.308</u>	<u>1.301.552</u>	<u>(2.376.602)</u>
Constituição de reservas:						
Reserva legal	-	-	-	52.000	(52.000)	-
Reserva estatutária	-	-	-	9.000	(9.000)	-
Dividendos distribuídos	(348.000)	-	-	-	(348.000)	-
Bónus aos empregados	(28.612)	-	-	-	(28.612)	-
Resultado do período	320.873	-	-	-	320.873	-
Encargos com os aumentos de capital	(86)	-	(86)	-	-	-
'Goodwill' resultante de aquisições (nota 21)	(113.879)	-	-	-	-	(113.879)
Diferença cambial resultante da consolidação	(86.515)	-	-	-	(86.515)	-
Provisões para Participações Financeiras ao abrigo do Aviso 4/2002 do Banco de Portugal	(11.008)	-	-	-	(11.008)	-
Outras reservas de consolidação (nota 21)	(56.239)	-	-	-	(56.239)	-
Saldos em 30 de Junho de 2002	<u>1.863.710</u>	<u>2.326.715</u>	<u>715.117</u>	<u>281.308</u>	<u>1.031.051</u>	<u>(2.490.481)</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Balanço em 30 de Junho de 2002 e 2001

	Notas	2002	2001
(Milhares de Euros)			
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	1.093.515	930.366
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	578.331	2.930.899
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	9.088.141	7.526.215
Créditos sobre clientes	5	35.090.176	36.750.640
Obrigações, acções e outros títulos	6	5.641.788	5.909.450
Acções próprias	22	23.984	7.566
Participações financeiras	7	1.945.468	1.635.527
Imobilizações incorpóreas	8	28.628	26.197
Imobilizações corpóreas	9	814.870	829.101
Outros activos	10	4.894.720	3.024.366
Contas de regularização	11	1.889.146	1.745.738
		<u>61.088.767</u>	<u>61.316.065</u>
Passivo			
Débitos para com instituições de crédito			
À vista		915.088	3.237.020
A prazo	12	23.350.861	21.621.711
Débitos para com clientes			
À vista		10.789.161	10.300.414
A prazo	13	12.494.537	12.920.733
Débitos representados por títulos	14	2.385.071	1.751.087
Outros passivos	15	206.423	119.140
Contas de regularização	16	1.310.828	1.489.522
Provisão para riscos e encargos	17	771.997	1.010.414
Passivos subordinados	18	4.616.267	4.889.303
Total do Passivo		<u>56.840.233</u>	<u>57.339.344</u>
Situação Líquida			
Capital subscrito	19	2.326.715	2.326.715
Prémio de emissão	19	715.117	715.203
Reservas e resultados acumulados	21	1.206.702	934.803
Total da Situação Líquida		<u>4.248.534</u>	<u>3.976.721</u>
		<u>61.088.767</u>	<u>61.316.065</u>

Contas Extrapatrimoniais (Nota 36)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Demonstração dos Resultados
para os seis meses findos em 30 de Junho de 2002 e 2001

	Notas	2002	2001
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	24	1.459.811	1.742.351
Juros e custos equiparados	25	<u>966.090</u>	<u>1.190.612</u>
Margem financeira		493.721	551.739
Provisão para riscos de crédito	26	<u>145.785</u>	<u>114.158</u>
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		<u>347.936</u>	<u>437.581</u>
<i>Outros proveitos</i>			
Rendimentos de títulos	27	41.904	62.330
Comissões	28	210.843	204.696
Lucros em operações financeiras	29	225.533	110.071
Outros proveitos de exploração	30	119.832	166.213
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras em subsidiárias e em associadas		<u>10.426</u>	<u>-</u>
		<u>608.538</u>	<u>543.310</u>
<i>Outros custos</i>			
Comissões	28	27.398	16.451
Prejuízos em operações financeiras	29	99.105	88.443
Custos com o pessoal	31	222.964	225.496
Outros gastos administrativos		289.341	268.700
Amortizações do exercício	32	37.092	38.941
Outras provisões	33	19.132	4.092
Outros custos de exploração	34	<u>14.716</u>	<u>63.672</u>
		<u>709.748</u>	<u>705.795</u>
Lucro antes de impostos		246.726	275.096
Impostos sobre lucros		<u>25.717</u>	<u>36.865</u>
Lucro do período		<u>221.009</u>	<u>238.231</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais para os seis meses findos em 30 de Junho de 2002 e 2001

	2002	2001
	(Milhares de Euros)	
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros e comissões recebidas	1.549.028	1.709.482
Recebimentos por prestação de serviços	78.235	55.694
Pagamento de juros e comissões	(1.126.558)	(1.070.618)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	31.106	29.532
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(548.441)	(656.433)
	(16.630)	67.657
Diminuição / (aumento) de activos operacionais:		
Fundos adiantados a instituições de crédito	1.145.728	1.739.987
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	402.241	280.411
Fundos adiantados a clientes	(1.118.667)	(2.556.600)
Títulos negociáveis a curto prazo	86.575	(38.670)
Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	(749.730)	804.785
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	(231.773)	230.499
Débitos para com clientes – à vista	(874.256)	(1.122.818)
Débitos para com clientes – a prazo	141.000	(1.342.908)
	(1.215.512)	(1.937.657)
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(5.237)	(3)
	(1.220.749)	(1.937.660)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Cedência de participações financeiras	38.411	790.128
Aquisição de participações financeiras	(146.237)	(222.872)
Dividendos recebidos	41.904	62.330
Juros recebidos de títulos de investimento	109.275	169.990
Venda de títulos de investimento	711.506	4.433.613
Compra de títulos de investimento	(388.844)	(3.598.672)
Vencimentos de títulos de investimento	431.210	32.460
Compra de imobilizações	(22.779)	(75.358)
Venda de imobilizações	2.942	3.622
Aumento / (diminuição) em outras contas do activo	(58.352)	417.054
	719.036	2.012.295
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Emissão de dívida subordinada	200.000	1.175.000
Reembolso de dívida subordinada	(566.166)	(14.964)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	247.263	83.182
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(96.610)	-
Aumento de capital	-	168.125
Prémio de emissão	(86)	545.073
Dividendos pagos e bónus a empregados	(373.830)	(33.885)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	131.122	(339.905)
	(458.307)	1.582.626
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	(960.020)	1.657.261
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.921.293	1.609.853
Caixa e seus equivalentes no fim do período	961.273	3.267.114

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Notas às Demonstrações Financeiras

30 de Junho de 2002 e 2001

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. é um banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os seis meses findos em 30 de Junho de 2002 e 2001, tendo sido preparadas em concordância com o princípio fundamental do custo histórico.

No âmbito das disposições contratuais estabelecidas entre os accionistas da Eureko, o Grupo Banco Comercial Português verificadas determinadas condições, tem a opção de, até 1 de Janeiro de 2003 readquirir a participação no Grupo Seguros & Pensões a um valor a ser determinado por uma entidade independente.

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com os Princípios Contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal, incluindo a aplicação da 4ª Directiva Comunitária N.º 86/635/CEE relativa à prestação de contas dos bancos e de outras instituições financeiras e da 7ª Directiva 83/349/CEE relativa à consolidação de contas.

Os valores constantes em Escudos nas Demonstrações Financeiras do Banco e do Grupo foram convertidos de Euros para Escudos à taxa de conversão fixa e irrevogável de Esc. 200,482 e são apresentados para fins meramente informativos.

b) Bases de consolidação

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Banco Comercial Português, S.A. e das suas empresas subsidiárias, tal como definido na nota 40, bem como o resultado proporcional às participações financeiras em empresas associadas, relativamente aos seis meses findos em 30 de Junho de 2002 e 2001.

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias do sector financeiro, que representam 50% ou a maioria do capital ou direitos de voto e em que o Grupo exerce o controlo, são consolidadas pelo método da consolidação integral.

As participações financeiras em empresas subsidiárias excluídas da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade face à actividade do Grupo e a sua imaterialidade, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

As participações financeiras nas empresas cuja actividade é de Aluguer de Longa Duração, são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, devido à natureza da sua actividade, com base nas contas preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contas.

Com a introdução da Directriz Contabilística n.º 25, o critério contabilístico aplicável aos contratos de aluguer de longa duração foi alterado, pelo que a partir de 1 de Janeiro de 2001, as referidas participações são consolidadas com base nas contas preparadas no âmbito da referida Directriz Contabilística n.º 25.

Os saldos e transacções significativos existentes entre empresas do Grupo são eliminados.

Participações financeiras em empresas associadas

As participações financeiras em empresas associadas, cuja participação representa entre 20% e 50% do capital social e nas quais o Grupo exerce influência significativa, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo que o valor contabilístico da participação corresponde ao valor proporcional da participação em capital, reservas e resultados da empresa associada.

Nos casos em que o valor da participação financeira numa sociedade representa menos de 20% do capital social e na qual o Grupo exerce influência significativa através da participação nos órgãos de decisão, na gestão dos negócios conjuntos e na definição de estratégia, é também aplicado o método da equivalência patrimonial. Nas empresas em que o Grupo exerce controlo em conjunto com outros accionistas é aplicado o método proporcional.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - 'Goodwill'

O 'goodwill' resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

Até 31 de Dezembro de 1998, foi adoptada a política de capitalização do 'goodwill' como imobilizado incorpóreo, sendo amortizado pela sua vida útil estimada, não excedendo 20 anos. No âmbito da alteração da política contabilística efectuada em 1999, para as aquisições efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 1999, o 'goodwill' passou a ser anulado por contrapartida de reservas no ano em que ocorre a aquisição da participação.

No âmbito da alteração da política contabilística em 1999, em 1 de Janeiro de 2000, o valor de 'goodwill' não amortizado a essa data foi anulado por contrapartida de prémio de emissão e reservas (ver notas 19 e 21).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

Participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro

Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em euros às taxas de câmbio oficiais em vigor na data do balanço. Os resultados destas subsidiárias são consolidados pelo seu contravalor em euros à taxa de câmbio média ponderada do exercício. As diferenças cambiais resultantes da conversão em euros da situação patrimonial no início do ano e dos resultados do exercício, à taxa de câmbio oficial na data do balanço, são registadas em reservas.

Outros investimentos

Até 31 de Dezembro de 2001, os investimentos em companhias com participação inferior a 20% do capital social e em que o Grupo não exerce influência significativa, mas que considera como investimentos estratégicos, eram contabilizados ao custo de aquisição, sendo o proveito desses investimentos reconhecido quando recebido.

A partir de 30 de Junho de 2002, entrou em vigor o Aviso nº 4/2002 do Banco de Portugal que estabelece as regras de provisionamento destes investimentos, apresentadas como segue:

- a constituição de provisões é exigível sempre que as menos-valias potenciais sejam superiores a 15% do valor do investimento. A provisão mínima a constituir deverá corresponder a 40% do valor que exceder os 15% do investimento, sendo o montante não provisionado deste excesso deduzido aos fundos próprios;

- a constituição das provisões de acordo com o referido Aviso, e tendo em conta a actividade das companhias participadas é diferida pelos seguintes períodos:

Investimento	Período	%
Empresas financeiras e seguradoras	2002 a 2011	10% por ano
Empresas não financeiras	2002 a 2004	25% por ano
	2005	15%
	2006	10%

- as provisões constituídas nos exercícios de 2002 e 2003 poderão ser registadas contra reservas. Por outro lado as provisões constituídas em 2002, poderão ser diferidas trimestralmente (30 de Junho, 30 de Setembro e 31 de Dezembro).

c) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos. Numa base individual, os resultados obtidos com a alienação de activos a entidades em que exista uma relação de domínio são reconhecidos desde que os mesmos resultem de transacções cujos termos negociais correspondam aos que seriam acordados em condições normais de mercado. Estes resultados são eliminados nas Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo.

d) Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido.

A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos nº 3/95 de 30 de Junho e nº 7/00 de 27 de Outubro.

e) Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 de 30 de Junho e Aviso nº 2/99 de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

f) Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução N.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

g) Operações de titularização

Os activos, créditos e títulos, cedidos pelo Grupo BCP no âmbito das operações de titularização ("securitização"), são eliminados do activo consolidado sendo a respectiva mais ou menos valia gerada, calculada como a diferença entre o valor da cedência e o valor contabilístico dos activos cedidos, reconhecida como um ganho ou perda do exercício.

Os títulos adquiridos pelo Grupo na sequência destas operações são contabilizados como títulos de investimento, de acordo com a política contabilística aplicável aos títulos de rendimento fixo, descrita na nota 1 h). Os outros activos adquiridos são contabilizados pelo respectivo valor de aquisição.

De acordo com a Instrução nº 27/2000 do Banco de Portugal, são constituídas provisões nas contas do Grupo, para os títulos adquiridos, em montante equivalente às provisões para riscos gerais e riscos específicos a que estariam sujeitos os créditos e títulos cedidos caso estes se mantivessem no activo, tendo como limite máximo o respectivo valor de aquisição.

h) Obrigações, acções e outros títulos

Estes títulos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

Títulos de negociação

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados num prazo que não deverá exceder os seis meses.

Os títulos de rendimento fixo são reavaliados diariamente à cotação de mercado, incluindo os juros corridos. Os juros e as diferenças de reavaliação são registados como proveitos ou custos do exercício. Na ausência de cotação, o valor dos títulos corresponde ao valor de aquisição, acrescido dos juros corridos até essa data, calculados à taxa de juro nominal.

Os títulos cujo rendimento é variável são valorizados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado.

Títulos de investimento

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja aquisição não tem como objectivo a sua transacção num prazo inferior a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10º e 20º do Aviso nº 3/95 de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para menos-valias potenciais quando o valor de mercado é inferior ao seu valor contabilístico, em cumprimento com o disposto no Aviso nº 3/95 de 30 de Junho.

De acordo com o estabelecido com o Plano de Contas do Sistema Bancário, as referidas provisões são apresentadas no balanço como deduções às carteiras de títulos.

Carteira a vencimento

Consideram-se títulos da carteira a vencimento aqueles que o Banco pretende manter até ao seu reembolso, sendo constituída exclusivamente por títulos de rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento da emissão, incluindo os títulos de cupão zero, com data de reembolso determinada e que tenham sido emitidos por entidades enumeradas no ponto 1.1 do nº 15 do Aviso nº 3/95, de 30 de Junho do Banco de Portugal.

Os títulos com "call option" apenas poderão integrar a carteira a vencimento desde que o "call price" não seja inferior ao valor de reembolso na data do vencimento.

Os títulos da carteira a vencimento são registados ao custo de aquisição sendo os juros periodificados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10º e 20º do Aviso nº 3/95 de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

A transferência de títulos de negociação para a carteira a vencimento é realizada com base no valor de mercado. A transferência de títulos de investimento para a carteira a vencimento é realizada pelo valor pelo qual se encontram registados, líquidos das respectivas provisões constituídas. Nas transferências de títulos das carteiras de negociação e investimento as diferenças, entre o valor de reembolso e o valor pelo qual os títulos foram registados na carteira a vencimento, são periodificadas pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

i) Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos

Os activos, passivos e compromissos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Posição à vista

A posição à vista é constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, dos resultados em moeda estrangeira, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio informativo do Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Posição a prazo

A posição a prazo é constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas, são registadas como proveitos ou custos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Operações de 'Swap' de moeda

Os segmentos à vista e a prazo destas operações não são reavaliados. O prémio ou desconto de cada operação é amortizado até à data de vencimento por contrapartida de proveitos ou custos.

Os Swap de moeda são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Operações de 'Swap' de taxa de juro

Os juros a receber ou a pagar são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações. As operações de 'swap' de taxa de juro, de negociação, são reavaliadas com base na actualização dos fluxos futuros considerando as taxas praticadas no mercado.

Os Swap de taxa de juro são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Contratos a prazo de taxa de juro ('FRA - Forward Rate Agreement')

Os contratos de negociação são reavaliados ao valor de mercado, sendo as respectivas reavaliações reconhecidas em contas de resultados. Tais reavaliações são calculadas no período compreendido entre a data de contratação e a data de liquidação das operações.

Os contratos utilizados para cobertura de riscos ('hedging') não são reavaliados ao valor de mercado, sendo os respectivos resultados periodificados durante o prazo da operação, por contrapartida de proveitos ou custos. Os FRA's são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Futuros e opções

As posições de negociação em contratos de Futuros e Opções, transaccionados em mercados organizados, são valorizadas com base nas cotações de mercado, sendo as diferenças positivas ou negativas reconhecidas em resultados do exercício. Os prémios recebidos por opções vendidas são registados como proveitos diferidos até à data de execução dos contratos.

Os prémios pagos por opções compradas são registados em custos diferidos, sendo posteriormente adicionados ao custo de aquisição ou subtraídos ao valor de venda dos activos subjacentes, se a Opção for exercida ou reflectidos em custos, se a Opção não for exercida. Os contratos de opção vendidos em mercado de balcão são reavaliados, sendo as respectivas perdas potenciais registadas em resultados. As opções compradas são contabilizadas ao custo de aquisição até à execução ou venda do contrato.

As posições de cobertura de riscos ('hedging') não são reavaliadas e os seus resultados são relevados de acordo com a política contabilística dos elementos patrimoniais cobertos. Os contratos de futuros e de opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

‘Caps’ e ‘floors’

As importâncias recebidas e pagas são periodificadas respectivamente por contrapartida de proveitos, tratando-se de operações sobre taxas activas, e por contrapartida de custos, tratando-se de operações sobre taxas passivas.

j) *Imobilizações corpóreas*

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo respectivo custo de aquisição ou pelos valores resultantes das reavaliações efectuadas legalmente em Portugal, líquidas de amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no Decreto Regulamentar 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
• Imóveis	50
• Obras em edifícios alheios	10
• Equipamento	4 a 12
• Outras imobilizações	3

k) *Imobilizações incorpóreas*

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e amortizados em 3 anos sempre que forem satisfeitos os seguintes requisitos:

- o produto / processo esteja claramente definido e os custos que lhe são atribuíveis possam ser identificados separadamente;
- tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;
- o Conselho de Administração tenha indicado a intenção de desenvolver, comercializar ou utilizar o produto ou processo;
- exista uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;
- existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

Despesas de estabelecimento e trespasses

De acordo com as normas do Banco de Portugal, as despesas de estabelecimento e os trespasses são amortizadas durante um período de 3 anos.

l) *Locação financeira*

Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Como locador

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

m) Pensões de reforma

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV).

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1998, o Grupo BCP agregou os diversos fundos de pensões num único fundo denominado de “Fundo de Pensões do Grupo BCP”, nos termos do qual, desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores de todo o Grupo BCP de forma idêntica, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar).

A responsabilidade com pensões de reforma relativa aos colaboradores do Banco Mello e do Banco Pinto & Sotto Mayor, adquiridos pelo Grupo BCP em 2000, encontra-se coberta pelo Fundo de Pensões do Banco Mello e pelo Fundo de Pensões do Banco Pinto & Sotto Mayor, respectivamente.

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo ‘Plano ACTV- Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV)’, pelo ‘Plano ACTQ – Acordo Colectivo dos Quadros (ACTQ)’ e pelo ‘Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)’.

A responsabilidade do Grupo BCP com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas, para cada plano separadamente.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal, os quais se encontram descritos na nota 38.

Os pagamentos aos fundos são efectuados por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar quando atribuído, e com o objectivo de cumprir os níveis mínimos de financiamento exigidos pelo Banco de Portugal. Com a entrada em vigor do Aviso n.º 12/2001, o financiamento mínimo das responsabilidades passou a ser de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Até ao presente exercício, inclusive, a insuficiência do Fundo em relação às responsabilidades com serviços passados, determinada com base na avaliação actuarial efectuada anualmente, era financiada pelas empresas do Grupo e considerada como um custo do exercício. O excesso resultante desta análise era em primeiro lugar utilizado para a cobertura de responsabilidades com serviços passados não financiados, incluindo as decorrentes do Plano Complementar, sendo o valor remanescente considerado como um proveito do exercício.

Conforme estabelecido no Aviso n.º 12/2001, o Grupo BCP determinou a insuficiência do valor do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2001, relativamente aos valores mínimos de financiamento das responsabilidades resultantes da aplicação do Aviso n.º 6/95, a qual resulta dos ganhos e perdas actuariais decorrentes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente observados, e reconheceu tal montante como um passivo e um activo, a ser imputado a custos do exercício, a partir de 2002, com base no método do corredor.

De acordo com o método do corredor, a partir de 1 de Janeiro de 2002, a diferença de cobertura do fundo de pensões determinada em 31 de Dezembro de 2001, será imputada a resultados, na parte que excede 10% do maior de entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o valor do fundo, durante o prazo máximo de 10 anos.

n) Fiscalidade

As empresas do Grupo BCP com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites, para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo

o) Distribuição de resultados pelos empregados

De acordo com os estatutos do Banco, os accionistas, em Assembleia Geral, poderão fixar uma percentagem dos lucros a ser distribuída pelos colaboradores, competindo ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios.

Em substância, estes montantes a pagar aos colaboradores são considerados distribuição de resultados na mesma base dos dividendos a pagar aos accionistas, por serem uma transferência do direito aos dividendos dos accionistas para os colaboradores.

Esta distribuição de resultados é debitada em conta de situação líquida do exercício em que o pagamento é efectuado.

Na opinião do Conselho de Administração do Banco, a contabilização da distribuição de resultados pelos colaboradores é apropriada, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

2. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Caixa	426.435	382.311	382.942	336.215
Bancos centrais	838.405	656.948	710.573	594.151
	1.264.840	1.039.259	1.093.515	930.366

A rubrica de Bancos centrais inclui o saldo junto do Banco de Portugal que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

3. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Em instituições de crédito no país	62.278	368.807	76.716	286.314
Em instituições de crédito no estrangeiro	237.001	189.293	85.654	2.151.210
Valores a cobrar	460.170	520.701	415.961	493.375
	759.449	1.078.801	578.331	2.930.899

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

4. Outros créditos sobre instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Banco de Portugal	753.770	977.220	751.288	974.111
Mercado Monetário Interbancário	99.000	69.106	587.645	674.738
Aplicações sobre outras instituições de crédito no país	317.225	959.654	2.286.543	2.059.923
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro	2.418.152	4.082.647	5.580.724	3.954.067
	3.588.147	6.088.627	9.206.200	7.662.839
Crédito vencido - menos de 90 dias	829	810	-	265
Crédito vencido - mais de 90 dias	66	10	-	-
	3.589.042	6.089.447	9.206.200	7.663.104
Provisão específica para riscos de crédito	(118.862)	(137.425)	(118.059)	(136.889)
	3.470.180	5.952.022	9.088.141	7.526.215

A rubrica Outros créditos sobre instituições de crédito – Banco de Portugal, refere-se aos títulos de depósito emitidos pelo Banco de Portugal, subscritos pelo Grupo e pelo Banco, respectivamente. Os referidos títulos foram subscritos na sequência da alteração do regime de constituição de reservas de caixa, introduzido pelo Aviso 7/94, de 19 de Outubro, do Ministério das Finanças.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

Os movimentos da Provisão específica para riscos de crédito sobre instituições de crédito no Grupo e Banco são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Provisão específica para crédito vencido e vincendo associado sobre instituições de crédito:</i>				
Saldo em 1 de Janeiro	845	1.460	-	1.460
Transferências	-	(961)	-	(1.457)
Provisão do exercício	(3)	(10)	-	-
Diferenças cambiais	(40)	32	-	-
Saldo em 30 de Junho	802	521	-	3
<i>Provisão específica para risco país:</i>				
Saldo em 1 de Janeiro	132.301	127.116	132.293	127.097
Transferências	3.104	10.434	3.108	10.434
Provisão do exercício	(2.399)	(649)	(2.396)	(648)
Diferenças cambiais	(14.946)	3	(14.946)	3
Saldo em 30 de Junho	118.060	136.904	118.059	136.886
	118.862	137.425	118.059	136.889

As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

5. Créditos sobre clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito ao sector público	372.698	409.318	334.107	375.343
Crédito com garantias reais	15.203.974	16.280.114	10.981.812	13.239.928
Crédito com outras garantias	14.571.107	12.832.528	14.332.288	14.472.030
Crédito sem garantias	5.285.680	6.017.039	4.547.210	5.278.927
Crédito sobre o estrangeiro	5.445.273	4.361.289	4.610.131	3.097.935
Crédito tomado em operações de 'factoring'	609.470	482.020	77.062	70.702
Capital em locação	2.450.570	2.319.481	29.990	27.624
	43.938.772	42.701.789	34.912.600	36.562.489
Crédito vencido - menos de 90 dias	93.358	88.553	68.927	63.516
Crédito vencido - mais de 90 dias	611.545	549.485	413.559	406.479
	44.643.675	43.339.827	35.395.086	37.032.484
Provisão específica para riscos de crédito	(427.434)	(408.825)	(304.910)	(281.844)
	44.216.241	42.931.002	35.090.176	36.750.640

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Curto prazo</i>				
Crédito descontado titulado por efeitos	1.499.517	1.631.455	1.476.154	1.603.920
Crédito em conta corrente	9.002.004	8.953.460	8.489.686	8.574.424
Descobertos em depósitos à ordem	4.822.661	4.718.724	4.541.506	4.876.350
Empréstimos	5.142.944	5.618.313	4.259.783	4.498.620
Crédito tomado em operações de 'factoring'	609.470	482.020	77.062	70.702
	21.076.596	21.403.972	18.844.191	19.624.016
<i>Médio e longo prazo</i>				
Crédito descontado titulado por efeitos	169.699	109.403	169.589	109.268
Empréstimos	9.290.257	8.437.509	7.884.562	8.967.068
Crédito imobiliário	10.951.650	10.431.424	7.984.268	7.834.513
Capital em locação	2.450.570	2.319.481	29.990	27.624
	22.862.176	21.297.817	16.068.409	16.938.473
	43.938.772	42.701.789	34.912.600	36.562.489
Crédito vencido - menos de 90 dias	93.358	88.553	68.927	63.516
Crédito vencido - mais de 90 dias	611.545	549.485	413.559	406.479
	44.643.675	43.339.827	35.395.086	37.032.484
Provisão específica para riscos de crédito	(427.434)	(408.825)	(304.910)	(281.844)
	44.216.241	42.931.002	35.090.176	36.750.640

Durante o segundo semestre de 2001, foram efectuadas diversas operações de titularização de créditos as quais se encontram descritas na nota 35.

A análise do crédito sobre clientes, por sector da actividade, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	388.316	394.559	315.512	337.461
Indústrias extractivas	198.330	174.446	119.917	129.225
Alimentação, bebidas e tabaco	698.096	729.296	591.929	661.381
Têxteis	1.028.158	1.074.146	825.694	903.332
Madeira e cortiça	369.540	387.529	297.287	317.348
Papel, artes gráficas e editoras	249.593	293.143	162.839	201.761
Químicas	1.197.571	1.109.412	1.067.533	1.020.642
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.043.789	1.162.191	865.225	1.005.332
Electricidade, água e gás	601.231	546.219	521.602	489.001
Construção	4.154.264	3.871.260	2.644.757	2.629.851
Comércio a retalho	2.236.615	2.527.721	1.746.713	2.067.233
Comércio por grosso	2.735.167	2.893.613	2.305.317	2.475.553
Restaurantes e hotéis	701.173	698.322	598.305	614.328
Transportes e comunicações	1.327.413	1.260.855	969.925	979.444
Serviços	8.617.538	7.660.478	7.188.371	8.224.027
Crédito ao consumo	3.257.313	3.735.576	2.328.579	2.838.635
Crédito hipotecário	10.287.730	9.940.933	7.837.557	7.867.442
Outras actividades nacionais	1.340.983	1.406.343	763.977	1.048.797
Outras actividades internacionais	4.210.855	3.473.785	4.244.047	3.221.691
	44.643.675	43.339.827	35.395.086	37.032.484
Provisão específica para riscos de crédito	(427.434)	(408.825)	(304.910)	(281.844)
	44.216.241	42.931.002	35.090.176	36.750.640

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

A carteira de crédito sobre clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	6.261	9.929	6.122	2.929
Indústrias extractivas	4.358	1.973	3.790	926
Alimentação, bebidas e tabaco	15.323	17.286	10.537	13.628
Têxteis	55.880	53.075	55.749	52.242
Madeira e cortiça	16.347	46.838	16.347	46.838
Papel, artes gráficas e editoras	3.417	4.824	3.164	3.857
Químicas	3.644	13.322	3.063	9.487
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	33.687	27.352	33.687	27.352
Construção	25.552	24.473	12.331	16.404
Comércio a retalho	18.171	19.682	11.368	10.556
Comércio por grosso	35.178	37.895	35.159	36.356
Restaurantes e hotéis	7.007	5.881	7.007	5.881
Transportes e comunicações	2.353	7.394	2.353	6.304
Serviços	37.183	32.867	37.131	32.828
Crédito ao consumo	16.508	5.671	15.856	5.670
Outras actividades nacionais	16.115	17.548	3.441	5.011
	296.984	326.010	257.105	276.269

A análise do crédito vencido por sectores de actividade para o Grupo e para o Banco, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	29.933	22.127	19.234	18.289
Indústrias extractivas	8.506	3.084	6.400	2.573
Alimentação, bebidas e tabaco	31.746	20.348	16.584	15.270
Têxteis	50.289	56.824	40.564	53.078
Madeira e cortiça	16.854	18.772	14.471	17.539
Papel, artes gráficas e editoras	7.489	6.221	6.443	5.304
Químicas	6.672	4.316	2.793	3.062
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	64.686	67.271	57.696	64.203
Electricidade, água e gás	879	19	50	5
Construção	51.839	51.087	32.249	32.259
Comércio a retalho	32.095	40.383	19.940	31.682
Comércio por grosso	84.935	90.123	71.805	78.465
Restaurantes e hotéis	9.745	7.915	6.840	4.769
Transportes e comunicações	14.771	8.953	6.494	4.698
Serviços	66.163	44.039	47.887	32.255
Crédito ao consumo	100.761	87.996	66.305	43.880
Crédito hipotecário	97.148	66.623	50.537	35.506
Outras actividades nacionais	14.454	24.916	9.097	18.878
Outras actividades internacionais	15.938	17.021	7.097	8.280
	704.903	638.038	482.486	469.995

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Provisões específicas para crédito vencido e vincendo associado:</i>				
Saldo em 1 de Janeiro	415.856	315.146	271.343	227.804
Transferências	11.725	53.077	14.260	28.460
Provisão do exercício	163.733	88.757	136.159	59.532
Utilização de provisões	(211.298)	(128.496)	(171.748)	(112.386)
Diferenças cambiais	(9.109)	2.367	(1.357)	1.452
Saldo em 30 de Junho	370.907	330.851	248.657	204.862
<i>Provisões específicas para crédito reestruturado:</i>				
Saldo em 1 de Janeiro	41.158	30.098	40.287	29.227
Transferências	12.498	(2.250)	12.498	(2.250)
Provisão do exercício	(722)	6.927	-	6.979
Utilização de provisões	(29.379)	-	(29.379)	-
Saldo em 30 de Junho	23.555	34.775	23.406	33.956
<i>Provisões específicas para risco país:</i>				
Saldo em 1 de Janeiro	39.095	38.375	38.945	38.364
Transferências	561	442	589	283
Provisão do exercício	(6.684)	4.630	(6.687)	4.627
Diferenças cambiais	-	(248)	-	(248)
Saldo em 30 de Junho	32.972	43.199	32.847	43.026
	427.434	408.825	304.910	281.844

As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota 1 c), os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por sector de actividade, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	8.004	4.118	7.990	4.026
Indústrias extractivas	623	638	189	638
Alimentação, bebidas e tabaco	3.604	3.280	3.601	3.215
Têxteis	23.185	21.202	21.443	21.021
Madeira e cortiça	11.568	2.545	11.513	2.303
Papel, artes gráficas e editoras	2.667	2.539	2.507	1.810
Químicas	2.591	1.261	1.835	654
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	26.089	8.568	25.986	8.092
Electricidade, água e gás	-	1	-	-
Construção	9.863	8.781	9.610	7.747
Comércio a retalho	13.158	12.972	12.955	12.666
Comércio por grosso	39.066	21.314	38.856	20.853
Restaurantes e hotéis	2.783	1.988	2.732	1.852
Transportes e comunicações	2.951	2.686	2.705	1.787
Serviços	21.682	11.882	20.344	9.757
Crédito ao consumo	44.281	21.256	27.747	13.444
Crédito hipotecário	1.709	399	-	-
Outras actividades nacionais	12.453	3.053	11.098	2.521
Outras actividades internacionais	14.400	13	16	-
	240.677	128.496	201.127	112.386

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização da respectiva provisão, quando esta, de acordo com as normas do Banco de Portugal, corresponda a 100% do valor do crédito, mesmo que esse crédito não seja considerado totalmente irrecuperável numa óptica económica. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos do exercício em que ocorram (nota 30).

A recuperação de créditos e de juros anulados, por contrapartida das provisões nos exercícios anteriores, efectuada no decorrer de 2002 e 2001, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	433	832	420	822
Indústrias extractivas	113	65	100	10
Alimentação, bebidas e tabaco	1.959	828	1.934	825
Têxteis	1.726	3.847	1.461	3.803
Madeira e cortiça	710	585	248	582
Papel, artes gráficas e editoras	177	60	163	53
Químicas	3.206	156	3.119	145
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.731	3.217	1.543	884
Construção	1.441	2.921	1.206	2.801
Comércio a retalho	2.327	3.672	1.759	3.253
Comércio por grosso	9.535	7.474	4.409	7.283
Restaurantes e hotéis	839	380	792	364
Transportes e comunicações	531	605	294	549
Serviços	3.940	3.332	3.612	2.806
Crédito ao consumo	13.132	8.920	8.082	4.319
Crédito hipotecário	86	4	-	-
Outras actividades nacionais	2.103	1.069	1.964	1.014
Outras actividades internacionais	1.385	288	-	19
	45.374	38.255	31.106	29.532

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

6. Obrigações, acções e outros títulos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1.408.398	1.334.400	944.341	831.336
De outros emissores	1.733.005	2.361.510	4.068.472	4.022.506
Títulos próprios	82.103	115.902	64.407	76.011
	<u>3.223.506</u>	<u>3.811.812</u>	<u>5.077.220</u>	<u>4.929.853</u>
Títulos vencidos	12.172	9.976	8.408	9.928
Provisão específica para títulos vencidos	(10.893)	(9.937)	(8.407)	(9.913)
	<u>3.224.785</u>	<u>3.811.851</u>	<u>5.077.221</u>	<u>4.929.868</u>
Acções e outros títulos de rendimento variável	947.560	1.071.962	564.567	979.582
	<u>4.172.345</u>	<u>4.883.813</u>	<u>5.641.788</u>	<u>5.909.450</u>

Nos títulos de negociação, as mais e menos-valias não realizadas referem-se à diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado. Os títulos de investimento são provisionados conforme política contabilística referida na nota 1 h).

Conforme referido na política contabilística 1 g) os títulos adquiridos pelo Grupo na sequência de operações de titularização são contabilizados como títulos de investimento. Conforme referido na nota 35, em 30 de Junho de 2002, os títulos detidos pelo Grupo ascendem a Euros 170.029.000 e a provisão associada é de Euros 28.158.000.

As mais e menos-valias realizadas durante o exercício na alienação de títulos de investimento foram as seguintes:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Mais-valias realizadas	19.246	64.441	86.280	38.835
Menos-valias realizadas	(3.678)	(942)	(4.052)	(502)
	<u>15.568</u>	<u>63.499</u>	<u>82.228</u>	<u>38.333</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

A análise da carteira de títulos por tipo, nomeadamente títulos de negociação e de investimento é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Títulos de negociação:</i>				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais	43.679	127.645	16.252	2.431
Estrangeiros	5.157	39.705	5.054	-
Obrigações de outros emissores				
Nacionais	23.078	20.190	31.078	4.916
Estrangeiros	65.919	100.932	-	-
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública				
Sem acordo de recompra	6.705	10.386	6.705	10.386
Acções de empresas				
Nacionais	11.969	17.353	-	1.587
Estrangeiras	14.467	2.268	-	-
Outros títulos	65.680	-	65.680	-
	236.654	318.479	124.769	19.320
Mais-valias não realizadas	-	-	-	-
Menos-valias não realizadas	-	(23)	-	-
	236.654	318.456	124.769	19.320
<i>Títulos de investimento:</i>				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais	714.734	649.598	708.536	629.332
Estrangeiros	509.938	297.003	151.961	190.062
Obrigações de outros emissores				
Nacionais	483.926	459.216	2.990.170	2.436.861
Estrangeiros	515.236	691.200	486.362	663.064
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública				
Sem acordo de recompra	131.890	212.164	57.784	124
Papel comercial	623.233	915.282	605.288	878.390
Acções de empresas				
Nacionais	308.326	443.706	34.916	404.310
Estrangeiras	7.402	7.596	218	3.037
Unidades de participação	587.708	598.036	524.620	561.705
Certificados de depósito	10.994	14.387	-	71
Outros títulos	61.916	193.466	-	68.891
	3.955.303	4.481.654	5.559.855	5.835.847
Provisões para títulos de investimento	(128.330)	(88.712)	(107.243)	(78.240)
	3.826.973	4.392.942	5.452.612	5.757.607
<i>Títulos próprios:</i>				
De rendimento fixo	82.103	115.902	64.407	76.011
De rendimento variável	26.615	56.513	-	56.512
	108.718	172.415	64.407	132.523
	4.172.345	4.883.813	5.641.788	5.909.450

À data de 30 de Junho de 2002 e de 2001, não existiam títulos contabilizados na carteira a vencimento do Grupo e do Banco.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Grupo, à data de 30 de Junho de 2002, são analisados como segue:

	Valor de Balanço Euros '000	Provisões Euros '000	Valor Contabilístico Euros '000	Mais-valias não-realizadas Euros '000	Menos-valias não-realizadas Euros '000	Valor de Mercado Euros '000
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	713.387	1.347	714.734	1.120	(1.347)	714.507
Estrangeiros	507.580	2.358	509.938	346	(2.357)	507.927
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	465.195	18.731	483.926	1.998	(18.731)	467.193
Estrangeiros	485.570	29.666	515.236	2.904	(29.667)	488.473
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública sem acordo de recompra	131.890	-	131.890	194	-	132.084
Papel comercial	623.233	-	623.233	-	-	623.233
Acções de empresas						
Nacionais	296.434	11.892	308.326	1.293	(11.892)	297.727
Estrangeiras	7.204	198	7.402	14	(198)	7.218
Unidades de participação	536.402	51.306	587.708	2.622	(51.306)	539.024
Certificados de depósito	10.994	-	10.994	-	-	10.994
Outros títulos	49.084	12.832	61.916	514	(12.832)	49.598
	3.826.973	128.330	3.955.303	11.005	(128.330)	3.837.978

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Grupo, à data de 30 de Junho de 2001, são analisados como segue:

	Valor de Balanço Euros '000	Provisões Euros '000	Valor Contabilístico Euros '000	Mais-valias não-realizadas Euros '000	Menos-valias não-realizadas Euros '000	Valor de Mercado Euros '000
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	649.245	353	649.598	5.441	(353)	654.686
Estrangeiros	295.255	1.748	297.003	-	(1.748)	295.255
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	440.306	18.910	459.216	7.535	(18.910)	447.841
Estrangeiros	676.987	14.213	691.200	355	(14.213)	677.342
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública sem acordo de recompra	212.164	-	212.164	-	-	212.164
Papel comercial	915.282	-	915.282	-	-	915.282
Acções de empresas						
Nacionais	420.642	23.064	443.706	41	(23.064)	420.683
Estrangeiras	6.619	977	7.596	11	(977)	6.630
Unidades de participação	568.590	29.446	598.036	1.245	(29.446)	569.835
Certificados de depósito	14.387	-	14.387	-	-	14.387
Outros títulos	193.465	1	193.466	27	(1)	193.492
	4.392.942	88.712	4.481.654	14.655	(88.712)	4.407.597

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Banco, à data de 30 de Junho de 2002, são analisados como segue:

	Valor de Balanço Euros '000	Provisões Euros '000	Valor Contabilístico Euros '000	Mais-valias não-realizadas Euros '000	Menos-valias não-realizadas Euros '000	Valor de Mercado Euros '000
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	707.211	1.325	708.536	992	(1.325)	708.203
Estrangeiros	151.336	625	151.961	337	(625)	151.673
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	2.974.916	15.254	2.990.170	1.877	(15.254)	2.976.793
Estrangeiros	457.190	29.172	486.362	2.520	(29.172)	459.710
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública						
sem acordo de recompra	57.784	-	57.784	194	-	57.978
Papel comercial	605.288	-	605.288	-	-	605.288
Acções de empresas						
Nacionais	25.185	9.731	34.916	119	(9.731)	25.304
Estrangeiras	218	-	218	-	-	218
Unidades de participação	473.484	51.136	524.620	2.460	(51.136)	475.944
	5.452.612	107.243	5.559.855	8.499	(107.243)	5.461.111

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Banco, à data de 30 de Junho de 2001, são analisados como segue:

	Valor de Balanço Euros '000	Provisões Euros '000	Valor Contabilístico Euros '000	Mais-valias não-realizadas Euros '000	Menos-valias não-realizadas Euros '000	Valor de Mercado Euros '000
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	628.982	350	629.332	1.098	(350)	630.080
Estrangeiros	189.413	649	190.062	-	(649)	189.413
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	2.420.829	16.032	2.436.861	2.324	(16.032)	2.423.153
Estrangeiros	649.425	13.639	663.064	26	(13.639)	649.451
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública						
sem acordo de recompra	124	-	124	-	-	124
Papel comercial	878.390	-	878.390	-	-	878.390
Acções de empresas						
Nacionais	386.073	18.237	404.310	41	(18.237)	386.114
Estrangeiras	3.018	19	3.037	-	(19)	3.018
Unidades de participação	532.392	29.313	561.705	1.087	(29.313)	533.479
Certificados de depósito	71	-	71	-	-	71
Outros títulos	68.890	1	68.891	1	(1)	68.891
	5.757.607	78.240	5.835.847	4.577	(78.240)	5.762.184

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

7. Participações financeiras

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Participações financeiras em subsidiárias:</i>				
Instituições de crédito residentes	-	-	200.013	137.513
Instituições de crédito não residentes	-	-	166.853	66.323
Outras subsidiárias residentes	12.788	77.803	145.999	480.864
Outras subsidiárias não residentes	4.566	381	887	184
	<u>17.354</u>	<u>78.184</u>	<u>513.752</u>	<u>684.884</u>
<i>Participações financeiras em associadas e outras:</i>				
Instituições de crédito residentes	6.333	6.796	1.611	1.611
Instituições de crédito não residentes	841.008	610.672	420.821	175.287
Outras empresas residentes	869.897	824.913	817.385	771.222
Outras empresas não residentes	929.519	1.123.058	206.211	92.514
	<u>2.646.757</u>	<u>2.565.439</u>	<u>1.446.028</u>	<u>1.040.634</u>
	<u>2.664.111</u>	<u>2.643.623</u>	<u>1.959.780</u>	<u>1.725.518</u>
<i>Provisão específica para participações financeiras:</i>				
Em empresas subsidiárias	(223)	(1.396)	(11)	(1.842)
Em empresas associadas	-	(32.338)	-	(83.132)
Em outras participações financeiras	(21.794)	(11.559)	(14.301)	(5.017)
	<u>(22.017)</u>	<u>(45.293)</u>	<u>(14.312)</u>	<u>(89.991)</u>
	<u>2.642.094</u>	<u>2.598.330</u>	<u>1.945.468</u>	<u>1.635.527</u>

Os investimentos em participações financeiras do Grupo e do Banco que são consolidados pelo método integral e proporcional são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activobank, S.A.	-	-	25.530	-
AF Investimentos S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Limitada	-	-	69.130	69.130
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	-	-	109.750	47.250
Banque BCP, S.A.S.	-	-	66.299	66.299
BCP Participações Financeiras, SGPS Sociedade Unipessoal, Lda.	-	-	50.406	49.953
BCP.BS, Holding BV	-	-	221	-
BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, S.G.P.S., Lda.	-	-	25	25
B.C. Português - Escritório de Representações e Serviços, S/C Ltda.	-	-	60	71
Caracas Financial Services, Limited	-	-	27	27
Chemical, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	4.382
Comercial Imobiliária, S.A.	-	-	25.128	25.128
EMPRUR - Empresa de Projectos e Urbanização, S.A.	-	-	-	525
Leasefactor, S.G.P.S., S.A.	-	-	90.263	90.263
Managerland, S.A.	-	-	500	30
NovaBank, S.A.	-	-	75.000	-
Pinto Totta International Finance, Limited	-	-	23	23
Pirâmide - Estudos e Participações, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	24
SLEI - Sociedade Luso-Atlântico de Emp. Industriais, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	15.316
SPASA - Sociedade de Participações Atlântico, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	312.032
Outras	-	-	1.039	1.860
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>513.401</u>	<u>682.338</u>
Outras participações financeiras	2.664.111	2.643.623	1.446.379	1.043.180
Provisões para Outras participações financeiras	(22.017)	(45.293)	(14.312)	(89.991)
	<u>2.642.094</u>	<u>2.598.330</u>	<u>1.432.067</u>	<u>953.189</u>
	<u>2.642.094</u>	<u>2.598.330</u>	<u>1.945.468</u>	<u>1.635.527</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

O valor das Outras participações financeiras é analisado como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Participações financeiras em filiais excluídas e empresas associadas registadas pelo método da equivalência patrimonial:</i>				
Activobank, S.A.	-	-	-	8.730
A.G.I.I. - Atlântico, Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.	-	41.710	-	-
BCP - Assesores Financeiros, Lda.	-	114	-	68
Banco Sabadell, S.A.	185.371	180.442	-	-
BIG Bank Gdanski, S.A.	166.819	80.063	419.569	165.305
Eureko, B.V.	711.653	1.050.685	-	-
Fomento - Sociedade de Gestão, S.G.P.S., S.A.	-	3.849	-	-
Grupo Financiero Bital, S.A. de C.V.	-	37.468	-	83.236
Intertrust, S.A.	7.670	-	-	-
Luso Atlântica - Aluguer de Viaturas, S.A.	677	(1.985)	-	-
IT Car Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	3.543	7.556	-	359
Novafacar - Imobiliária e Metalúrgica, S.A.	-	17.437	-	-
Seguros e Pensões International, B.V.	8.312	8.375	7.955	7.955
Servitrust - Trust Management and Services, S.A.	590	2.024	100	100
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	11.965	11.262	4.473	4.562
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	6.333	6.796	1.611	1.611
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	6.420	1.103	-	-
Outras	6.785	14.545	1.828	3.472
	1.116.138	1.461.444	435.536	275.398
Provisões para participações financeiras em subsidiárias e associadas	(223)	(33.734)	(11)	(84.974)
	1.115.915	1.427.710	435.525	190.424
<i>Outras participações financeiras registadas ao custo de aquisição:</i>				
Banca Intesa, S.p.A.	487.249	348.732	-	-
Grupo EDP	788.478	742.260	788.478	742.260
Intertrust, S.A.	-	16.993	-	-
Finangeste - Empresa Financeira Gestão e Desenv., S.A.	13.822	14.311	9.243	9.243
Friends Provident PLC	196.528	-	196.528	-
SOMAGUE - Concessão e Serviços, S.A.	11.333	11.333	-	-
Soponata - Sociedade Portuguesa de Navios Tanques, S.A.	15.236	15.236	-	-
TagusPark - Parque de Ciência e Tecnologia, S.A.	2.173	2.173	2.173	2.173
Outras	33.154	31.141	14.421	14.106
	1.547.973	1.182.179	1.010.843	767.782
Provisões para Outras participações financeiras	(21.794)	(11.559)	(14.301)	(5.017)
	1.526.179	1.170.620	996.542	762.765
	2.642.094	2.598.330	1.432.067	953.189

As demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal incluem os activos, passivos e resultados do Banco Comercial Português, S.A. e das suas empresas subsidiárias, com actividade financeira.

A relação das empresas do Grupo é apresentada na nota 40.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

O movimento da provisão específica para participações financeiras é analisado como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Provisão para participações financeiras:</i>				
Saldo em 1 de Janeiro	43.163	50.178	89.586	90.445
Provisão por contrapartida de reservas	11.008	-	9.151	-
Transferências	(5.275)	24	(6.035)	12.356
Utilização de provisões	(26.879)	(4.830)	(78.390)	(12.810)
Diferenças cambiais	-	(79)	-	-
Saldo em 30 de Junho	<u>22.017</u>	<u>45.293</u>	<u>14.312</u>	<u>89.991</u>

Conforme referido na política contabilística 1 b), de acordo com o disposto no Aviso 4/2002 o Grupo constituiu, com referência a 30 de Junho de 2002, provisões para participações financeiras estratégicas, no montante de Euros 11.008.000. Em base individual a provisão constituída ascendeu a Euros 9.151.000.

As principais participações financeiras para as quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado, em 30 de Junho de 2002, são analisadas como se segue:

	Euros '000			
	Valor Contabilístico	Provisões	Valor de Balanço	Valor de Mercado
<i>Participações Financeiras registadas pelo método da equivalência patrimonial:</i>				
Banco Sabadell, S.A.	185.371	-	185.371	261.491
BIG Bank Gdanski, S.A.	166.819	-	166.819	293.429
	<u>352.190</u>	<u>-</u>	<u>352.190</u>	<u>554.920</u>
<i>Participações Financeiras registadas ao custo histórico:</i>				
Banca Intesa, S.p.A.	487.249	1.868	485.381	354.516
EDP - Electricidade de Portugal	580.197	4.808	575.389	297.206
Friends Provident PLC	196.528	509	196.019	118.400
ONI, S.G.P.S., S.A.	208.281	3.823	204.458	62.336
	<u>1.472.255</u>	<u>11.008</u>	<u>1.461.247</u>	<u>832.458</u>
	<u>1.824.445</u>	<u>11.008</u>	<u>1.813.437</u>	<u>1.387.378</u>

8. Imobilizações incorpóreas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Despesas de estabelecimento	39.377	46.202	3.294	4.349
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.366	4.167	8	284
'Software'	123.751	102.003	14.073	26.590
Campanhas publicitárias	510	540	-	-
Outras imobilizações incorpóreas	63.475	59.257	27.078	44.383
	<u>228.479</u>	<u>212.169</u>	<u>44.453</u>	<u>75.606</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>				
Relativas ao exercício corrente	(21.661)	(15.237)	(3.247)	(4.921)
Relativas a exercícios anteriores	(67.823)	(93.510)	(12.578)	(44.488)
	<u>(89.484)</u>	<u>(108.747)</u>	<u>(15.825)</u>	<u>(49.409)</u>
	<u>138.995</u>	<u>103.422</u>	<u>28.628</u>	<u>26.197</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

9. Imobilizações corpóreas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Imóveis	1.139.328	1.076.531	905.689	810.832
Equipamento				
Mobiliário	135.543	122.122	106.189	101.848
Máquinas	33.074	30.904	19.459	19.649
Equipamento informático	386.582	328.472	231.511	221.971
Instalações interiores	142.251	143.578	101.253	99.740
Viaturas	17.517	24.093	8.979	13.626
Equipamento de segurança	85.537	80.690	78.825	76.746
Obras em curso	83.800	201.159	50.764	112.517
Outras imobilizações corpóreas	36.954	46.093	30.769	30.435
	2.060.586	2.053.642	1.533.438	1.487.364
<i>Amortizações acumuladas</i>				
Relativas ao exercício corrente	(59.742)	(54.148)	(33.845)	(34.020)
Relativas a exercícios anteriores	(825.564)	(741.933)	(684.723)	(624.243)
	(885.306)	(796.081)	(718.568)	(658.263)
	1.175.280	1.257.561	814.870	829.101

10. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Devedores	200.789	370.144	125.363	397.778
Aplicações por recuperação de crédito	145.247	142.432	108.216	117.992
Outras imobilizações financeiras	23.381	73.143	4.330.585	2.401.367
Valores a cobrar	47.294	37.439	44.299	32.968
Impostos a recuperar	101.951	98.421	54.067	25.920
Bonificações a receber	333.247	253.500	210.275	153.847
Associadas	23.975	14.964	84.141	19.775
Contas diversas	22.308	79.864	14.376	66.234
	898.192	1.069.907	4.971.322	3.215.881
Provisões diversas	(88.214)	(137.424)	(76.602)	(191.515)
	809.978	932.483	4.894.720	3.024.366

Na rubrica Outras imobilizações financeiras do Banco encontra-se incluído o montante de Prestações e Suprimentos efectuados às 'Holdings' subsidiárias destinadas à tomada de participações financeiras em empresas subsidiárias. Os montantes referidos foram eliminados em consolidação.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

Os referidos Suprimentos e Prestações do Banco são analisados como segue:

	2002	2001
	Euros '000	Euros '000
BCP - Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	3.409.178	1.601.704
BCP - Internacional II, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	903.468	580.668
BCP Ireland Investments Limited	-	27.723
BCP Overseas Limited	-	36.177
BPA - Internacional, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	-	34.345
BPA Ireland Limited	-	37.410
SLEI - Sociedade Luso Atlântico de Empreendimentos Industriais, S.G.P.S., S.A.	-	25.018
SPASA - Sociedade de Participações Atlântico, S.G.P.S., S.A.	-	39.591
Outras empresas	17.939	18.731
	4.330.585	2.401.367

11. Contas de regularização do activo

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Juros e outros proveitos a receber	951.977	738.909	1.002.143	910.167
Despesas antecipadas	345.680	180.943	354.223	58.334
Operações sobre títulos a receber	254.545	210.487	36.852	30.980
Valores a debitar a clientes	142.320	188.663	130.250	180.075
Outras contas de regularização	427.836	842.772	365.678	566.182
	2.122.358	2.161.774	1.889.146	1.745.738

Em 30 de Junho de 2002 conforme descrito na nota 38, encontra-se incluído em Despesas Antecipadas o montante de Euros 124.879.000 e Euros 119.102.000 para o Grupo e Banco, respectivamente (31 de Dezembro de 2001: Euros 128.774.000 e Euros 125.314.000 respectivamente), relativo à diferença de cobertura do Fundo de Pensões na parte que excede os 10% da banda do corredor conforme política contabilística descrita na nota 1 m). Este montante será imputado a resultados a partir de 2002 durante um período de 10 anos. O limite do corredor no montante de Euros 269.988.000 e Euros 261.107.000 para o Grupo e Banco, respectivamente, encontra-se registado em Outras contas de regularização. Estes valores foram registados por contrapartida de Outras exigibilidades conforme nota 15.

12. Débitos para com instituições de crédito a prazo

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Banco de Portugal	199.927	560.377	199.927	560.377
Mercado Monetário Interbancário	87.000	228.325	101.700	238.392
Recursos de outras instituições de crédito no país	235.500	1.366.756	1.679.791	1.252.905
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	10.443.539	13.787.803	21.369.443	19.570.037
	10.965.966	15.943.261	23.350.861	21.621.711

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

13. Débitos para com clientes a prazo

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Depósitos para com clientes				
Depósitos a prazo	12.285.135	12.526.527	9.131.473	9.641.902
Depósitos de poupança	3.151.767	3.006.488	3.133.323	3.001.086
Bilhetes do Tesouro e outros activos com acordos de recompra	544.634	279.394	266	5.789
Outros débitos	391.856	416.913	229.475	271.956
	16.373.392	16.229.322	12.494.537	12.920.733

Nos termos da Portaria 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso 11/94 do Ministério das Finanças.

14. Débitos representados por títulos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Certificados de Depósito	9.549	9.204	-	-
Empréstimos obrigacionistas	10.533.349	8.185.947	2.385.071	1.751.087
Papel comercial	1.570.638	1.884.050	-	-
	12.113.536	10.079.201	2.385.071	1.751.087

As principais emissões de Empréstimos obrigacionistas no período entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2002, são analisadas como segue:

Empresa emissora	Data de emissão	Tipo de emissão	Moeda	Euros '000
Empréstimos obrigacionistas:				
Banco Comercial Português:				
BCP-SFE Ob.Cx.Poupança Certa 10% 02/7.1.2002	Janeiro, 2002	Taxa Fixa de 10%	EUR	12.000
BCP/SFI Ob.Cx. Poupança Certa 10% - Jan02/2005	Janeiro, 2002	Taxa Fixa de 10%	EUR	63.000
BCP Ob. Cx. 5,34% Março-02 / 22-Mar-2012	Março, 2002	Taxa Fixa de 5,34%	EUR	164.500
BCP SFI Ob. Cx. Cg Nasdaq Jun02/06Dez2005	Junho, 2002	Taxa Fixa 2% + Remun.Variavel no Vencº	EUR	5.650
BCP Finance Bank:				
Medium Term Notes - Euros 100 milhões	Janeiro, 2002	Euribor 3 meses + 0,16 %	EUR	100.000
Medium Term Notes - Euros 7 milhões	Fevereiro, 2002	Euribor 3 meses + 0,18 %	EUR	7.000
Medium Term Notes - Euros 12,5 milhões	Fevereiro, 2002	Euribor 12 meses + 1,65%	EUR	12.500
Medium Term Notes - Euros 500 milhões	Fevereiro, 2002	Euribor 3 meses + 0,20%	EUR	500.000
Medium Term Notes - USD 5,89 milhões	Fevereiro, 2002	Libor 6 meses + 1,75%*n/N <5,6% 1ºano; <6,1% 2ºano;<6,6% 3ºano;<7,1% 4ºano; <7,6% 5ºano	USD	5.905
Medium Term Notes - Euros 13,5 milhões	Fevereiro, 2002	Euribor 6 meses + 1,5%*n/N <4,3% 1ºano; <4,8% 2ºano;<5,3% 3ºano;<5,8% 4ºano; <6,3% 5ºano	EUR	13.500
Medium Term Notes - Euros 27,25 milhões	Fevereiro, 2002	Indexada a cabaz de acções	EUR	27.250
Medium Term Notes - Euros 5 milhões	Fevereiro, 2002	Tx.Dsct.<=> 6,8540559%	EUR	5.000
Medium Term Notes - USD 8,2 milhões	Março, 2002	Libor 12 meses + 1,50%	USD	8.221
Medium Term Notes - Euros 24 milhões	Março, 2002	Euribor 12 meses + 1,50%	EUR	24.000
Medium Term Notes - HKD 170 milhões	Abril, 2002	Hkd Hibor 3 meses + 0,32%	HKD	21.849
Medium Term Notes - GBP 20 milhões	Abril, 2002	Taxa Fixa de 5,74%	GBP	30.779
Medium Term Notes - GBP 20 milhões	Abril, 2002	Taxa Fixa de 5,63%	GBP	30.779
Medium Term Notes - EUR 500 milhões	Maio, 2002	Euribor 3 meses + 0,20%	EUR	500.000

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

(continuação)

Empresa emissora	Data de emissão	Tipo de emissão	Moeda	Euros '000
Medium Term Notes - EUR 21,5 milhões	Maio, 2002	Euribor 6 meses + 1,50%	EUR	21.500
Medium Term Notes - JPY 9.340 milhões	Maio, 2002	Taxa Fixa de 0,24%	JPY	79.019
Medium Term Notes - EUR 24 milhões	Maio, 2002	Indexada a cabaz de acções	EUR	24.000
Medium Term Notes - EUR 5 milhões	Maio, 2002	Tx.Dsct.<=> 7,0821486%	EUR	5.000
Medium Term Notes - EUR 10 milhões	Junho, 2002	Euribor 6 meses + 1,60%	EUR	10.000
Medium Term Notes - HKD 156 milhões	Junho, 2002	Hkd Hibor 3 meses + 0,21%	HKD	20.050
Medium Term Notes - HKD 100 milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 3,54%	HKD	12.853
Medium Term Notes - HKD 230 milhões	Junho, 2002	Hkd Hibor 3 meses + 0,23%	HKD	29.561
BCP Investimento:				
Ob.Cx.BCP Investimento Taxa Crescente 2007	Fevereiro, 2002	Tx Fixa Cresc.: 1ºano 3,37%, 2ºano 3,62%, 3ºano 3,87%, 4ºano 4,12%, 5ºano 4,37%.	EUR	61.759
BCPI Obrigações Caixa Cg 33 Plus Fev02	Fevereiro, 2002	Indexada cabaz 10 acções	EUR	77.500
BCPI Rendimento Garantido 02/04-Mar-2005	Março, 2002	Taxa Fixa de 12%	EUR	67.762
BCPI Obrig.Caixa Rendim. 24 Março 2002/2005	Março, 2002	Indexada cabaz 4 acções	EUR	68.000
BCP Inv. Obrig.Economia Mundial 2002/2005	Abril, 2002	Cupão Anual 2% + Rem.Var.no Vencimento	EUR	51.250
BCP Inv Obrigações De Caixa Tx Crescente 2004	Junho, 2002	Cpn Trimestral C/Tx Fixa Cada Trimestre (1ºTrim 3%; 2ºTrim 3,15%; 3ºTrim 3,30%; 4ºTrim 3,45%; 5ºTrim 3,60%; 6ºTrim 3,75%; 7ºTrim 3,90%; 8ºTrim 4,05%)	EUR	50.000
				2.110.187
Papel Comercial				
BCP Finance Bank - EUR 30 Milhões	Janeiro, 2002	Taxa Fixa de 3,375%	EUR	30.000
BCP Finance Bank - EUR 10,34 Milhões	Fevereiro, 2002	Taxa Fixa de 3,535%	EUR	10.340
BCP Finance Bank - USD 15 Milhões	Março, 2002	Taxa Fixa de 2,34%	USD	15.038
BCP Finance Bank - EUR 50 Milhões	Abril, 2002	Taxa Fixa de 3,43%	EUR	50.000
BCP Finance Bank - USD 50 Milhões	Abril, 2002	Taxa Fixa de 1,96%	USD	50.125
BCP Finance Bank - EUR 50 Milhões	Abril, 2002	Taxa Fixa de 3,425%	EUR	50.000
BCP Finance Bank - USD 53 Milhões	Abril, 2002	Taxa Fixa de 1,94%	USD	53.133
BCP Finance Bank - EUR 15 Milhões	Maio, 2002	Taxa Fixa de 3,36%	EUR	15.000
BCP Finance Bank - EUR 50 Milhões	Maio, 2002	Taxa Fixa de 3,465%	EUR	50.000
BCP Finance Bank - USD 25 Milhões	Maio, 2002	Taxa Fixa de 1,90%	USD	25.063
BCP Finance Bank - EUR 150 Milhões	Maio, 2002	Taxa Fixa de 3,41%	EUR	150.000
BCP Finance Bank - EUR 50 Milhões	Maio, 2002	Taxa Fixa de 3,44%	EUR	50.000
BCP Finance Bank - EUR 100 Milhões	Maio, 2002	Taxa Fixa de 3,45%	EUR	100.000
BCP Finance Bank - EUR 20 Milhões	Maio, 2002	Taxa Fixa de 3,495%	EUR	20.000
BCP Finance Bank - EUR 50 Milhões	Maio, 2002	Taxa Fixa de 3,51%	EUR	50.000
BCP Finance Bank - EUR 30 Milhões	Maio, 2002	Taxa Fixa de 3,51%	EUR	30.000
BCP Finance Bank - EUR 19 Milhões	Maio, 2002	Taxa Fixa de 3,50%	EUR	19.000
BCP Finance Bank - EUR 50 Milhões	Maio, 2002	Taxa Fixa de 3,50%	EUR	50.000
BCP Finance Bank - EUR 30 Milhões	Maio, 2002	Taxa Fixa de 3,49%	EUR	30.000
BCP Finance Bank - EUR 24 Milhões	Maio, 2002	Taxa Fixa de 3,50%	EUR	24.000
BCP Finance Bank - EUR 20 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 3,49%	EUR	20.000
BCP Finance Bank - EUR 20 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 3,44%	EUR	20.000
BCP Finance Bank - EUR 110 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 3,49%	EUR	110.000
BCP Finance Bank - EUR 15 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 3,37%	EUR	15.000
BCP Finance Bank - CHF 60 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 1,18%	CHF	40.758
BCP Finance Bank - EUR 43 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 3,37%	EUR	43.000
BCP Finance Bank - USD 30 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 1,82%	USD	30.075
BCP Finance Bank - EUR 50 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 3,47%	EUR	50.000
BCP Finance Bank - EUR 20 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 3,42%	EUR	20.000
BCP Finance Bank - CHF 40 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 1,202%	CHF	27.172
BCP Finance Bank - USD 50 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 1,88%	USD	50.125
BCP Finance Bank - USD 5 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 2,36%	USD	5.013
BCP Finance Bank - USD 50 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 1,88%	USD	50.125
BCP Finance Bank - USD 4 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 1,81%	USD	4.010
BCP Finance Bank - EUR 15 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 3,36%	EUR	15.000
BCP Finance Bank - CHF 20 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 1,20%	CHF	13.586
BCP Finance Bank - USD 30 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 1,83%	USD	30.075
BCP Finance Bank - EUR 30 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 3,48%	EUR	30.000
BCP Finance Bank - EUR 110 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 3,475%	EUR	110.000
BCP Finance Bank - EUR 10 Milhões	Junho, 2002	Taxa Fixa de 3,40%	EUR	10.000
				1.565.638
				3.675.825

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

15. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Credores:				
Fornecedores	49.082	51.441	16.001	26.890
Por contratos de 'Factoring'	65.364	78.223	-	-
Outros credores	123.436	94.475	40.478	55.473
Sector Público Administrativo	51.686	54.732	24.462	31.147
Contas diversas	148.622	13.698	125.482	5.630
	438.190	292.569	206.423	119.140

A rubrica de contas diversas inclui um montante de Euros 134.757.000 e Euros 118.989.000 para o Grupo e Banco, respectivamente (31 de Dezembro de 2001: Euros 398.762.000 e Euros 386.421.000 respectivamente), relativo à diferença de cobertura das responsabilidades com Pensões de Reforma à data de 30 de Junho de 2002, conforme referido na nota 38.

16. Contas de regularização do passivo

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Juros a pagar	764.943	951.300	760.459	1.010.252
Receitas antecipadas	80.837	91.660	34.964	64.129
Férias e subsídios de férias a pagar	71.972	68.133	41.409	42.254
Outros custos administrativos a pagar	553	977	27	11
Operações sobre títulos a liquidar	255.493	199.312	5.257	57.366
Outras contas de regularização	458.899	378.221	468.712	315.510
	1.632.697	1.689.603	1.310.828	1.489.522

A rubrica de Outras contas de regularização incluía, em 30 de Junho de 2001, o montante de Euros 180 milhões relativo aos encargos a incorrer durante o exercício de 2001, com o programa de redimensionamento do quadro de colaboradores e de sucursais. Em 31 de Dezembro de 2001, na sequência da consulta formulada ao Banco de Portugal e em cumprimento de instruções emitidas, o BCP procedeu a uma reclassificação contabilística dos encargos estimados, conforme referido na nota 21.

17. Provisão para riscos e encargos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Provisão para riscos gerais de crédito	539.166	572.209	535.904	585.021
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	153.115	117.488	145.856	81.317
Provisões para riscos bancários gerais	141.296	305.530	65.792	239.620
Outras provisões para riscos e encargos	25.807	105.631	24.445	104.456
	859.384	1.100.858	771.997	1.010.414

A rubrica de Provisões para riscos bancários gerais incluía em 30 de Junho de 2001 o montante de Euros 215 milhões relativo à estimativa de encargos a incorrer durante o exercício de 2001, com o programa de redimensionamento do quadro de colaboradores e de sucursais. Em 31 de Dezembro de 2001, na sequência da consulta formulada ao Banco de Portugal e em cumprimento de instruções emitidas, o BCP procedeu a uma reclassificação contabilística dos encargos estimados, conforme referido na nota 21.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Provisão genérica para crédito directo:</i>				
Saldo em 1 de Janeiro	496.413	516.289	422.917	441.795
Transferências	(27.075)	(20.397)	(27.659)	(18.625)
Provisão do exercício	21.042	9.064	7.759	22.930
Utilização de provisões	(18.897)	(224)	(18.624)	(224)
Diferenças cambiais	(2.048)	73	(737)	-
Saldo em 30 de Junho	469.435	504.805	383.656	445.876
<i>Provisão genérica para crédito por assinatura:</i>				
Saldo em 1 de Janeiro	70.615	65.895	141.396	118.307
Transferências	135	5.977	(40)	163
Provisão do exercício	(228)	(3.830)	10.950	20.738
Utilização de provisões	-	(63)	-	(63)
Diferenças cambiais	(791)	(575)	(58)	-
Saldo em 30 de Junho	69.731	67.404	152.248	139.145
	539.166	572.209	535.904	585.021

As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições. A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos Avisos 3/95 e 2/99 do Banco de Portugal, conforme referido na nota 1 e).

18. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Obrigações de caixa	2.300.999	2.219.860	2.040.703	2.335.667
Obrigações perpétuas	550.353	454.631	2.175.636	2.053.299
Outros passivos subordinados	31.323	74.131	399.928	500.337
	2.882.675	2.748.622	4.616.267	4.889.303

Em 30 de Junho de 2002, as emissões de empréstimos subordinados do Grupo e do Banco são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
				Euros '000	Euros '000
<i>Obrigações de caixa</i>					
Banco Comercial Português:					
BCP 1993	Dezembro 1993	Dezembro 2003	Ver ref. (i)	74.815	74.820
BCP 1995	Março 1995	Março 2005	Euribor 6 meses + 0,20%	145.897	149.639
BCP 2001 - Março 2001	Março 2001	Março 2011	Euribor 6 meses + 1,03%	-	400.000
BCP 2001 - Maio 2001	Maio 2001	Março 2011	Euribor 6 meses + 0,98%	-	200.000
Guaranteed Exchangeable Bonds	Junho 2001	Junho 2011	Taxa Fixa de 4,750 %	-	425.000
BCP Junho 2001	Junho 2001	Março 2011	Taxa Fixa de 6,350 %	150.000	150.000
BCP Setembro 2001	Setembro 2001	Setembro 2011	Taxa Fixa de 6,150 %	120.000	120.000
BPA 1993 - 1.ª emissão	Fevereiro 1993	Fevereiro 2003	TBA x 1,055	74.820	74.820
BPA 1993 - 2.ª emissão	Dezembro 1993	Dezembro 2003	Ver ref. (ii)	37.410	37.410
BPA 1996	Dezembro 1996	Janeiro 2007	Euribor 6 meses + 0,2%	149.639	149.639
UBP 1993 - 1.ª emissão	Fevereiro 1993	Fevereiro 2004	Ver ref. (iii)	27.434	27.434
UBP 1993 - 2.ª emissão	Novembro 1993	Novembro 2004	Euribor 6 meses + 0,375%	9.976	9.976
UBP 1996	Junho 1996	Junho 2006	Euribor 6 meses + 0,25%	29.295	29.928
B.M. Imobiliário 1998	Junho 1998	Junho 2008	Euribor 12 meses	7.482	7.482

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo Euros '000	Banco Euros '000
BPSM 1995	Março 1995	Março 2005	Euribor 6 meses + 0,25%	44.892	44.892
BPSM 1995 - 2.ª emissão	Abril 1995	Abril 2003	Euribor 6 meses + 0,25%	139.112	139.663
BCP Investimento:					
Cisf 1993	Dezembro 1993	Dezembro 2003	Euribor 3 meses + 0,15%	29.928	-
BMI 1995 - 1.ª emissão	Junho 1995	Junho 2005	Euribor 6 meses + 0,4%	9.976	-
BCP Investimento 2001/2011	Março 2001	Março 2011	Euribor 6 meses + 0,95%	18.000	-
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII 1993	Novembro 1993	Novembro 2003	Taxa fixa 4,4063%	9.063	-
BII 1995	Junho 1995	Junho 2005	Euribor 3 meses + 0,25%	9.976	-
BII 1996	Dezembro 1996	Dezembro 2003	Euribor 3 meses + 0,25%	14.964	-
BII 1998	Dezembro 1998	Dezembro 2008	Euribor 3 meses + 0,5%	29.928	-
BII SFE 1999	Dezembro 1999	Dezembro 2009	Euribor 6 meses + 1,0%	17.500	-
BCP Leasing:					
1992 - 1.ª emissão	Junho 1992	Julho 2002	TBA x 1,06	3.492	-
1992 - 2.ª emissão	Junho 1992	Julho 2002	TBA x 1,06	6.484	-
1992 - 3.ª emissão	Dezembro 1992	Dezembro 2002	TBA x 1,065	14.964	-
1993 - 1.ª emissão	Junho 1993	Junho 2003	Ver ref. (iv)	9.976	-
1993 - 2.ª emissão	Setembro 1993	Setembro 2003	Ver ref. (v)	11.722	-
1992 - 1.ª emissão	Junho 1992	Julho 2002	TBA x 1,06	4.988	-
1992 - 2.ª emissão	Julho 1992	Julho 2002	TBA x 1,06	4.988	-
1992 - 3.ª emissão	Dezembro 1992	Dezembro 2002	TBA x 1,065	9.976	-
1995 Lusoleasing	Dezembro 1995	Novembro 2005	Euribor 6 meses + 0,4%	9.976	-
1998 Comercial Leasing	Dezembro 1998	Dezembro 2008	Euribor 6 meses + 0,75%	4.988	-
1993 Macaulease	Janeiro 1993	Junho 2003	TBA x 1,075	4.988	-
BCP Factoring:					
BPA Factor 1995	Agosto 1995	Agosto 2005	Euribor 6 meses + 0,375%	2.494	-
Nacional Factoring 1999	Março 1999	Março 2009	Euribor 6 meses + 0,75%	7.482	-
Expresso Atlântico:					
BCM 1992	Maio 1992	Maio 2003/4	TBA x 1,06	19.952	-
BCM 1992 - 2.ª emissão	Setembro 1992	Maio 2003/4	TBA x 1,06	12.470	-
Interbanco:					
Interbanco 2000	Setembro 2000	Setembro 2010	Euribor 6 meses + 0,65%	15.000	-
Credibanco:					
Mello Crédito 1997	Junho 1997	Junho 2004	Euribor 3 meses + 1,5%	1.496	-
Banco Internacional Moçambique:					
BCM 2000	Dezembro 2000	Dezembro 2010	Libor 6 meses	10.456	-
BCP Finance Bank:					
EMTN 44ª Emissão - 1 Tranche	Março 2001	Março 2011	Taxa Fixa de 6,250 %	400.000	-
EMTN 44ª Emissão - 2 Tranche	Maio 2001	Março 2011	Taxa Fixa de 6,250 %	170.000	-
Subord.Guarant. Exchang.	Junho 2001	Junho 2011	Taxa Fixa de 4,750 %	425.000	-
				2.300.999	2.040.703
Obrigações perpétuas:					
Banco Mello	Junho 1999	-	Taxa fixa 8,3872%	-	58.110
BCP - Euro 400 milhões	Junho 1999	-	Taxa fixa 6,25%	-	400.000
BCP 2000	Janeiro 2000	-	Euribor 3 meses + 0,2075%	-	486.949
BCP - Euro 600 milhões	Setembro 2000	-	Euribor 3 meses + 1,75%	-	600.000
BCP - Euro 200 milhões	Junho 2002	-	Ver ref. (vi)	200.000	200.000
BPA 1997	Junho 1997	-	Euribor 3 meses + 0,95%	199.519	199.519
BII 1997	Dezembro 1997	-	Euribor 3 meses + 0,8%	28.612	-
BII 1999	Setembro 1999	-	Euribor 3 meses + 2,0%	7.500	-
B.M. Imobiliário 1998	Dezembro 1998	-	Euribor 12 meses	15.962	15.962
BPSM - USD 125 milhões	Junho 1997	-	USD Libor 3 meses + 1,25%	-	125.312
TOPS's BPSM 1997	Dezembro 1997	-	Euribor 6 meses + 0,4%	89.784	89.784
Mello Crédito 1998	Dezembro 1998	-	Euribor 12 meses + 1,75%	3.990	-
BCP Leasing 2001	Dezembro 2001	-	Euribor 3 meses + 1,75%	4.986	-
				550.353	2.175.636

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo Euros '000	Banco Euros '000
Outros passivos subordinados:					
Títulos de participação:					
Banco Mello	1987	A partir 2005	Ver 2º e 3º parágrafos	23.341	29.928
Outros:					
BCP - Euro 370 milhões	Outubro 1999	Outubro 2004	Euribor 3 meses + 0,16%	-	370.000
Interbanco	Dezembro 2000	-	-	7.482	-
Managerland	Dezembro 2001	-	-	500	-
				31.323	399.928
				2.882.675	4.616.267

Referências :

TBA - Taxa base anual do Banco de Portugal
PRV - Média das "Prime Rate Variáveis" praticadas pela CGD, BES, BPA, e BFE
(i) - A menor entre, Euribor 6 meses + 0,125% e TBA + 1%
(ii) - A menor entre, Euribor 6 meses + 0,2% e TBA + 0,8125%
(iii) - A menor entre, Euribor 6 meses + 0,75% e TBA x 1,07
(iv) - A menor entre, Euribor 6 meses + 0,4375% e TBA + 1,0625%
(v) - A menor entre, Euribor 3 meses + 0,25% e PRV - 1%
(vi) - Até 40º cupão 6,130625%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,40%

As emissões de obrigações de caixa têm reembolso antecipado a partir do 5º ano após a data de emissão.

A remuneração dos Títulos de Participação emitidos pelo Banco Mello, S.A. em 1987 tem duas componentes, uma fixa e outra variável. A parte fixa é determinada aplicando a 70% do valor nominal do título uma taxa de juro igual à taxa de referência da Lisbor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrans da Reuters (página LBOA). A remuneração variável, corresponderá ao produto de 75% do restante valor (30%) nominal do título, pelo valor do índice de crescimento anual dos "cash-flows" e pela taxa de juro igual à taxa de referência da Lisbor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrans da Reuters (página LBOA). É estabelecido um limite mínimo de remuneração equivalente à taxa de referência da Lisbor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrans da Reuters (página LBOA), decrescida de 30 b.p., e um limite máximo de remuneração equivalente à taxa de referência da Lisbor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrans da Reuters (página LBOA).

O reembolso dos Títulos de Participação emitidos pelo Banco Mello, S.A. em 1987 poderá ocorrer a partir de 15 de Abril de 2005, por iniciativa do participante, sendo feito ao valor nominal. O reembolso dos Títulos de Participação emitidos pelo Banco Mello, S.A. em 1987 poderá ocorrer a partir de 15 de Abril de 2005, por iniciativa do Banco Comercial Português, S.A., sendo feito ao valor nominal. Em qualquer dos casos, o reembolso deverá coincidir com a data de pagamento da remuneração.

19. Capital subscrito e Prémio de emissão

O capital de Euros 2.326.714.877, representado por 2.326.714.877 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontra-se integralmente realizado.

As rubricas do Capital social e Prémio de emissão são analisadas como segue:

	Grupo e Banco	
	Capital social Euros '000	Prémio emissão Euros '000
Saldo em 31 de Dezembro de 2000	2.101.563	170.130
Emissão de 168.125.003 acções por exercício de direito de preferência aos accionistas	168.125	546.406
Emissão de 57.027.325 acções, por incorporação de reservas	57.027	-
Encargos relacionados com o aumento de capital e fusão	-	(1.333)
Saldo em 31 de Dezembro de 2001	2.326.715	715.203
Encargos relacionados com o aumento de capital	-	(86)
Saldo em 30 de Junho de 2002	2.326.715	715.117

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

20. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. Neste contexto, e na sequência da deliberação da Assembleia Geral, em Março de 2002, foi efectuado um reforço no saldo desta conta no valor de Euros 52.000.000 (ver nota 21).

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 10% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.

21. Reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Reserva legal	262.382	210.382	262.382	210.382
Reserva estatutária	18.926	9.926	18.926	9.926
Outras reservas e resultados transitados	842.138	605.573	704.385	476.264
Resultado do exercício	320.873	353.753	221.009	238.231
'Goodwill' resultante da consolidação	(2.490.481)	(2.027.356)	-	-
Diferença cambial de consolidação	(12.169)	92.236	-	-
Outras reservas de consolidação	(119.791)	(53.526)	-	-
	<u>(1.178.122)</u>	<u>(809.012)</u>	<u>1.206.702</u>	<u>934.803</u>

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 20.

Em 30 de Junho de 2002, a rubrica de Outras reservas de consolidação registou um movimento negativo de Euros 56.240.000, incluindo o valor relativo ao movimento de reservas nas contas da Eureka no montante de Euros 50.122.000.

Em 30 de Junho de 2001, na rubrica de Outras reservas encontrava-se incluído o montante de Euros 395 milhões referente a uma estimativa de custos de reestruturação, a incorrer durante o exercício de 2001, no âmbito do programa de redimensionamento do quadro de pessoal, que envolvia pré-reformas e rescisões por mútuo acordo de cerca de 1.500 colaboradores, e da concentração de negócio, que incluía o encerramento de 271 sucursais do Grupo, nos valores de Euros 280 milhões e de Euros 115 milhões, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2001, os referidos custos nos montante de Euros 180 milhões e Euros 215 milhões estavam registados, respectivamente, em custos a pagar, conforme referido na nota 16 de Contas de regularização do passivo e em Provisão para riscos bancários gerais, conforme referido na nota 17 de Provisão para riscos e encargos.

Em 31 de Dezembro de 2001, na sequência de consulta formulada ao Banco de Portugal e em cumprimento de instruções emitidas, o BCP procedeu a uma reclassificação contabilística dos encargos estimados, no montante de Euros 115 milhões, referentes ao programa de encerramento de Sucursais e que haviam sido relevados em 30 de Junho de 2001 por contrapartida de reservas. Adicionalmente, este valor foi objecto de revisão, tendo em conta que parte das sucursais encerradas apresentaram reduzidos custos de encerramento e que, nas restantes, o valor revisto, considerando dados de custos mais actuais entretanto apurados, se revelou inferior ao inicialmente estimado, reduzindo-se assim para Euros 66 milhões esta componente dos custos de reestruturação, que foi considerado custo extraordinário do exercício de 2001. Daqui resulta um aumento de reservas, em relação a 30 de Junho de 2001, decorrente desta diferença de estimativas, no valor de Euros 49 milhões.

De referir que, aquando da publicação dos resultados do primeiro semestre de 2001, se havia indicado que a revelação destes custos por contrapartida de reservas se encontrava sujeita à aprovação do Banco de Portugal.

No que diz respeito ao programa de redimensionamento do quadro de pessoal, verificou-se que os encargos efectivamente incorridos foram aproximadamente Euros 29 milhões inferiores ao inicialmente previsto, do que resulta um aumento de reservas em relação a 30 de Junho de 2001.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

A rubrica de 'Goodwill' resultante da consolidação é analisada como segue:

	Euros '000
Saldo em 31 de Dezembro de 2000	(1.752.375)
Ajustamento ao 'Goodwill' relativo à Eureko	(287.665)
Ajustamento ao 'Goodwill' relativo ao Banco Sabadell	8.493
'Goodwill' resultante da aquisição de Ibersecurities (Grupo ActivoBank)	(9.098)
'Goodwill' resultante de outras aquisições	13.289
Saldo em 30 de Junho de 2001	(2.027.356)
Ajustamento ao 'Goodwill' resultante de aquisições da Eureko	(199.447)
Ajustamento ao 'Goodwill' resultante do aumento de capital do Banco Sabadell	(496)
'Goodwill' resultante da aquisição adicional da participação no BBG	(122.696)
Ajustamento ao 'Goodwill' do BCM Moçambique	(9.137)
'Goodwill' resultante de outras aquisições	(17.470)
Saldo em 31 de Dezembro 2001	(2.376.602)
Ajustamento ao 'Goodwill' resultante de aquisições da Eureko	(61.208)
Ajustamento ao 'Goodwill' resultante de aquisições do Banco Sabadell	(4.479)
'Goodwill' resultante da aquisição de 50% do Expresso Atlântico	(6.665)
'Goodwill' resultante da aquisição adicional de 16,7% do BIM	(11.263)
'Goodwill' resultante do aumento de capital de 19,9% do BII	(7.872)
'Goodwill' resultante da consolidação da Intertrust na NovaBank	(12.302)
'Goodwill' resultante da aquisição adicional da participação no BBG	(8.131)
'Goodwill' resultante de outras aquisições	(1.959)
Saldo em 30 de Junho 2002	(2.490.481)

22. Acções próprias

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Valor de balanço das acções do Banco Comercial Português, S.A.	23.984	7.566	23.984	7.566
Número de acções	6.833.187 acções	1.719.487 acções	6.833.187 acções	1.719.487 acções
Valor unitário médio em Euros	3,51	4,40	3,51	4,40

As acções próprias detidas pelo Banco Comercial Português, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

23. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo	
	2002	2001
	Euros '000	Euros '000
Banco Expresso Atlântico, S.A.	-	10.828
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	36.345	22.943
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	(2.034)	(21.474)
Interbanco, S.A.	24.356	23.961
NovaBank, S.A.	101.664	-
Outras subsidiárias	10	52
	160.341	36.310
Acções preferenciais	1.205.292	1.230.907
	1.365.633	1.267.217

Existe um acordo de accionistas para a cobertura dos capitais próprios negativos do BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.

Em 30 de Junho de 2002, os interesses minoritários em acções preferenciais são analisados como segue :

(i) Emissão de 5.000.000 acções preferenciais convertíveis Serie A, de USD 50 cada (USD 25 de valor nominal e USD 25 de prémio de emissão), sem direito a voto, no montante de USD 250.000.000, pelo BCP International Bank Limited, em 21 de Junho de 1996. Desta emissão, foram convertidas em acções do BCP o montante de USD 230.070.550. Nos parágrafos seguintes são apresentadas as principais conversões;

Em Dezembro de 1997, foram convertidas 1.644.000 acções no montante de USD 82.200.000, em acções do Banco Comercial Português, S.A., procedendo-se em consequência à emissão de 6.006.351 novas acções representativas do capital social do Banco Comercial Português, S.A. pelo exercício parcial dos direitos de conversão associados às acções preferenciais emitidas em Junho de 1996 pelo BCP International Bank Limited ('8% Non-Cumulative Guaranteed Exchangeable Preference Shares, Series A'). A subscrição destas novas acções, com o valor nominal de Esc. 1.000, foi realizada com um prémio de emissão unitário de Esc. 1.144,52, no montante total de Esc. 6.874.389.000, conforme decorre das condições da emissão.

Durante o primeiro semestre de 1998, procedeu-se à conversão de 2.136.776 acções preferenciais emitidas pela BCP International Bank Limited no montante de USD 106.838.800 em 8.129.000 acções do Banco Comercial Português, S.A. Em Fevereiro de 1999, procedeu-se à conversão de 787.635 acções preferenciais emitidas pela BCP International Bank Limited no montante de USD 39.381.750 em 3.031.000 acções do Banco Comercial Português, S.A.

(ii) Emissão de 8.000.000 acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

(iii) Emissão de 6.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000, destinada a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 20.000.000 de acções preferenciais Série A, de USD 25 cada, sem direito a voto, no montante total de USD 500.000.000, pela BCP Capital Finance Limited, em 29 de Setembro de 1995;

(iv) Emissão de 2.400.000 acções preferenciais Série A, de Euros 25 cada, não cumulativas e sem direito a voto, no montante total de Euros 60.000.000, pela Mello Capital Limited, em 22 de Junho de 1999.

(v) Emissão de 125.000 acções preferenciais sem direito a voto, com o valor nominal de USD 1.000, garantidas pelo Banco Pinto & Sotto Mayor, S.A., no montante total USD 125.000.000, pela Pinto Totta International Finance Limited, em 29 de Julho de 1997.

As empresas BCP Capital Finance Limited, BCP International Bank Limited, BCP Finance Company e Mello Capital Limited, com sede nas Ilhas Cayman, são subsidiárias detidas integralmente e indirectamente pelo Banco Comercial Português, S.A., e o seu enquadramento jurídico rege-se pelas leis vigentes nas Ilhas Cayman.

A empresa Pinto Totta International Finance Limited, com sede nas Ilhas Cayman, é uma subsidiária directa do Banco Comercial Português, S.A., detida conjuntamente em partes iguais a 50% com o Banco Totta & Açores, S.A., e o seu enquadramento jurídico rege-se pelas leis vigentes nas Ilhas Cayman. Esta empresa é incorporada pelo método proporcional de consolidação nas contas do Grupo BCP.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

Em 30 de Junho de 2002, as emissões de acções preferenciais do Grupo são analisadas como segue:

Subsidiárias	Data de emissão	Nº de acções	Valor nominal unitário	Taxa de Juro	Grupo Euros '000
BCP International Bank	Junho 1996	(i) 398.589	(ii) USD 50	Taxa fixa 8%	19.980
BCP Finance Company	Junho 1999	8.000.000	EUR 50	Taxa fixa 6,25%	400.000
BCP Finance Company	Setembro 2000	6.000.000	EUR 100	Libor 3 meses +1,75%	600.000
Mello Capital Limited	Junho 1999	2.400.000	EUR 25	Taxa fixa 7,5%	60.000
Pinto Totta International Finance	Julho 1997	125.000	USD 1.000	Taxa fixa 7,77% (iii)	125.312
					1.205.292

- (i) - N.º de acções vivas em 30 de Junho de 2002, na sequência da conversão em acções BCP
(ii) - O valor nominal indicado inclui o montante de USD 25 de Prémio de Emissão
(iii) - A partir de Agosto de 2007, a remuneração corresponderá à taxa USD Libor 6 meses +2,75%

24. Juros e proveitos equiparados

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Juros de crédito	1.214.049	1.399.854	927.603	1.141.757
Juros de títulos de negociação	4.347	7.243	457	44
Juros de títulos de investimento	79.005	121.394	139.237	184.300
Juros de depósitos e outras aplicações	195.163	192.869	392.514	416.250
	1.492.564	1.721.360	1.459.811	1.742.351

25. Juros e custos equiparados

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Juros de depósitos e outros recursos	541.031	776.030	813.508	1.042.293
Juros de títulos com acordo de recompra	9.377	5.554	-	-
Juros de títulos emitidos	278.122	270.007	152.582	148.319
	828.530	1.051.591	966.090	1.190.612

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

26. Provisão para riscos de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Aplicações em instituições de crédito:</i>				
Crédito vencido e cobrança duvidosa	(3)	(10)	-	-
Risco país	(2.399)	(649)	(2.396)	(648)
	(2.402)	(659)	(2.396)	(648)
<i>Crédito concedido a clientes:</i>				
Crédito vencido, vincendo associado e risco país	157.049	93.387	129.472	64.159
Crédito reestruturado	(722)	6.927	-	6.979
Riscos gerais de crédito	20.814	5.234	18.709	43.668
	177.141	105.548	148.181	114.806
	174.739	104.889	145.785	114.158

Estas rubricas são apresentadas pelos valores de dotações líquidas de reposições.

27. Rendimentos de títulos

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Rendimentos de títulos de investimento	13.894	39.335	2.056	38.455
Rendimento de imobilizações financeiras				
De participações em subsidiárias	-	-	20.195	19.952
De participações em associadas e outras	25.772	11.798	19.653	3.923
De apropriação por equivalência patrimonial	74.113	80.393	-	-
	113.779	131.526	41.904	62.330

28. Comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Comissões recebidas:</i>				
Por garantias prestadas	30.353	24.657	27.785	22.246
Por compromissos perante terceiros	6.451	5.662	3.655	2.258
Por serviços bancários prestados	176.405	171.686	125.632	115.881
Por operações realizadas com títulos	15.981	22.949	5.869	11.323
Outras comissões	59.601	53.942	47.902	52.988
	288.791	278.896	210.843	204.696
<i>Comissões pagas:</i>				
Por garantias recebidas	235	179	52	67
Por serviços bancários prestados por terceiros	20.869	10.402	18.610	8.050
Por operações realizadas com títulos	3.584	3.628	2.915	2.592
Outras comissões	18.848	24.063	5.821	5.742
	43.536	38.272	27.398	16.451
Resultados líquidos de comissões	245.255	240.624	183.445	188.245

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

29. Resultados em operações financeiras

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Lucros em operações financeiras:</i>				
Operações cambiais	50.536	59.473	71.447	53.402
Operações com títulos	82.217	121.619	114.203	39.237
Swaps e contratos a prazo de taxa de juro (FRA's)	13.863	6.918	25.437	5.457
Contratos de opções e futuros	27.884	65.767	13.037	10.408
Outras operações	1.489	1.623	1.409	1.567
	175.989	255.400	225.533	110.071
<i>Prejuízo em operações financeiras:</i>				
Operações cambiais	38.876	47.882	62.110	42.607
Operações com títulos	33.454	57.782	26.707	2.274
Swaps e contratos a prazo de taxa de juro (FRA's)	2.738	21.811	1.159	20.945
Contratos de opções e futuros	26.719	58.110	9.118	22.599
Outras operações	12	19	11	18
	101.799	185.604	99.105	88.443
Resultados líquidos de operações financeiras	74.190	69.796	126.428	21.628

30. Outros proveitos de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Prestação de serviços	36.956	34.496	14.251	11.431
Recuperação de créditos e de juros vencidos	45.374	38.255	31.106	29.532
Venda de cheques e reembolso de despesas	25.513	23.605	19.324	22.203
Proveitos de locação financeira	1.180	3.035	-	-
Recuperação de despesas	8.279	12.917	779	599
Ganhos na alienação de imobilizações	88.786	3.986	10.946	61.573
Outros	73.942	50.057	43.426	40.875
	280.030	166.351	119.832	166.213

A rubrica Ganhos na alienação de Imobilizações inclui, em 30 de Junho de 2002, em base consolidada, o montante de Euros 85.470.000, relativo a mais valias resultantes da venda de imóveis ao Fundo de Pensões do Grupo BCP. A referida rubrica inclui ainda, em base individual, mais valias no montante de Euros 10.426.000 relativo à alienação dos interesses no Grupo Financiero Bitel, conforme referido na nota 37. Em base consolidada a mais valia ascende a Euros 312.000.

31. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Remunerações	280.451	273.117	160.665	167.062
Encargos sociais obrigatórios	89.256	83.771	57.887	55.024
Encargos sociais facultativos	7.482	6.698	3.498	2.941
Outros custos	1.947	2.118	914	469
	379.136	365.704	222.964	225.496

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

32. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
<i>Imobilizado incorpóreo:</i>				
Despesas de estabelecimento	376	457	10	10
Despesas de investigação e desenvolvimento	20	41	1	11
'Software'	13.705	10.035	1.823	1.790
Despesas com campanhas publicitárias	10	43	-	-
Outras imobilizações incorpóreas	7.550	4.661	1.413	3.110
	21.661	15.237	3.247	4.921
<i>Imobilizado corpóreo:</i>				
Imóveis	23.757	21.002	17.766	15.903
Equipamento				
Mobiliário	7.364	3.846	3.338	2.924
Máquinas	1.305	4.983	557	4.263
Equipamento informático	17.538	12.804	6.032	4.906
Instalações interiores	4.957	5.025	2.846	2.685
Viaturas	1.317	1.411	631	557
Equipamento de segurança	2.738	2.834	2.442	2.642
Outras imobilizações corpóreas	766	2.243	233	140
	59.742	54.148	33.845	34.020
	81.403	69.385	37.092	38.941

33. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Provisões para títulos de negociação	108	61	-	-
Provisões para títulos de investimento	19.462	774	(6.504)	2.103
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	22.050	512	22.050	-
Provisões para riscos bancários gerais	(3.148)	(2.368)	-	(2.000)
Provisões para outros activos	1.206	(150)	(76)	(175)
Outras provisões para riscos e encargos	3.288	4.132	3.662	4.164
	42.966	2.961	19.132	4.092

Estas rubricas são apresentadas pelos valores de dotações líquidas de reposições.

34. Outros custos de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Grupo		Banco	
	2002	2001	2002	2001
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Impostos	19.681	7.530	2.213	3.159
Perdas na alienação de imobilizações	274	736	42	44.770
Donativos e quotizações	997	2.983	751	2.691
Prejuízos e equivalência patrimonial	610	7.359	-	-
Outros custos de exploração	14.094	14.983	11.710	13.052
	35.656	33.591	14.716	63.672

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

35. Operações de titularização

À data de 30 de Junho de 2002, encontravam-se em aberto as seguintes operações de titularização:

Emissão	Data de início	Montante	Moeda	Activo cedido
NOVA No 1	Julho 1998	443.963.597	DEM	Crédito ao consumo
Tagus Financing No 1	Julho 1999	300.000.000	EUR	Locação financeira e créditos ao consumo
Tagus Global Bond No 1	Novembro 2000	311.898.965	EUR	Eurobonds
Tagus Global Bond No 2	Maio 2001	740.466.343	EUR	Obrigações nacionais e Eurobonds
NOVA No 2	Novembro 2001	352.133.718	EUR	Créditos ao consumo
Magellan Mortgages No 1	Dezembro 2001	1.000.000.000	EUR	Crédito imobiliário

Das operações de titularização efectuadas pelo Grupo não decorreram mais ou menos valias contabilísticas significativas.

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 30 de Junho de 2002, como segue:

Emissão	Obrigações emitidas	Valor Nominal	Moeda	Data de Reembolso	Rating das obrigações (S&P)
NOVA No 1	Classe A	421.800	DEM	2005	AA
	Classe B	13.300	DEM		A
Tagus Financing No 1	Classe A	274.600	EUR	2007	AAA
	Classe B	11.700	EUR	2007	AA
	Classe C	3.700	EUR	2007	A
	Residuais	7.500	EUR	2007	-
Tagus Global Bond No 1	Classe A	262.000	EUR	2010	AAA
	Classe B	24.000	EUR	2010	A
	Classe C	25.000	EUR	2010	-
Tagus Global Bond No 2	Classe A1	350.000	EUR	2011	AAA
	Classe A2	490.000	EUR	2011	AAA
	Classe B	34.000	EUR	2011	AA
	Classe C	71.100	EUR	2011	A
	Classe D	125.150	EUR	2011	-
NOVA No 2	Classe A	318.650	EUR	2010	AAA
	Classe B	21.050	EUR	2010	AA
	Classe C	12.400	EUR	2010	A
Magellan Mortgages No 1	Classe A	942.500	EUR	2036	AAA
	Classe B	37.000	EUR	2036	AA
	Classe C	20.500	EUR	2036	BBB
	Classe D	5.000	EUR	2036	-

O valor dos títulos adquiridos, bem como das respectivas provisões, registado no balanço consolidado do Grupo BCP em 30 de Junho de 2002, é analisado como segue:

Emissão	Valor contabilístico Euros '000	Provisões Euros '000
NOVA No 1	4.532	-
Tagus Financing No 1	13.146	13.146
Tagus Global Bond No 1	27.340	-
Tagus Global Bond No 2	97.855	1.033
NOVA No 2	10.656	4.586
Magellan Mortgages No 1	16.500	9.393
	170.029	28.158

O valor dos títulos em carteira encontra-se registado na conta títulos de investimento, e as respectivas provisões foram incluídas na conta provisões para títulos de investimento (nota 6).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

36. Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Banco	
	2002 Euros '000	2001 Euros '000	2002 Euros '000	2001 Euros '000
Garantias e avals prestados	8.470.236	8.270.140	16.965.973	15.616.268
Garantias e avals recebidos	19.933.242	18.166.521	17.691.508	16.050.854
Compromissos perante terceiros	7.389.192	3.540.751	6.872.053	3.048.438
Compromissos assumidos por terceiros	18.345.710	14.648.957	18.002.632	14.323.136
Operações cambiais à vista:				
Compras	1.051.320	1.071.133	1.009.989	1.036.713
Vendas	1.050.591	1.067.141	1.009.767	1.034.353
Operações cambiais a prazo:				
Compras	873.875	1.428.811	816.987	896.964
Vendas	873.732	1.129.790	810.945	812.815
Contratos de 'swap' de moeda	2.014.357	3.487.475	2.014.357	3.487.475
Contratos de 'swap' de taxa de juro	39.924.863	34.189.067	46.308.560	40.168.558
Contratos de 'swap' de taxa de juro e cambiais	2.058.407	2.184.871	3.838.581	4.400.061
Operações sobre taxas de câmbio e taxa de juro:				
Futuros	3.801.378	4.192.263	444.764	805.873
FRA's	115.000	5.000	115.000	5.000
Opções compradas	601.299	1.076.116	465.674	695.264
Opções vendidas	298.796	695.894	137.870	318.706
Contratos com garantia de taxa de juro	1.918.585	2.869.678	1.940.985	2.869.678

37. Principais alterações na estrutura do Grupo durante o ano de 2002

BCP aumenta participação no BIG Bank GDANSKI

No decurso do exercício de 2002, o Banco Comercial Português aumentou a sua participação no BBG de 44,1 % para 46,6 % através da aquisição de 2,5% de acções do BIG Bank GDANSKI no segundo trimestre de 2002.

Grupo Banco Comercial Português chega a acordo para alienação dos seus interesses no Grupo Financiero Bital S.A. (México)

Em Março de 2002, o Banco Comercial Português chegou a acordo com o Banco Santander Central Hispano S.A. para alienação da totalidade dos seus interesses no Grupo Financiero Bital S.A. correspondente a 42.650.000 de acções série "O", representativas de 8,276% do respectivo capital social, e de 66.666.000 obrigações convertíveis, pelo valor total de USD 85.000.000 (Euros 97.432.000).

38. Pensões de reforma

O Grupo BCP assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV). Para a cobertura das suas responsabilidades o Grupo mantém Fundos de Pensões autonomos, geridos pela PensõesGere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	Grupo	
	2001	2000
<i>Número de participantes</i>		
Reformados e Pensionistas	12.772	11.706
Pessoal no Activo	13.847	15.488
	<u>26.619</u>	<u>27.194</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 m), as responsabilidades do Grupo BCP por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, calculada com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

	Grupo	
	2001	2000
	Euros '000	Euros '000
<i>Responsabilidade por benefícios projectados</i>		
Reformados e Pensionistas	2.561.875	2.202.098
Pessoal no Activo	714.889	734.063
Responsabilidade com serviços passados - Atlântico	(30.690)	(72.063)
	3.246.074	2.864.098
Valor do Fundo	(2.665.200)	(2.457.255)
Responsabilidades não financiadas	580.874	406.843
Provisões constituídas e valores a pagar	(182.112)	(457.219)
Diferença de cobertura	398.762	(50.376)
Valor do corredor	(269.988)	-
Valor a amortizar pelo período de 10 anos	128.774	-
Responsabilidade com serviços futuros por direitos adquiridos	735.442	741.213

O acréscimo das responsabilidades não financiadas em 2001 é analisado como segue:

	Grupo
	Responsabilidades não financiadas
	Euros '000
Valores em 1 de Janeiro de 2001	406.843
Custo normal	45.980
Custo dos juros	168.530
Custo com programas de reformas antecipadas	251.438
Reformas antecipadas - estrangeiro	12.603
Amortização de serviços passados - Atlântico	3.430
Rendimento esperado dos activos	(149.450)
Ganhos e perdas actuariais	414.655
Contribuições para o Fundo	(541.370)
Pagamentos efectuados	(21.280)
Variação cambial	(10.505)
Valores em 31 de Dezembro de 2001	580.874

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

De acordo com os princípios previstos no Aviso 6/95 do Banco de Portugal, e conforme política contabilística descrita na nota 1 m), as responsabilidades adicionais calculadas em 1995, resultantes das alterações de pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades para os colaboradores com origem no Grupo Banco Português do Atlântico, foi diferido e tem vindo a ser amortizado por um período de 20 anos.

Com a entrada em vigor do Aviso 12/2001, o montante por amortizar à data de 31 de Dezembro de 2001, foi recalculado em Euros 30.690.000, com o objectivo de efectuar as correcções decorrentes de reduções operadas na população abrangida. Este valor será amortizado pelo prazo residual de 13 anos. Durante o exercício de 2001, foram efectuadas contribuições para o Fundo de Pensões no total de Euros 552.379.000, dos quais Euros 11.009.000 foram efectuadas por conta dos trabalhadores. As contribuições efectuadas corresponderam a Euros 287.397.000 em títulos de negociação e Euros 264.981.000 em dinheiro.

Para cobrir as responsabilidades não financiadas, o Grupo BCP constituiu provisões e contabilizou custos a pagar que em 31 de Dezembro de 2001 ascendiam globalmente a Euros 182.112.000 (2000: Euros 457.219.000). Nos termos dos valores mínimos de financiamento das responsabilidades, de acordo com o Aviso 12/2001, do referido valor registado na conta outras exigibilidades, o valor mínimo de Euros 352.381.000 será contribuído para o Fundo. O valor do Fundo de Pensões, em 31 de Dezembro de 2001, inclui o montante de Euros 376.735.000 relativo a títulos emitidos por empresas do Grupo, do qual Euros 243.967.000 corresponde a obrigações e Euros 123.768.000 a acções. Inclui ainda um montante de Euros 39.968.000 relativo a Imóveis arrendados por empresas relacionadas com o Grupo BCP.

A diferença de cobertura de responsabilidades à data de 31 de Dezembro de 2001, foi reconhecida de acordo com o método do corredor, como activo, na conta flutuação de valores pelo montante de Euros 269.988.000 e na conta despesas antecipadas pelo montante de Euros 128.774.000, e como um passivo na conta outras exigibilidades pelo montante de Euros 398.762.000, de acordo com o estabelecido no Aviso 12/2001. O valor registado em despesas antecipadas será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, a partir de 2002, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 m).

Em 2001, o Grupo contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de Euros 67.654.000 (2000: Euros 71.540.000), excluindo custos de reestruturação relativos a reformas antecipadas, cuja análise é apresentada como segue:

	Grupo
	2001
	Euros '000
Custo dos serviços correntes	45.980
Custo dos juros	168.530
Rendimento esperado dos activos	(149.450)
Amortização de responsabilidade com serviços passados - 1994	3.430
Outros	(836)
Custo do período	<u>67.654</u>

Adicionalmente, das responsabilidades geradas no exercício, foram debitados por contrapartida de outras reservas, custos de reestruturação relativos a reformas antecipadas no montante de Euros 251.438.000.

Os custos com pensões de reforma suportados pelo Grupo no primeiro semestre de 2002, ascenderam a Euros 41.083.000 (Banco: Euros 28.696.000), incluindo a amortização da diferença de cobertura do Fundo de Pensões na parte que excede os 10% da banda do corredor conforme política contabilística descrita na nota 1 m).

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os parâmetros do Banco de Portugal exigidos pelo Aviso 12/2001. A análise comparativa destes pressupostos é apresentada como segue:

	Fundo BCP	
	2001	2000
Taxa de crescimento salarial	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2%	2%
Taxa de rendimento do Fundo	6%	6%
Taxa de desconto	6%	6%
Tábuas de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa de invalidez	0%	0%
Taxa de 'turnover'	0%	0%

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

As perdas actuariais verificadas em 2001 são relativas à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efectivamente verificados e que foram de 10% para a taxa de crescimento dos salários, 3,85% para a taxa de crescimento das pensões, tendo o rendimento do fundo atingido valores negativos na ordem dos 6,77%.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

39. Indicadores do Balanço consolidado e Demonstração de resultados consolidados por funções

O Grupo BCP desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros relacionados, em Portugal e no estrangeiro.

Os segmentos de negócio abordados pelo Grupo BCP, identificados no quadro que se segue, com referência ao semestre findo em 30 de Junho de 2002, são operados por subsidiárias distintas. A informação financeira dos segmentos de negócio é elaborada com base nos mesmos princípios contabilísticos aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, sendo as transacções intra-Grupo reflectidas em cada um dos segmentos e na coluna “outros”.

Segue-se uma breve descrição das principais áreas de negócio do Grupo:

Banca Comercial

A banca comercial é a área de negócio de maior dimensão no Grupo, levada a cabo fundamentalmente pelo BCP, através das suas redes bancárias (que, no final do primeiro semestre de 2002, eram as seguintes: Particulares & Negócios, “Private Banking”, “Corporate”, Empresas, NovaRede, Banco 7, Atlântico e SottoMayor), pelo Banco Expresso Atlântico e pelos bancos localizados fora do território nacional (Banco Internacional de Moçambique, Banco Comercial de Macau, Banque BCP, Novabank e BPABank).

Banca de Investimento

O BCP Investimento - Banco Comercial Português de Investimento, S.A. é a subsidiária do Grupo BCP no negócio da banca de investimento.

Gestão de Activos

O Grupo BCP realiza o negócio de gestão de activos através da AF Investimentos, sociedade “holding” que detém as participadas de gestão de fundos de investimento, mobiliários e imobiliários, e de gestão personalizada de patrimónios.

Crédito especializado

Os negócios de “factoring” e de “leasing” mobiliário e imobiliário do Grupo BCP são desenvolvidos pela Leasefactor, sociedade “holding” que detém as participadas dos referidos negócios.

Crédito ao consumo

O CrédiBanco é o banco de crédito ao consumo do Grupo BCP. Em Dezembro de 1999, o Grupo BCP estabeleceu um acordo de parceria com a SIVA (que, posteriormente, alterou a sua designação social para SAG GEST), que incluiu a aquisição conjunta do Interbanco, uma instituição especializada no financiamento automóvel para particulares e empresas. De acordo com a estratégia definida pelo Grupo para o negócio de crédito ao consumo, o Interbanco centralizou a concessão de crédito automóvel no ponto de venda, centrando o CrédiBanco a sua actividade nos restantes segmentos de negócio.

ServiBanca

A ServiBanca centraliza as unidades operacionais e de apoio à gestão comuns, prestando serviços a todo o Grupo BCP. Os seus custos são integralmente imputados a cada uma das empresas do Grupo que utilizam os seus serviços.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Crédito Especializado	Crédito ao Consumo	Servibanca	Outros	Consolidado
Indicadores do Balanço Consolidado por Segmentos de Negócio								
<u>Activo</u>								
Caixa, disponibilidades e outros								
créditos sobre instituições crédito	14.038.394	1.764.818	136.730	3.360	18.087	35.344	(10.502.264)	5.494.469
Créditos sobre clientes	39.617.063	361.187	-	2.691.100	769.765	-	777.126	44.216.241
Carteira de investimentos (i)	8.262.007	674.795	6.406	972	4.770	-	(2.110.527)	6.838.423
Total do Activo	70.144.656	3.179.582	158.245	2.730.282	898.579	266.621	(16.582.221)	60.795.744
<u>Passivo</u>								
Débitos para com								
instituições de crédito	26.795.659	129.461	-	1.322.676	568.660	-	(17.421.264)	11.395.192
Débitos para com clientes	27.042.821	238.917	-	-	21.662	-	941.327	28.244.727
Débitos representados por títulos	4.104.518	2.153.296	-	1.075.727	25.000	-	4.754.995	12.113.536
Total do Passivo	65.374.955	3.018.826	128.488	2.655.789	810.366	246.269	(14.668.292)	57.566.401
Demonstração de Resultados Consolidados por Funções / Segmentos de Negócio								
Juros e proveitos equiparados	1.693.612	68.735	2.087	73.889	56.573	62	(402.394)	1.492.564
Juros e custos equiparados	1.108.056	61.669	2	49.749	27.458	4.339	(422.743)	828.530
Margem financeira	585.556	7.066	2.085	24.140	29.115	(4.277)	20.349	664.034
Provisão para riscos crédito de crédito	(160.662)	(6.932)	-	(4.655)	(13.515)	-	11.025	(174.739)
Recuperações de crédito	32.947	19	-	2.370	5.038	-	5.000	45.374
Margem financeira após provisão para riscos crédito	457.841	153	2.085	21.855	20.638	(4.277)	36.374	534.669
Comissões líquidas	209.598	19.286	6.241	(2.361)	3.429	(241)	9.303	245.255
Outros resultados exploração	67.607	6.433	143	1.448	5.833	178.155	(147.520)	112.099
Margem de serviços	277.205	25.719	6.384	(913)	9.262	177.914	(138.217)	357.354
Rendimentos de títulos	48.490	1.330	-	-	3.523	-	(13.677)	39.666
Rendimentos de imobilizações financeiras pelo método equivalência patrimonial	66.767	518	-	-	1.479	-	5.349	74.113
Lucros em operações financeiras (líquidos)	129.598	11.883	(109)	-	271	-	(67.453)	74.190
Provisão para depreciação de títulos	6.066	(742)	(3)	-	-	-	(24.891)	(19.570)
Margem da função investimento	250.921	12.989	(112)	-	5.273	-	(100.672)	168.399
Amortização de goodwill	806	-	-	-	-	-	(806)	-
Outros custos	6.360	185	55	216	264	22	13.576	20.678
Resultados antes de custos de transformação	978.801	38.676	8.302	20.726	34.909	173.615	(215.285)	1.039.744
Custos com o pessoal	283.564	9.880	1.787	6.089	8.947	68.849	20	379.136
Outros gastos administrativos	341.822	8.495	1.185	5.707	16.986	82.370	(193.686)	262.879
Amortizações	57.527	1.074	170	586	1.056	20.879	111	81.403
Custos de transformação	682.913	19.449	3.142	12.382	26.989	172.098	(193.555)	723.418
Resultado operacional	295.888	19.227	5.160	8.344	7.920	1.517	(21.730)	316.326
Outras provisões	(22.211)	120	(22)	(417)	(868)	-	2	(23.396)
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras em subsidiárias e associadas	10.426	-	-	-	-	-	(10.426)	-
Outros resultados extraordinários	21.086	1.488	101	(216)	(1.106)	18.583	67.643	107.579
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	305.189	20.835	5.239	7.711	5.946	20.100	35.489	400.509
Impostos sobre lucros	29.022	6.301	648	2.864	227	-	2.866	41.928
Interesses minoritários	150	-	-	-	-	-	37.558	37.708
Lucro do exercício	276.017	14.534	4.591	4.847	5.719	20.100	(4.935)	320.873

Resultado Líquido por acção	0,14 Euros
Outros Proveitos / Total de Proveitos	50,51%
Custos de Transformação / Total de Proveitos	53,92%

(i) Inclui carteira títulos, acções próprias e participações financeiras

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

0. Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português

Em 30 de Junho de 2002, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral, no âmbito do Decreto - Lei n.º 36/92, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
AF Investimentos, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Lisboa	18.000.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
AF Internacional, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	498.798	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	—
AF Investimentos - Fundos Mobiliários, S.A.	Lisboa	5.845.691	EUR	Gestão de fundos de investimento mobiliários	100,0	100,0	—
AF Investimentos - Fundos Imobiliários, S.A.	Lisboa	875.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliários	100,0	100,0	—
AF Investimentos - Gestão de Patrimónios, S.A.	Lisboa	2.309.233	EUR	Gestão de patrimónios	100,0	100,0	—
BCP Investimentos International, S.A.	Luxemburgo	150.000	EUR	Gestão de fundos de investimento mobiliários	100,0	100,0	—
AF Investimentos International, S.A.	Luxemburgo	149.639	EUR	Gestão de fundos de investimento mobiliários	100,0	100,0	—
Prime Internacional, S.A.	Luxemburgo	75.000	EUR	Consultoria de investimento mobiliário	100,0	100,0	—
AF Investments, Limited	George Town	498.798	EUR	Financeira	100,0	100,0	—
M - Conseil, S.A.	Luxemburgo	75.000	EUR	Assessoria financeira	100,0	100,0	—
Leasefactor, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	62.500.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	89,0
BCP Factoring, S.A.	Lisboa	13.750.000	EUR	Factoring	100,0	100,0	—
BCP Leasing, S.A.	Porto	43.695.000	EUR	Locação financeira	100,0	100,0	—
BCP Investimento - Banco Comercial Português de Investimento, S.A.	Lisboa	75.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	—
Cisf Imobiliária - Companhia de Investimentos e Gestão de Imóveis, S.A.	Lisboa	3.000.000	EUR	Gestão de imóveis	100,0	100,0	—
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	28.500.000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	—
Corretora Independente Portuguesa CIP - Brokers, S.A.	Lisboa	1.500.000	EUR	Financeira de corretagem	100,0	100,0	—
BCP Internacional II, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP - Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Lisboa	39.000.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
Pirâmide - Estudos e Participações, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	24.940	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	—
BPA Internacional, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	9.975.958	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	—
Chemical S.G.P.S, S.A.	Lisboa	6.986.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	—
CrediBanco - Banco de Crédito Pessoal, S.A.	Lisboa	35.090.000	EUR	Banca	100,0	100,0	—
Banco Expresso Atlântico, S.A.	Porto	40.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	—

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Interbanco, S.A.	Lisboa	37.500.000	EUR	Banca	50,0	50,0	–
Polyfinances, S.A.	Luxemburgo	1.000.000	EUR	Gestão de participações sociais	99,9	50,0	–
Polyfinances Holding, Ltd.	Malta	200.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	50,0	–
Multifinance, Corp., Ltd.	Malta	100.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	50,0	–
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	157.000.000	EUR	Banca	69,9	69,9	69,9
BII Internacional, S.G.P.S., Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	69,9	–
BII Finance Company Limited	George Town	25.000	USD	Financeira	100,0	69,9	–
Banco Comercial de Macau, S.A.R.L.	Macau	225.000.000	MOP	Banca	100,0	100,0	–
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	Maputo	741.000.000.000	MZM	Banca	66,7	66,7	–
BIM Investimento, S.A.R.L.	Maputo	23.222.000.000	MZM	Banca	75,0	58,4	–
BIM Leasing, S.A.R.L.	Maputo	52.000.000.000	MZM	Locação financeira	95,0	71,7	–
Banque BCP, S.A.S.	Paris	65.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	Luxemburgo	12.500.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
NovaBank, S.A.	Atenas	157.022.500	EUR	Banca	50,0	50,0	1,5
Sitebank A.S.	Istambul	20.000.000.000.000	TRL	Banca	100,0	50,0	–
Banco ActivoBank (Portugal), S.A.	Lisboa	17.500.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
Banco Mello (Cayman), Ltd.	George Town	5.988.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
Mello Capital, Ltd.	George Town	60.000.001	EUR	Financeira	100,0	–	–
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	George Town	290.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP International Bank Limited	George Town	20.964.725	USD	Banca	100,0	52,5	–
BCP Investment, B.V.	Amesterdão	767.378.089	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BCP.BS, Holding B.V.	Amesterdão	18.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BitalBond, B.V.	Roterdão	22.689	EUR	Investimento mobiliário	100,0	100,0	100,0
BCP Finance Bank Ltd	George Town	146.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Company, Ltd	George Town	872.401.000	USD	Financeira	100,0	–	–
BCP Capital Finance Limited	George Town	16.000.000	USD	Investimento	100,0	100,0	–
BPA Overseas Bank Ltd	George Town	107.138.303	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Overseas Limited	Dublin	500	EUR	Investimento	100,0	100,0	100,0
BCP IFSC, Limited	Dublin	2	EUR	Investimento	100,0	100,0	–
BCP Ireland Investments Limited	Dublin	2	EUR	Financeira	100,0	100,0	100,0
BPA Ireland Limited	Dublin	100	EUR	Investimento	100,0	100,0	99,0
BPA Ireland Investments Incorporated	Dublin	2	EUR	Investimento	100,0	100,0	–

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco % de particip. directa
					% de controlo	% de particip. efectiva	
BitalPart, B.V.	Roterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
SENLOC - Investimentos e Serviços, Lda.	Lisboa	767.378.089	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
SottoMayor Bank Canada	Toronto	29.500.000	CAD	Banca	100,0	100,0	–
B.C. Português - Escritório de Representações e Serviços, S/C Ltda.	São Paulo	9.686.180	BRL	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Banco Português do Atlântico (USA), Inc.	Newark	10.000.000	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BPABank National Association	Newark	30.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
ServiBanca - Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	251.500	EUR	Serviços	95,7	93,1	50,9
Comercial Imobiliária, S.A.	Lisboa	24.939.895	EUR	Gestão de imóveis	100,0	100,0	100,0
MC - Teleserviços, Serviços e Correio Eletrónico, S.A.	Lisboa	1.000.000	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0

Em 30 de Junho de 2002, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação de contas pelo método proporcional foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco % de particip. directa
					% de controlo	% de particip. efectiva	
ActivoBank, S.A.	Madrid	157.906.000	EUR	Banca	46,6	46,6	16,2
Corretora Ibersecurities, S.A.	Madrid	1.050.000	EUR	Corretagem	46,6	46,6	–
Managerland, S.A.	Barcelona	1.000.000	EUR	Serviços financeiros	50,0	50,0	50,0
Pinto Totta International Finance, Limited	George Town	250.050.000	USD	Investimento	50,0	–	–

Em 30 de Junho de 2002, as empresas subsidiárias excluídas da consolidação de contas pelo método da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade ou a sua imaterialidade e que são registadas pelo método da equivalência patrimonial, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco % de particip. directa
					% de controlo	% de particip. efectiva	
CISF Veículos - Sociedade de Aluguer, Lda.	Porto	49.880	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	–
Luso Atlântica - Aluguer de Viaturas, S.A.	Porto	1.000.000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	–
IT Car Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Lisboa	1.000.000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	50,0	–
Mozambique Capital Partners, Ltd.	Maputo	10.000	USD	Investimentos	50,0	50,0	50,0
Servitrust - Trust Management and Services, S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0	100,0	100,0
Sottotur - Estudo e Promoção de Viagens, Turismo e Lazer, S.A.	Lisboa	50.000	EUR	Turismo	100,0	100,0	100,0
Tecnilease - Comércio e Aluguer de Equipamentos, S.A.	Lisboa	1.500.000	EUR	Aluguer de equipamento	100,0	100,0	–

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2002 e 2001

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Tottatur - Viagens e Turismo, S.A.	Lisboa	249.399	EUR	Turismo	100,0	100,0	100,0
Unilong - Sociedade de Aluguer de Longa Duração, S.A.	Lisboa	250.000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	–
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	Lisboa	12.500.000	EUR	Aluguer de longa duração	50,0	50,0	–

Em 30 de Junho de 2002, as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
GICES - Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, S.A.	Lisboa	598.557	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliários	20,0	20,0	–
Intertrust S.A.	Atenas	337.491	EUR	Gestão de fundos	25,0	12,5	–
Mozambique Investment Company, Ltd.	Maputo	11.970	USD	Investimentos	31,1	28,9	23,4
OPE - Optimização Energética, S.A.	Lisboa	650.000	EUR	Optimização energética	25,0	25,0	–
Paço da Palmeira - Sociedade Agrícola e Comercial, Lda	Braga	39.905	EUR	Sociedade Agrícola	20,0	20,0	20,0
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços Bancários	21,9	21,9	20,4
Unicre - Cartão de Crédito Internacional, S.A.	Lisboa	8.500.000	EUR	Cartões de Crédito	30,3	30,3	29,2

Em 30 de Junho de 2002, as principais participações financeiras em grupos financeiros eram as seguintes:

Grupos financeiros	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Banco Sabadell, S.A.	Barcelona	102.001.367	EUR	Banca	8,5	8,5	–
BIG Bank Gdanski, S.A.	Varsóvia	849.181.744	PLZ	Banca	46,6	46,6	46,6
Eureko B.V.	Amesterdão	241.270.942	EUR	Grupo 'Assure-finance'	24,6	24,6	–



João Augusto & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71-A 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: 351 (-) 210 110 000
Telefax: 351 (-) 210 110 121

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do Código de Valores Mobiliários (“CVM”) e Regulamentos aplicáveis da CMVM, apresentamos o nosso parecer sobre a informação financeira consolidada do primeiro semestre do exercício de 2002 do Grupo Banco Comercial Português incluída: no Relatório de Gestão das contas consolidadas, no Balanço consolidado em 30 de Junho de 2002 (que evidencia um total de balanço de Euros 60.795.744.000 e um total de capital próprio de Euros 1.863.710.000, incluindo um resultado líquido positivo de Euros 320.873.000), nas Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação das demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e com os princípios de suficiência, veracidade, objectividade, transparência e actualidade referidos no CVM;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os resultados; e
 - f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.



Correspondente da:
KPMG - Auditores, SA

Inscrito na C.R.O.C. Nº 109
Inscrito na C.M.V.M. Nº 1034
Sociedade Civil - Capital Social: 50.000 Euros
Pessoa Colectiva Nº PT 502 883 618



3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um parecer profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação acima referida não é incompleta nem contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho, que foi efectuado com base nas Normas e Directrizes Técnicas de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo e consistiu principalmente na revisão das transacções não usuais de grande significado e em indagações e procedimentos analíticos destinados a avaliar:
 - a aceitabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas tendo em conta as circunstâncias, e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação das operações de consolidação;
 - a aplicabilidade ou não do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação; e
 - a conformidade com os preceitos legais aplicáveis e os princípios de suficiência, veracidade, objectividade, transparência e actualidade.
5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão do nosso parecer sobre a informação do primeiro semestre do exercício de 2002.

PARECER

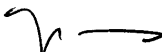
6. Com base no trabalho efectuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2002 contenha distorções que afectem de forma materialmente relevante a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, com os preceitos legais aplicáveis e com os princípios de suficiência, veracidade, objectividade, transparência e actualidade exigidos pelo CVM.
7. Também, com base na nossa análise ao Relatório de Gestão das contas consolidadas, nada detectámos que nos permita concluir que essa informação não está adequadamente preparada e apresentada de forma coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e as políticas normalmente adoptadas pelo Grupo.

 **João Augusto & Associados**
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

8. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 19 de Agosto de 2001

João Augusto & Associados, SROC, S.A.
(Inscrição nº 1034 na CMVM)
representada por



João Albino Cordeiro Augusto
(ROC nº 632)



João Augusto & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71-A 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: 351 (-) 210 110 000
Telefax: 351 (-) 210 110 121

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do Código de Valores Mobiliários (“CVM”) e Regulamentos aplicáveis da CMVM, apresentamos o nosso parecer sobre a informação financeira individual do primeiro semestre do exercício de 2002 do Banco Comercial Português, S.A. incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço em 30 de Junho de 2002 (que evidencia um total de balanço de Euros 61.088.767.000 e um total de capital próprio de Euros 4.248.534.000, incluindo um resultado líquido positivo de Euros 221.009.000), nas Demonstrações de resultados e na Demonstração dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e com os princípios de suficiência, veracidade, objectividade, transparência e actualidade referidos no CVM;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do Banco, a sua posição financeira ou os resultados; e
 - f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.



Correspondente da:
KPMG - Auditores, SA

Inscrito na C.R.O.C. Nº 109
Inscrito na C.M.V.M. Nº 1034
Sociedade Civil - Capital Social: 50.000 Euros
Pessoa Colectiva Nº PT 502 883 618

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um parecer profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação acima referida não é incompleta nem contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho, que foi efectuado com base nas Normas e Directrizes Técnicas de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo e consistiu principalmente na revisão das transacções não usuais de grande significado e em indagações e procedimentos analíticos destinados a avaliar:
- a aceitabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas tendo em conta as circunstâncias, e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicabilidade ou não do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação; e
 - a conformidade com os preceitos legais aplicáveis e os princípios de suficiência, veracidade, objectividade, transparência e actualidade.
5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão do nosso parecer sobre a informação do primeiro semestre do exercício de 2002.

PARECER

6. Com base no trabalho efectuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2002 contenha distorções que afectem de forma materialmente relevante a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, com os preceitos legais aplicáveis e com os princípios de suficiência, veracidade, objectividade, transparência e actualidade exigidos pelo CVM.
7. Também, com base na nossa análise ao Relatório de Gestão, nada detectámos que nos permita concluir que essa informação não está adequadamente preparada e apresentada de forma coerente com as demonstrações financeiras e as políticas normalmente adoptadas pelo Banco.



João Augusto & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

8. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 19 de Agosto de 2002

João Augusto & Associados, SROC, S.A.

(Inscrição nº 1034 na CMVM)

representada por

João Albino Cordeiro Augusto
(ROC nº 632)